



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DANIEL AYRTON SANTOS LIMA

**JAPONESES NO BRASIL: memória e relatos de *sanseis* e *nisseis* sobre os *koutakusseis*
na Amazônia (1932-1961)**

Manaus
2020

DANIEL AYRTON SANTOS LIMA

JAPONESES NO BRASIL: memória e relatos de *sanseis* e *nisseis* sobre os *koutakusseis* na Amazônia (1932-1961)

Relatório de Defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Profa. Dr. César Augusto Bubolz Queirós.

**Manaus
2020**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732j Lima, Daniel Ayrton Santos
 Japoneses no Brasil: memória e relatos de sanseis e nisseis
 sobre os koutakusseis na Amazônia (1932 - 1961) / Daniel Ayrton
 Santos Lima . 2020
 123 f.: il. color; 31 cm.

 Orientador: César Augusto Bubolz Queirós
 Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do
 Amazonas.

 1. Japoneses. 2. Amazônia. 3. Memória. 4. História Oral. 5. . I.
 Queirós, César Augusto Bubolz. II. Universidade Federal do
 Amazonas III. Título

JAPONESES NO BRASIL: memória e relatos de *sanseis* e *nisseis* sobre os *koutakusseis* na Amazônia (1932-1961)

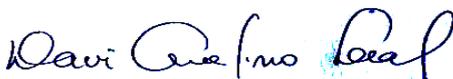
Relatório de Defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Manaus, 10 de abril de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós
PPGH/UFAM
(Orientador)



Prof. Dr. Davi Avelino Leal
PPGH/UFAM



Prof. Dr. Cacio José Ferreira
FLET/UFAM

Para Pedro Nagawo Sobral [*in memóriam*]

Dedico este trabalho a você, que, em todo este
tempo, sempre mostrou seu apoio e afeto.
Muito obrigado, meu grande amigo.

Forever, our American Boy.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não seria possível sem o auxílio, incentivo, apoio e presença de muitas pessoas. Agradecer a elas é um simples gesto, mediante ao carinho e permanência que demonstraram por mim durante toda esta caminhada. Levo comigo o afeto, as palavras, o sorriso, as lágrimas e os abraços que me acompanharam no decorrer deste percurso.

A Deus, que me deu força, virtude e fé. Sem Ele, não seria possível iniciar, continuar e concluir qualquer projeto que eu me propunha a fazer na minha vida.

A minha família, em especial a minha mãe, que me amparou e que me fez sempre persistir na conclusão deste trabalho. Sem o incentivo aos estudos e responsabilidades que ela ainda me faz diariamente, eu me sentiria despreparado para qualquer dificuldade da vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. César Augusto Queirós, que não desistiu em nenhum momento do meu trabalho e confiou em mim para a orientação e conclusão deste. À Profa. Dra. Patrícia Silva, que acompanhou meus primeiros passos nesta pesquisa e que me auxiliou no decorrer dos estudos.

Aos meus amigos da faculdade, Carol Gaspar, Marcia Gabrielle, Talita Magalhães e Rafael Rifat, que me acompanharam nos estudos, conversas, risadas e cafés. A este quarteto de discussões pertinentes, ou não, sobre todos os assuntos que pudéssemos cobrir.

Aos meus entrevistados, Elizeu Inomata, Ruy Oyama, Tobias Hara, Margareth Oyama e Wilson Shoji, o meu muito obrigado pela simpatia, tempo e disposição. Suas memórias, falas e histórias serão para sempre lembradas e honradas.

A minha querida amiga Beatriz Gadelha, que me apoia e está sempre ao meu lado em qualquer situação. Levarei todo seu carinho para a vida, minha amiga.

Aos meus amigos de grupo, Leonardo Dixo e Matheus Marinho, que, em meio a passos e ensaios, não medem esforços para me fazer rir e espairar em qualquer situação.

A Joseph Rocha, João Silva, Jessica Borges e Marília Perdigão, que acompanharam, do início, esta saga de escrita, suor e esforço; e que, em momentos de desistência, sempre levantavam meu vigor e restauravam meu foco. Obrigado a todos.

A Mariana Leão, Gustavo Oliveira e Renan Bastos, meus amigos, meu olhar e perspectiva sobre o Japão e seus descaminhos não seriam completos sem o amparo de vocês.

Aos meus amigos Igor Oliveira, Guilherme Finat, Kethelen Contes, Waldick Junior e muitos outros, que me auxiliaram, de diversas formas, nestes dois anos de estudo.

E a João Bernardo, sem o seu apoio inicial, sua confiança, sua compreensão, talvez eu não estivesse em momentos que estou da minha vida agora. Disponho aqui meu carinho por todo ensino e sabedoria que você me passa. O meu mais forte abraço vai a você, que, em meio às conquistas e perdas dessa vida, nunca deixou de me incentivar.

Por fim, agradeço a Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela bolsa concedida.

RESUMO

A migração, além da análise de um conceito, transpõe movimento e, em sua pluralidade interdisciplinar, engloba fenômenos culturais, religiosos, espaciais, afetivos, temporais e, em sua amplitude, também traça caminhos, vozes e personagens que surgem nesse ínterim. O processo de construção deste trabalho desenvolve um novo olhar acerca da história e historiografia dos japoneses no estado do Amazonas, dando ênfase ao processo (i)migratório realizado por estes desde o início do ano de 1927. Partindo desta temporalidade, este estudo aborda as vivências de personagens que fizeram, e ainda fazem, parte da história das colônias japonesas no estado, em especial a Colônia Vila Amazônia. Suas narrativas orais são aqui relatadas como fonte para compreender os processos ocorridos no laço familiar cotidiano e os desencadeamentos como elemento principal para percebermos as mudanças ocorridas espacial e culturalmente na vida destes cinco *nisseis*. A construção histórica acerca deste estudo perpassa a migração como memória viva e a temporalidade que nos mostra rupturas, continuidades, permanências e (des)caminhos. Permeando as experiências destes cinco entrevistados, o estudo nos traz ao momento atual desta conversa.

Palavras-chave: Imigração japonesa. Amazônia. Memória. História Oral.

ABSTRACT

Migration, besides been a concept analysis, it also brings through movement and, in its multisubject plurality, evolves cultural phenomenon's, religious, spatial, affective, temporal and, in its breadth, also, draws ways, voices and characters that emerge in within this. The construction process of this paperwork, develops a new view beyond history and historiography of the Japanese in Amazonas state, giving emphasis to the occurred (i)migration process from the beginning of 1927. Pointing out this temporality, this study addresses the experiences from the characters that did, and still do, a paper in Japanese colonial history in the state, as the focus being Vila Amazonia colonial. Their speeches are shown as a source to understand the process that occurred in the family, daily life and hatches as the main element for us to view the changes that happened culturally and spatially in life of these five nisseis. The historic construction about this study foretells the migration as a live memory and the time that comprise this shows breaks, permanence, continuity and misleading. Pervading the experiences from this five interviewed, this study brings to us the recent moment of this talk.

Keywords: Japanese immigration. Amazon. Memory. Oral History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Wilson Yoshiyuki Shoji	17
Figura 2	- José Elizeu Inomata.....	19
Figura 3	- Associação Nipo-brasileira de Parintins.....	20
Figura 4	- Praça dos Japoneses em frente ao Bumbódromo	22
Figura 5	- Tobias Satoshi Hara.....	24
Figura 6	- Ruy Ryota Oyama	27
Figura 7	- Ryota Oyama (Pai da Juta).....	28
Figura 8	- Margareth Oyama.....	29
Figura 9	- Associação nipo-brasileira em Parintins	41
Figura 10	- Imagem da propaganda das Companhias de Emigração japonesas sobre o Brasil	58
Figura 11	- Mapa 1 - Regiões dispostas aos japoneses colonizarem (1927).....	62
Figura 12	- Associação nipo-brasileira em Parintins	69
Figura 13	- Associação nipo-brasileira em Parintins	70
Figura 14	- Associação nipo-brasileira em Parintins	72
Figura 15	- Colônia de Tomé-Açú	89
Figura 16	- Grupo Koutakusseis onde o Dr. Toda estava.....	91
Figura 17	- Casarão Vila Amazônia em Parintins.....	92
Figura 18	- Empresa Moto Honda na década de 1970, no Polo Industrial de Manaus.....	97
Figura 19	- Festival Bon Odori em Manaus.....	99
Figura 20	- Frente da Nippaku	100
Figura 21	- Festa dos 70 anos da Imigração dos Koutakusseis no Amazonas – 2001 – Nippaku.....	103
Figura 22	- Frente da Associação Nipo-Brasileira em Parintins.....	105

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
2	“QUANDO O NAVIO CHEGOU, ELE ME DISSE QUE SE ARREPIOU TODO” – PROCESSOS I/MIGRATÓRIOS NIPÔNICOS: CAMINHOS E PERSPECTIVAS	16
2.1	Quem são estas personagens?	16
2.2	O que levou nossos pais a virem para o Brasil	30
2.3	A partida e a chegada	42
3	<i>KOUTAKUSSEIS</i> – TRAJETÓRIAS, ENCONTROS, DIFICULDADES E A NOVA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO AMAZONAS.....	51
3.1	A formação das colônias japonesas no Amazonas: os novos imigrantes japoneses	51
3.2	A chegada dos estudantes <i>koutaku</i> na Vila Amazônia.....	65
3.3	Cotidiano, riquezas e dificuldades: o “fim” da Vila Amazônia	74
4	MEMÓRIA JAPONESA NO AMAZONAS: PROTAGONISTAS DE UMA HISTÓRIA.....	82
4.1	Trajetórias intercaladas: as resoluções do pós-guerra	82
4.2	Os caminhos dos nipônicos pelo estado	93
4.3	O espaço vivido: uma luta pela preservação da memória	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	FONTES ORAIS	113
	REFERÊNCIAS	114

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Japoneses no Brasil: memória e relatos de sanseis e nisseis¹ sobre os koutakusseis² na Amazônia (1932-1961) surge a partir de um interesse cultivado ainda na graduação, pelo fato de eu frequentar sempre ambientes e lugares, por ter visitado o país (Japão) e ter amigos e conhecidos que são desta nacionalidade. Tamanho interesse culminou em um trabalho de conclusão de curso em 2016, no qual trabalhei a análise da imigração japonesa para a cidade de Parintins, mais especificamente para a Vila Amazônia, onde ocorreu o processo de produção da Juta, convivendo e conhecendo os *koutakusseis*, associação esta que existe em Manaus no prédio da Nippaku³.

De acordo com a pesquisa mencionada, a presença de japoneses na cidade de Parintins é visível a partir da década de 1930, quando os japoneses chegaram na cidade após a vinda de Tsukasa Uetsuka, Katsuki Terada e Isamu Miwa em 1928, para demarcar a terra de acordo com a segunda cláusula da concessão de terras⁴.

Após esse período em que Tsukasa Uetsuka demarcava a terra e escolhia quais seriam os pontos no estado do Amazonas para serem “colonizados”,⁵ os japoneses, que aportavam no porto de Belém e seguiam em pequenas embarcações do estado do Pará para Parintins, rumavam para diversas localidades previamente decididas pelo próprio Tsukasa Uetsuka.

Muitos permaneciam nas mediações da Vila Batista que, após ser comprada pelos japoneses que demarcavam a terra, fora renomeada para Vila Amazônia. No cotidiano da Vila Amazonônia e de outras pequenas comunidades próximas, os japoneses se alocaram durante o decorrer dos anos de 1929 e 1930.

A pesquisa que se iniciou durante a graduação demarcou a chegada destes novos imigrantes em terras amazonenses e caracterizou o tipo de migração realizada por eles durante

¹ O termo *issei* aqui, denota ao japonês puro, imigrante que sai do Japão em busca de novas terras. *Nissei* e *Sansei*, representam então, respectivamente, filho e neto destes japoneses imigrantes.

² O termo *Koutakusseis* será explorado no decorrer do trabalho. Apenas para referencia de introdução, a nomenclatura evidencia um grupo de estudantes que foram a Vila Amazônia durante o ano de 1931.

³ Prédio localizado no bairro Adrianópolis, na capital Manaus, do estado do Amazonas. Nesta escola nipobrasileira, pessoas podem se matricular para estudar japonês e aulas de artes marciais das mais diversas. Também ocorrem as reuniões dos *koutakusseis* em Manaus, onde se organizam os compilados de arquivos da época e as próximas festividades que ocorreram no decorrer do ano, como o Bon Odori no mês de agosto.

⁴ O acordo de concessão de terras surgiu logo após a visita do agrônomo Serizawa na Região Norte. Após o encontro com o então governador Efigênio Salles, o acordo entre ambos os governos foi firmado e as terras passaram a ser cedidas à demarcação dos japoneses. Para mais, ver: Reis (1982).

⁵ O termo japonês que especifica essa nomenclatura é *kushimin*, que significa propriamente o que acompanha o crescimento da terra. O sentido de colônia para os japoneses não é o mesmo empregado aos ocidentais, pelo que se sabe das abordagens do termo colônia.

o decorrer dos anos e como se sucedeu esse processo vindo da imigração japonesa de São Paulo, local onde iniciou a imigração no Brasil⁶. O objetivo inicial exposto pela imigração japonesa no Amazonas foi a compra de terras, por meio da distribuição dos hectares doados pelo governo; o cultivo de plantação de sementes para subsistência e para a venda na cidade; a criação de um núcleo⁷ (comunidade nipônica) no meio de uma região que ainda não era densamente povoada; e a propagação da cultura japonesa, ao mesmo tempo se aderindo à cultura brasileira, para conhecerem e obterem experiências dos costumes locais.

Estas discussões, com a bibliografia, durante a graduação, possibilitaram novos questionamentos sobre a vivência e experiência desses imigrantes que aqui transitaram e, ainda, agora como moradores locais, transitam. Quais papéis estas personagens permearam nesse movimento de ida e vinda, conhecido como migração e quais foram seus objetivos? Eles os atingiram? O que os levou a decidirem por isso? Qual o motivo da escolha do estado do Amazonas (Parintins/Manaus)?

Trabalhamos primeiramente com Parintins, sendo a segunda maior cidade do estado do Amazonas, ficando abaixo somente da capital Manaus. Apresenta-se socialmente como um espaço de intenso movimento de sujeitos, assim como também se coloca como lugar de permanência de tantos outros. Percebe-se um intenso fluxo migratório no seu cotidiano, principalmente durante as festividades do final do mês de junho, quando ocorre o Festival Folclórico de Parintins, com apresentação de lendas urbanas e danças locais.

De acordo com Souza, culturalmente, em Parintins,

O folclore indígena manifestava apenas as experiências do cotidiano da vida dos habitantes como também se decantava a natureza a partir dos seus elementos constitutivos como os pássaros, os animais, as árvores, as plantas medicinais, as ervas aromáticas, os rios e outros. No imaginário desses primeiros moradores foram criados ‘personagens das florestas e das águas’, como jurupari, juma, curupira, tapirayauara, yara, neguinho do campo grande, cobra grande e outros seres misteriosos e encantados. Estes ‘personagens se materializam através de várias atrações folclóricas, como boi-bumbá, pássaros, cordões e outros’. (SOUZA, 2013, p. 41).

⁶ As negociações para estabelecer os japoneses no Brasil culminaram com o Tratado de Amizade Comércio e Navegação Japão-Brasil, firmado em 05 de novembro de 1895 em Paris, França. Sobre tal ponto, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1895/b_89/

⁷ Este núcleo, para os japoneses, era um prédio de madeira, que se assemelhava aos templos budistas japoneses. HakkoKaikan era o nome dado a ele, por mediar as conversas dos líderes das famílias, para intercalar as decisões que deveriam ser tomadas para a colônia e as comunidades vizinhas. Muitos historiadores não se apropriam mais deste termo por ser o nome usado para os prédios dos conselheiros de guerra, onde coagiam o capitão militar para a tomada das linhas de frente em guerras e batalhas.

Tem uma agricultura voltada para a produção de legumes e hortaliças, assim como frutas típicas da região. Dispõe fortemente da pesca, comércio e outros serviços.

Manaus, por sua vez, capital do estado do Amazonas, localizada entre os rios Negro e Solimões, culturalmente preserva a memória das tribos indígenas que originaram as crenças populares, muitas compartilhadas com as crenças de Parintins. Possui um forte fluxo migratório de estrangeiros, tanto em zona portuária como aérea, onde dispõe de diversas atrações turísticas como: museus, lugares históricos, como o centro da cidade, e seu maior atrativo, o Teatro Amazonas.

Falar de migração nem sempre é algo tão simples como se imagina. De maneira geral, analisamos os deslocamentos realizados por sujeitos no seu cotidiano. Pensamos nas idas e vindas realizadas e nas trajetórias de personagens plurais, mas será que paramos para nos atentar aos motivos que levam homens e mulheres a deixarem seus lugares de origem em direção a outros espaços? Tentamos entender os contextos de seus processos de migração? O que é deixado para trás? Pelo que se abandona essas “conquistas” do cotidiano?

Esse trabalho traz, no seio de sua discussão, a temática da migração japonesa para Amazônia, porém, diferente do que estamos acostumados a ler e ouvir, discutimos aqui as experiências de migração a partir do ponto de vista dos filhos de um grupo especial de imigrantes japoneses que vieram ao estado do Amazonas, que se enveredaram diante de seus processos migratórios rumo ao norte do país.

Assim, nosso objetivo é trabalhar com a memória⁸ destes *nisseis/sanseis*. Foi emocionante e revelador, assim como Nava (1972) aborda em *Baú de Ossos* sobre a transmissão da história e memória. Além de ser uma tradição familiar, ela é também a oportunidade de uma evocação poética esmagadora. Os encontros com estas pessoas perpassaram pelos espaços físico e temporal, de como a imigração de seus pais modificou sua forma de viver, compreender e enfrentar o cotidiano no Amazonas.

Há muitos pontos em comum nas narrativas, dentre eles, a relação com o comércio, em que todos os entrevistados tiveram e ainda mantêm uma relação muito próxima com o comércio, pois são donos de pequenos estabelecimentos na área central da cidade, como restaurantes e bares. A comunhão entre si, mesmo que não pertencendo à mesma família, é o aspecto mais forte que os aproxima.

⁸ Ao trabalhar com a memória destes filhos e netos de japoneses migrantes que por aqui passaram, anotamos e recordamos relatos que aqui, em sua maioria, são expostos. Adianta-se que as falas - citação das entrevistas - serão *ipsis litteris*.

Trazemos suas experiências de migração e memória para elucidar dois momentos, para tal, evidenciamos cada entrevistado diante de suas trajetórias. Partimos da migração, em primeiro lugar, na intenção de compreender como a vida de seus pais no Japão, anexo à migração para o Brasil, modificou o lugar onde os entrevistados cresceram. E, em segundo lugar, analisamos a memória como tradição familiar, que perpetuou pensamentos, cultura, vivência e trabalho para estes.

À luz da seleção de teóricos que auxiliam nosso olhar para esta abordagem, discorreremos sobre Francisco Sato (2008), ao abordar sobre os movimentos migratórios dos japoneses no Brasil, mas, principalmente, por trabalhar a vinda desses imigrantes para o sudeste e seus desdobramentos. Alfredo Homma (2003) e Arthur Reis (1982) nos indicam como se deu o processo de migração japonesa na Amazônia, dialogando sobre o início da migração no Pará e, em seguida, da migração para o Amazonas. Abordam também os tramites políticos e econômicos pelo qual a migração perpassou durante o final da década de 1920.

Zélia Silva (2013), em sua obra sobre os japoneses que vieram ao Brasil-Norte, trabalha a perspectiva da formação da identidade em busca da aceção nesse novo espaço que surge. Não só nos informa sobre como esses sujeitos se articulam neste novo cenário social em que se inserem, como também são sujeitos que determinam como decidem sobre suas trajetórias migratórias. Dessa forma, aborda algumas referências historiográficas sobre a migração japonesa no Brasil, em que colocam estas personagens como principais no papel da formação social do espaço em que começam a habitar.

Nesse sentido, Geraldo Coelho (1999) auxilia e amplia nossa discussão acerca desses papéis sociais que os japoneses assumiram na região amazônica e como essas relações afetivas inculcadas nas trajetórias destas personagens, enveredou para a criação de colônias japonesas no Pará e Amazonas. A partir de seus apontamentos, as análises indicam as variadas formas que os japoneses compunham o espaço amazônico para a criação destas comunidades.

Para que o bojo central da pesquisa seja forjado e fomentado, a partir das narrativas orais destes japoneses que a compõem, trago os apontamentos de Alessandro Portelli (1997b) que norteiam todas as análises inerentes à história oral, principal metodologia adotada na pesquisa. Com ele, é possível “aprender mais um pouquinho” da história do cotidiano dos pais destes entrevistados.

Através das considerações de Portelli (1997a), podemos vislumbrar na prática o diferencial existente na história oral, por meio das narrativas orais de cada um destes migrantes. É possível perceber o sentido que cada um dá as suas experiências e memórias. As lembranças guardadas os fazem remeter à vida de seus pais e a recordar de quando eram crianças e viviam

juntos na colônia; olham para si e se reconhecem em tudo o que passaram e por tantos acontecimentos que conviveram. Eles vivenciam a história de seus pais através da memória, o que reflete em muitos momentos que marcaram suas vidas.

À luz desse autor, compreendemos que a História Oral, muito mais que uma técnica, implica num íntimo comprometimento do pesquisador com a construção das fontes. É mais que narrar memórias e histórias: é um compromisso político com os sujeitos e suas vivências e experiências, de modo que se deseja valorizar a convivência cotidiana destes autores sociais com a realidade do lugar onde estão.

Ainda com Alessandro Portelli (1996), temos o entendimento de que, por meio das fontes orais, é possível entender a intenção de uma ação, a sensibilidade do narrador diante de seu ato de relembrar um momento de sua vida e de como viveu esta experiência. Nessa dinâmica entre narrador e narrativa, é possível captar o sentido de um evento na vida do sujeito, é possível captar o significado atribuído a um fato ocorrido.

Falar sobre memória é uma das principais preocupações neste trabalho, uma vez que estão presentes em todos os momentos, já que, mesmo se referindo a um acontecimento ocorrido, temos que nos ater que é a partir do tempo presente que essa memória parte em busca do momento vivido. Dessa maneira, compreendemos que a fonte oral, não só a escrita, precisa de um olhar cauteloso, ordenado, arraigado, de um empenho sistemático que deixe claro o direcionamento do cunho interpretativo. É preciso ter a clareza de que estamos lidando com algo que é dinâmico, passível a mudanças. Estamos lidando com as lembranças, com a memória.

A memória pode ser compreendida como o lugar que articula as percepções subjetivas do sujeito em relação às experiências vividas por ele. Nesse sentido, a memória é responsável por realizar as atualizações dos fatos ocorridos. É do vivido, é do sentido, é do experimentado que parte nossa análise, para que novos caminhos de análise e novas possibilidades de escrever a História surjam no transcorrer do tempo.

Assim, foi possível estruturar a dissertação em três capítulos, a partir deste. O primeiro apresenta as cinco personagens entrevistadas na pesquisa, sendo um de Manaus e quatro de Parintins; e de que maneira tivemos contato, além de trazer importantes contribuições de autores, como Maurice Halbwachs (2006), para direcionar o nosso olhar às questões que envolvem a construção social da memória, da mesma forma que, a partir de um fragmento da mesma, diz respeito a uma coletividade existente entre todos os entrevistados. Temos em Halbwachs a compreensão de que cada sujeito não só está imerso a uma coletividade, como carrega em si substratos dessa coletividade aonde quer que vá.

Trazemos apontamentos de como a vida em terras estrangeiras aconteceu mediante a adaptação com os locais, sendo percebido a partir das narrativas dos filhos e netos destes migrantes nipônicos, e quais aspectos foram possíveis apreender e relacionar mediante suas vivências. Esse tópico permitiu realizar parâmetros entre as diferentes percepções sobre a vida de seus pais no Japão, a partir de suas falas. Percebemos que o mesmo espaço, tanto social quanto geográfico, é constituído de maneira completamente distinta por eles. As diferentes atribuições de trabalho que cada um exercia no Japão, antes de imigrarem, são expostas nesse capítulo. Também a forma como eles se percebem neste novo espaço.

Em referência aos motivos de sair do Japão rumo ao Norte do Brasil, levamos em consideração a complexidade da imigração. Dessa forma, trazemos uma discussão historiográfica no que tange a questões sobre o assunto. Diante disso, perceber as relações afetivas incutidas nos processos migratórios de cada japonês nesse processo é uma de nossas preocupações. Também foi possível compreender a formação de redes de solidariedades e familiares que foram formadas na saída do Japão e na chegada ao Amazonas e, conseqüentemente, em Parintins. Contudo, o que notamos é que a decisão de migrar de cada um deles e seus os motivos são distintos, envolvendo partidas e descaminhos.

O segundo capítulo discorre sobre o cotidiano dos pais e avós destes japoneses e como eles participavam efetivamente em cada processo da colônia. A vivência de comunidade desses sujeitos nos é expressa a partir dos trâmites comerciais, redes familiares, conversas, uma vez que os diversos atores agem em forma complementar de funções cotidianas. A participação familiar como elo efetivo/afetivo atua como suporte, uma vez que age como frente de apoio dando condições físicas e emocionais. O sentido familiar é um fator de grande peso nas decisões que envolvem a recordação dos entrevistados, pois, de um lado, há o apelo e todos os argumentos utilizados pelos pais e, de outro, a percepção que eles tiveram a partir destas decisões.

Por meio de suas narrativas, é possível visualizarmos como aqueles japoneses se construía no espaço da Vila Amazônia e das comunidades vizinhas. Para todos que ali chegavam, Parintins, no Amazonas, significava um novo começo, uma nova oportunidade de vida para dar retorno à família que permaneceu no Japão, visto que o recomeço de uma vida onde a busca de novas oportunidades de trabalho era escasso no Japão, a Vila Amazônia surge como um novo lugar para morar.

A migração, discutida em toda a dissertação, ocorre numa dinâmica de relações interpessoais, que abrange uma variada gama de elementos que a particulariza em momentos

vividos pelos sujeitos e que exige, de certa forma, uma análise das condições que surgem e/ou se processam diante da decisão de migrar.

A decisão de partir em busca de trabalho e/ou outras possibilidades acontece dentro de uma teia de relações sociais. Essa, por sua vez, está atrelada às redes de solidariedades e sociabilidades que se configuram e se recriam diante desses deslocamentos. Dessa forma, a procura de um novo começo tem se mostrado como o elemento primordial que motiva e movimentou Tobias Hara, Wilson Shoji, Margareth Oyama, Ruy Oyama, Elizeu Inomata e tantos outros japoneses, filhos e netos que viveram e permaneceram nestes percursos.

O terceiro capítulo aborda duas partes distintas desta história migrante. Em primeira instância, como as colônias japonesas em Parintins e Manaus cresceram com o surgimento da juta e de que maneira isso impactou a vida destes japoneses; os processos do dia a dia após a descoberta da juta e como a sociabilização se deu a partir deste fato. Em segunda instância, tangencia como toda essa tradição familiar, de permanência, de laços, de memórias e de descaminhos influenciou o Sr. Elizeu Inomata a tomar a frente da Associação Nipo-Brasileira em Parintins e como o Sr. Shoji mantém até os dias de hoje a Associação dos *Koutakusseis* no Amazonas em Manaus.

Uma vez que suas narrativas dialoga de forma coletiva com as demais e desperta nossa atenção para as mais diversas formas de luta por direitos, aqui, especificamente, luta pela memória dos japoneses, eles que tanto configuraram um espaço no Estado, agora se propõe a investimentos culturais para a preservação da memória da luta de seus pais e avós.

Este trabalho nos convida a refletir sobre a participação efetiva destes japoneses no corpo social e cultural de ambas as cidades, como as memórias nos colocam diante de suas vivências, o que permite a eles promoverem profundas e simbólicas transformações nos lugares onde estão.

2 “QUANDO O NAVIO CHEGOU, ELE ME DISSE QUE SE ARREPIOU TODO” – PROCESSOS I/MIGRATÓRIOS NIPÔNICOS: CAMINHOS E PERSPECTIVAS

Nesse capítulo, contemplaremos os diálogos iniciais que tivemos com nossos entrevistados e suas percepções, através da memória, de como suas famílias decidiram imigrar para o Amazonas. Apresentaremos, no primeiro subtópico, os entrevistados e como conseguimos os contatos com eles. Nesse mesmo espaço, mostraremos as falas de como suas famílias decidiram imigrar durante meados da década de 1920 e suas visões nesse processo inicial. Os locais das entrevistas e o rosto de nossas personagens são aqui mostrados.

Neste mesmo âmbito, analisaremos também os motivos que tornaram possível a viagem à Amazônia, as dificuldades que os japoneses se encontravam antes de vir ao Amazonas e os motivos de as famílias dos entrevistados decidirem migrar para um estado tão distante do Japão.

E, nesta mesma ênfase, abordaremos, no terceiro ponto, uma discussão entre memória e identidade, quando percebemos os primeiros contatos destes japoneses – colonos e *koutakusseis* – com a região a eles disposta. As primeiras impressões dos pais e avós das famílias de nossas personagens também são descritas aqui.

2.1 Quem são estas personagens?

Em 1931, especificamente no dia 21 de outubro, Tsukasa Uetsuka, líder e chefe da missão japonesa, passou a utilizar da concessão de terras⁹ que foram cedidas pelo governo do estado do Amazonas. Este fato mudaria espacial, econômica e socialmente as relações que ali ocorreriam. “Ele tava procurando onde ficar né?! Porque sempre dizia que queria algo próximo ao rio, mas também não tão distante da cidade. E aí rapaz, ele achou aquele pedaço de terra ali, a Vila Batista, ele comprou tudo e fez a Vila Amazônia” (INOMATA, 2019).¹⁰

O Sr. Elizeu Inomata nos fala, quando se recorda, como seu pai lhe contou da vida trabalhando na terra da família na Vila Amazônia. A escolha desta local foi o fator primordial que desencadearia a escolha das escolas Koutakus para trazerem os seus alunos formados para Parintins. No tocante destas memórias para com esses japoneses, que os remetem aos tempos

⁹ Disponível em: http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s3/s3_1.html#se1korono. Acesso em: 23 fev. 2016.

¹⁰ Por se tratar de entrevista oral, as citações de trechos dessas entrevistas serão referenciadas pelo sobrenome da pessoa entrevistada e o ano da entrevista. Uma lista completa das fontes orais, com mais informações, está disposta, ao final da dissertação, antes das referências.

em que trabalhavam, ou ainda trabalham, em lotes de terras da família que deixaram para eles, visto que ainda hoje, essas famílias ainda moram e se locomovem por dentro a região interior onde antes haviam apenas pequenos pedaços de terra não ocupados.

Compreendemos que é importante apresentar estas personagens para dar continuidade a estas histórias e situar como nos encontramos no decorrer da pesquisa. Portanto, dividiremos de duas formas: em primeiro lugar, contarei a história dos pais, *koutakusseis*, colonos e entrevistados; em seguida, falaremos sobre os entrevistados e como aconteceu nossa aproximação. Tomamos a memória destes *nisseis* e *sanseis*, em primeira instância, sobre o passado de seus pais para, como afirma Guimarães (2013), tornar visível o invisível realizando no presente o ato da lembrança como condição do passado.

Neste ponto, começamos a nossa trajetória de relatos orais para conhecer a realidade destas personagens e saber as memórias que as mesmas têm de sua infância e de seus pais, bem como elas reportam tudo isso para nós. O primeiro deles é Wilson Shoji.

Wilson Yoshiyuki Shoji, 63 anos, *nissei*, foi o primeiro entrevistado com quem tive contato durante os anos em que estudei japonês no lugar onde ele administrava. Wilson Shoji atuou durante muitos anos como diretor dos *Koutakusseis* em Manaus, diretório este que fica localizado no prédio da Nippaku no bairro Adrianópolis, ao lado do supermercado Roma. Wilson Shoji me ligou para que eu fosse a sua casa, onde me recebeu com bastante entusiasmo e muito empolgado para contar sua história e a história de seu pai.

Figura 1 - Wilson Yoshiyuki Shoji



Fonte: Arquivo pessoal do Senhor Wilson Shoji

Wilson Shoji mora na Cachoeirinha, próximo ao Terminal 2. Trouxe-me uma xícara de café preto e sentou à minha frente, perguntando tudo sobre minha pesquisa, antes que começássemos nossa longa conversa. Primeiro, ele me conta de sua infância, que se lembra que ajudava seu pai na fazenda, onde ele chegou em 1937, e que o trabalho era árduo, porém muito bom.

Conta-me que o decorrer dos anos que ele ajudou na Juta foram muito bons, até que, em 1942, os efeitos da Segunda Guerra Mundial chegam a Vila Amazônia e eles foram realocados em Tomé-Açú. Após tudo o que aconteceu, o seu pai resolveu ficar e enviar Wilson Shoji a uma escola em São Paulo para estudar. Ficou no interior de São Paulo e, quando terminou seus estudos, foi para os Estados Unidos para terminar sua faculdade de negócios.

Conta que voltou para Manaus em 1979 e ficou um tempo com uma loja, até que, em 2001, reuniu-se com Roberto Nakajima e Waldir Sato e fundaram a associação dos *koutakusseis* no Amazonas. Fala das festas que fizeram e de como estava feliz em reviver a memória de seu pai, que faleceu em 2015. Conta que, hoje em dia, não segue mais na presidência por estar bastante debilitado de saúde, mas afirma que a Associação está em ótimas mãos.

No final da entrevista, Wilson Shoji respira fundo por se preocupar com o futuro da comunidade e dos *nisseis* e *sanseis* de *koutakusseis* que estão Brasil a fora. Ele receia que a memória se perca em meio ao desinteresse de parte da comunidade em preservar as conquistas destes heróis da Vila Amazônia, como afirma o próprio entrevistado (SHOJI, 2019). Wilson Shoji pediu para que eu continuasse em contato com ele para saber como andam as entrevistas e como estão as pessoas que eu ainda iria conversar.

Na semana seguinte, seguimos para Parintins, onde encontraríamos os nossos outros quatro personagens desta história de trajetórias e enfrentamentos culturais que, hoje, são ressignificadas em memórias. Quando cheguei ao hotel, Sr. Elizeu Inomata me aguardava para que eu jantasse com ele em seu restaurante.

José Elizeu Soma Inomata, 59 anos, *nissei*, conta-nos a história de seu pai Tadashi Inomata e como ele imigrou para o Brasil perante as situações que o Japão se encontrava. Tadashi Inomata veio ao Brasil com a quarta turma dos *koutakusseis* em 1934. “Montevideu Maru, esse era o nome do barco que eles vieram aqui pro Amazonas, antes disso, o papai tava no Japão” (INOMATA, 2019).

Conheci Elizeu Inomata através de ligações que o Wilson Shoji, outro entrevistado, fez para que ele me recebesse quando chegasse a Parintins. Elizeu Inomata nos recebeu em seu

restaurante Yakiniku durante a minha viagem a Parintins. Estava pouco movimentado e pediu para que eu me sentasse à mesa.

Figura 2 - José Elizeu Inomata



Fonte: Arquivo pessoal.

Elizeu Inomata perguntou, assim que me viu, por que eu, como negro, teria interesse pela história dos japoneses e, mais especificamente ainda, por sua história e pela de seu pai. Sorri para o Sr. Elizeu e expliquei parte da minha trajetória de vida e de historiador. Ele compreendeu tudo o que disse, sorriu, tirou seu avental, colocou em cima da mesa e começou a perguntar sobre minha viagem de Parintins a Manaus e o que eu estava achando da cidade.

Elizeu Inomata mora na cidade, desde o início da década de 1980, com suas irmãs e se casou anos depois que começou a morar em Parintins. Viajou para o Japão para trabalhar em uma fábrica e retornou em 2013 para a cidade e abriu seu restaurante, onde trabalha atualmente.

Pai de uma filha, que mora com ele em Parintins, é filho e neto dos japoneses que vieram na viagem a Parintins como colonos de terra a mando do governo do Japão. Voltou para Parintins após se mudar para a província de Chiba nos anos 2000 e trabalhar em fábricas japonesas durante treze anos. É dono do restaurante Yakiniku, localizado na Rua Pedro Gonçalves.

Elizeu Inomata nasceu em Óbidos e cresceu no Amazonas, parte em Manaus e parte em Parintins. Primeiramente, morou com seu pai na cidade do interior do Pará – Óbidos, onde

estavam localizadas as colônias japonesas de Tomé-Açú. Cresceu lá, parte de sua vida, com seus irmãos e pais, porque, com o avanço da segunda guerra mundial, alguns dos japoneses que estavam no interior do estado do Amazonas foram transportados e alocados na colônia de Tomé-Açú¹¹.

Após esse nosso primeiro contato, Elizeu Inomata disse que havia gostado muito da minha conversa e do nosso jantar e que, no dia seguinte, iria me levar para conhecer a Associação e, então, poderíamos fazer nossa entrevista. No dia seguinte, ele me buscou no hotel para me mostrar a cidade e irmos ao terreno onde fica o prédio da Associação.

Figura 3 - Associação Nipo-brasileira de Parintins



Fonte: Arquivo pessoal.

Elizeu Inomata, orgulhoso de tudo, mostrou-me onde fica cada coisa no prédio. A sala de fotos dos *koutakusseis* e colonos, que passaram por Parintins e Vila Amazônia; as salas de aula onde estudam japoneses aos sábados; o campo de futebol onde realizam eventos; a casa do rapaz que faz a manutenção no terreno; os *posters* dos eventos no lugar. Sempre ao relembrar disto, Elizeu Inomata sorria.

¹¹ Historiadores da imigração japonesa ressaltam essa parte com bastante importância para constar o fato de que a colônia de Tomé-Açú serviu como campo de concentração para os japoneses da região Norte, termo este empregado por Sidnalva Maria Wayzyniak (2008). A autora também afirma que a educação, escola, aulas de japonês para as crianças, durante esse período da década de 1930 e meados de 1940, eram formas de resistência cultural, contra a imposição do governo, de permitirem que os japoneses apenas se comunicassem em português.

Entramos em uma sala de aula, ele puxou duas cadeiras e começamos a conversar. Sr. Elizeu Inomata, com bastante emoção, conta-nos sobre a vida de seu pai no Japão, antes da vinda ao Brasil; fala sobre as decisões que a família tomou para imigrar ao Brasil e como isso modificou os laços de afetividade com todos. Fala que a família do seu pai veio toda para o Brasil em busca de melhorias, que a vida no Japão não estava muito fácil por diversos motivos que atrapalharam a família. O Sr. Elizeu Inomata não citou esses motivos.

Conta que o seu tio Koemo Tairon foi o único a permanecer no Japão. Relata que apenas permaneceu ali pra dar continuidade ao nome da família no país, caso os pais e irmãos não retornassem. Com o brilho nos olhos, ao lembrar de seu pai, Sr. Elizeu Inomata relata as dificuldades da viagem, os motivos de seu pai ter saído do Japão e vindo como colono para Parintins e menciona como isso afetou sua vida.

A subjetividade desta entrevista, por mais complexa que tenha sido, com o desenrolar desta narrativa histórica ao qual nos debruçamos sobre, remete-nos a Alessandro Portelli (1996). A preparação da entrevista, os olhares entre locutor e interlocutor, as emoções perpassadas neste grande emaranhado de falas e sínteses, coloca-nos em suas vivências e experiências.

Neste mesmo âmbito, de conhecer a história de vida destas personagens, passamos também a compreender como a migração de seus pais, para o Brasil, afetou a relação deles com o espaço ocupado atualmente na sociedade. Falaremos então sobre os pais destas personagens no segundo momento, onde abordaremos os motivos para essa mudança de lugar.

No mesmo dia em que Elizeu Inomata me concedeu a entrevista, ele me levou para conhecer os pontos turísticos famosos de Parintins. Fomos na escola, que fica na esquina do hotel onde estava hospedado, a Escola Estadual Ryota Oyama, em homenagem ao pai da Juta, Ryota Oyama. A Escola fica na Travessa 31 de março e, quando entrei na escola para conhecer sobre a história do lugar e o motivo da escolha do nome, a diretora Rooney Barros se prontificou a mostrar todas as funcionalidades do lugar e da estrutura do prédio.

Seguindo o senso comum entre os japoneses que vivenciaram o período da Juta, a diretora me disse que a Escola tem o orgulho de levar o nome do senhor Ryota Oyama como pai da Juta, pela sua trajetória durante o período da Juta em Parintins. A diretora também afirma que a escola tem um nível de aprendizado alto e que, a cada ano, cresce cada vez mais no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ela ainda me questionou sobre minha pesquisa e disse que ficou empolgada com o interesse no tema. Ao sair da escola, a diretora nos levou até o portão e agradeceu a conversa que tivemos e pediu que eu continuasse a pesquisar.

Em seguida, Sr. Elizeu Inomata me levou para conhecer a praça dos japoneses, que fica em frente ao bumbódromo, onde acontece as principais atrações das festividades do Boi Bumbá em Parintins. Nesta praça, Elizeu Inomata me mostrou o símbolo de um busto de Tsukasa Uetsuka, onde, abaixo dele, existem quatro repartições com os nomes das levas dos estudantes *Koutakusseis* e os respectivos anos que vieram para a cidade e para a Vila Amazônia e comunidades das adjacências. Mostrou também o nome de seu pai e do Dr. Ota, que tanto ajudou a família de Sr. Elizeu Inomata durante o período da II Guerra Mundial e seus efeitos no Amazonas.

A praça foi criada em 1981 em homenagem aos serviços prestados pelos imigrantes *koutakusseis*, colonos, médicos e doutores, que vieram para o Amazonas no decorrer da década de 1930. Souza (2011) nos afirma que os japoneses ajudaram diretamente na urbanização de Parintins e Vila Amazônia, com a construção de um hospital, uma escola, um templo para reuniões, olarias, serrarias, armazéns e casas. Com este desenvolvimento, o porto de Vila Amazônia ganhou importância e ficou mais movimentado.

Figura 4 - Praça dos Japoneses em frente ao Bumbódromo



Fonte: Arquivo pessoal.

Nesse momento, analisamos a importância destas trajetórias de sujeitos individuais para a formação de uma identidade e uma memória coletivas sobre determinados acontecimentos da história desta imigração. Narrar sobre os fatos que remontam suas vidas quando crianças e lembrar os momentos contados pelos pais é algo que articula a percepção subjetiva de cada um destes entrevistados. Tendo em vista que o que foi vivido, contemplado e sentido durante a vida de seus pais, passado para eles e então foi ressignificado para essas personagens é exposto aqui nesta pesquisa.

Cada um deles perpassou a vivência da imigração de maneira singular, o que nos traz aos enunciados de Candau (2016). Nesse âmbito, mesmo que a memória única de cada um dos entrevistados nos retorne a este ponto no passado, todos eles carregam a coletividade da imigração no discurso (HALBWACHS, 2006). As dificuldades rotineiras com a língua, o método do plantio, o clima, a moradia, o costume com fauna e flora, bem como doenças tropicais, tudo isso traz a atualidade da realidade destes *nisseis* e *sanseis* (HOMMA, 2003).

A partir desta perspectiva, balizamos os discursos e diálogos destes filhos e netos de japoneses para a vida que seus pais tiveram antes, durante e após a imigração realizada. Partimos do pressuposto que isso os interliga e os afeta em todas as instâncias na vida. Isso reflete seu momento atual, até a realização das entrevistas, e, como acontecimentos do passado, tendem a se tornar conhecimentos para aplicarem no presente.

Após conversarmos na Praça dos japoneses, Elizeu Inomata me disse que gostaria de me levar para conhecer um grande amigo dele. Então, subimos na moto dele e seguimos para o comércio de Tobias Hara. Ao chegarmos, o Sr. Tobias Hara não sabia que eu havia ido realizar a entrevista com ele. Foi apenas informado, pelo Sr. Elizeu Inomata, que eu iria conversar. Quando ficou sabendo da entrevista, aceitou, mesmo que, no começo e durante certos trechos dela, houvesse se oposto e mudasse o assunto para evitar falar sobre determinado tema.

Tobias Satoshi Hara, *nissei*, tem 69 anos de idade e é natural de Parintins mesmo, embora não tenha crescido na cidade. Tobias Hara estava sentado em uma cadeira no canto de sua mercearia e, conforme fomos desenvolvendo a conversa, ele, em diversos momentos, fitava o teto da sua loja, talvez para recordar da sua vida movido pelas minhas perguntas. O Sr. Tobias Hara me ofereceu uma xícara de café e pediu que eu ficasse de frente a ele. Falou tudo com um olhar de saudade, como se recordar de todas estas informações fosse uma alegria doída.

Contou-nos que passou boa parte de sua infância em uma comunidade chamada Ilha do Caripuna, que é banhada pelo Rio Ramos, onde viveu com seus pais e irmãos até seus 17 anos. Tobias Hara nos conta sobre como a turma de *Koutakusseis*, na qual seu pai veio, fora formada por pessoas especializadas em agrícola. Por isso, especifica-nos que seu pai fazia de tudo,

plantava de tudo e colhia de tudo: pimenta do reino, arroz, café e outras especiarias, que ele afirma ter se esquecido quais eram, após demasiado tempo pensando sobre o assunto.

Figura 5 - Tobias Satoshi Hara



Fonte: Arquivo pessoal.

O Sr. Tobias Hara é um dos 10 filhos de Sotaro Hara, imigrante *koutakusse* que veio na quarta turma dos *koutusseis* para o Amazonas. Tobias Hara nos conta da sua infância na Vila Amazônia, onde ajudava seu pai na plantação dos castanhais e de outras especiarias da terra. Fala também que seu maior prazer era acordar às quatro da manhã e ir para a escola que ficava em Parintins. Fala sobre o encher camburões de água e de ralar mandioca em latas de óleo, inclusive comparou a cena pegando uma garrafa *pet* de óleo que ele estava vendendo em sua mercearia.

Quando falamos sobre memória, devemos manter em mente o “dever” do historiador quanto a esta tão poderosa ferramenta. Porém, mais do que isso, entre as lutas por direitos, ela ganha lugar por manter vivas as interpretações que temos quanto ao passado; e o reporte do mesmo para vislumbrar a formação destes espaços que, hoje, filhos, netos, bisnetos ocupam. Tudo isso molda a conquista no discurso histórico balizando-nos ao encontro dessas personagens, suas trajetórias e vivências (HEYMANN, 2006).

Tobias Hara enfatiza duas situações que o trazem bastante desconforto sempre que se recorda de sua vida durante o período da Vila Amazônia. A primeira citada se refere ao fato de não aproveitamento da terra: o que o importuna tanto nessa situação é que, após eles voltarem do período do exílio em Tomé-Açú, as terras onde estava localizada a Vila Amazônia se encontravam compradas pelo JG Araujo. Sobre isso, ele apenas mencionou o nome e não explora em mais nada sua relação com o atual dono.

Mesmo com o retorno de parte dos japoneses para o Amazonas, pois, segundo Tobias Hara e Elizeu Inomata, seus “até breve” e “adeus” tornaram-se numerosos após o fato do estouro da Segunda Guerra Mundial,¹² durante as décadas de 1930 e 1940.

“Muita gente seu Daniel, ‘ishi’, muita gente mesmo foi embora pra nunca mais voltar sabe. Quem era casado com brasileiro ficou por aqui mesmo e alguns foram até pra outros estados, se arranjaram pra lá e eu nunca mais os vi. Outros né?! Que eram casados com japoneses, voltaram para o Japão e, também não sei que fim deram. Eu fico pensativo porque poderia tudo ser diferente né?! Tu imagina a gente com a Vila até hoje?” (HARA, 2019).

Esse relato nos traz o posicionamento de que ainda há um descontentamento, por parte de famílias de colonos, *koutakusseis* e imigrantes nipônicos, que migraram para o Brasil e não puderam retornar para os locais onde foram designados no porto de Kobe em sua partida. Estes que não puderam retornar adotaram vivências plurais. O Sr. Tobias Hara relata não se lembrar de tantos, mas cita os trabalhos, “bicos”, moradias alugadas e emprestadas, as aulas rápidas para aprender o “caboquês”, como ele afirma, sorrindo, que seu pai e ele aprenderam rápido.

Estes novos descaminhos causados por mais um evento durante a imigração japonesa para o Brasil nos colocam novamente no campo da memória. Porém, desta vez, uma memória identitária: a de embate para habitar em um lugar no qual não o pertence e põe-lhe, desta vez, “obrigado” a (sobre)viver neste meio de costumes, língua, religião, práticas e experiências partilhadas em âmbitos culturais (HEYMANN, 2006).

Sr. Tobias Hara compartilha sobre os trabalhos que sabia que alguns vizinhos seus haviam arranjado, como auxiliar de carpinteiro, ajudante de fazendas e ainda como ajudante de casa. Todos esses trabalhos, segundo ele, proporcionaram uma mudança na visão que se tinha dos japoneses durante o período pós-guerra. A terra trabalhada, onde ficava a Vila Amazônia,

¹² Durante o período da Segunda Guerra Mundial os brasileiros cortaram relações com os japoneses, alemães e italianos que estavam no Brasil começaram a sofrer repressões que serão relatadas no último capítulo desta dissertação.

foi desocupada e a produção de Juta foi diminuída devido ao abandono realizado pela desapropriação do lugar, o que causa o segundo descontentamento dele.

O segundo ponto que é possível levantar a partir do comentário de Tobias Hara é sobre o reflexo desses fatos em sua vida atual. Com bastante ênfase nesse ponto, ele nos conta que fica realmente entristecido com o desfecho que a imigração japonesa tomou em Parintins. “As pessoas estão muito relaxadas, seu Daniel” (HARA, 2019), respira profundamente colocando a mão sobre sua cabeça e pensa sobre isso.

Conta-nos que as atuais ocupações de pessoas nos espaços das ilhas e comunidades próximas à antiga Vila Amazônia lhes entristece por não aproveitar o que a terra os pode dar. Fala sobre o cultivo, cuidado e a plantação e reflete sobre o uso indevido dos lugares que antes eram mais bem aproveitados. A questão de pertencimento aparece com mais força no discurso no que cerne à compreensão ao tempo e espaço.

Deixei o mercado de Tobias Hara e fui a caminho da antiga fábrica da Juta, que fica próxima ao porto de Parintins. Os trilhos desgastados que serviam para transportar a Juta pesada, como relatam o Sr. Elizeu Inomata e o Sr. Tobias Hara;¹³ as árvores e plantas tomando a forma do lugar onde antes havia trocas, vendas, compras e produção. Sr. Elizeu Inomata me levou ao encontro dos filhos de Ryota Oyama, mais conhecido pelos *koutakusseis* e pelos *sanseis* e *nisseis* locais como o pai da Juta.

O Sr. Ruy Oyama, *sansei*, abre o portão de sua fazenda para me receber em sua casa e conversar comigo. Ele soube que iria visitá-lo pela ligação do Sr. Elizeu Inomata e Sr. Wilson Shoji. Olhei para o grande pomar que tem em sua casa e para os animais que cuidava em sua fazenda. Com um sorriso no rosto, ele perguntou se eu cuidava de animais.

¹³ Ambos alegam que, quando a Juta era deixada de molho na água para carregar no outro dia e levar à fábrica, o peso que ela ficava por estar “inchada” era impossível para um homem adulto carregar sozinho e transportar para o carro de peso.

Figura 6 - Ruy Ryota Oyama



Fonte: Arquivo pessoal.

Ruy Oyama me convida para sentar-se junto à mesa da sua área de lazer e se senta em uma rede olhando para mim e perguntando o que acharíamos proveitoso na história dele. Sr. Ruy Oyama mora sozinho no pomar que pertencia ao seu pai. De vez em quando recebe a visita de sua irmã Margareth Oyama. Ambos comentam juntos sobre suas vidas em meio à colônia, Juta, fartura e a Guerra.

Sr. Ruy Oyama comenta que seu pai era uma lenda viva, que faleceu em 2012 e guarda momentos com seu pai que gostaria de voltar a ter. Conta que começou a tomar conta do pomar após o falecimento de Ryota Oyama. Antes disso não morava em Parintins, mas, sim, no Pará. Fala que alguns de seus outros irmãos estão no Pará e outros, no Japão. Ele começa a nos contar sobre a história de seu pai, que tanto o impressiona, desde a vinda ao Brasil até o cultivo da Juta na terra. Diz que a história do passado de seu pai é algo que sempre o mantém feliz com as conquistas dos japoneses em Parintins.

Figura 7 - Ryota Oyama (Pai da Juta)



Fonte: Arquivo pessoal do Senhor Wilson Shoji.

Trabalhar com a memória dos filhos e netos dessas pessoas, que foram importantes para a história do Amazonas, como afirma Halbwachs (1990), é ressignificar o espaço ocupado por estas personagens, que tracejam a coletividade da memória que muitos atêm por diversos pontos de vista. Ainda com o mesmo autor, em uma diferente análise (HALBWACHS, 1994), pairamos aqui com a imagem criada através destes “quadros sociais” que eram por eles ocupados.

Desde comerciantes, agropecuários, empresários, engenheiros, artistas plásticos etc., na vinda para o Brasil, essa imagem se modifica para imigrantes que percorrem o sonho de integrar uma sociedade distinta que, para eles, era uma das localidades que se tornou uma nova tentativa de constituir um lar.

O Sr. Ruy Oyama me conta que sua infância foi muito bonita, que corria pelos castanhais da Vila Amazônia. Lembra de precisar carregar bastante Juta para ajudar as outras pessoas da comunidade. Comenta rindo, quando lembra do fedor que causava quando a planta ficava de molho e que precisava sacudir a planta para depois usar.

Essas memórias particulares das vidas destas personagens intercalam a história destes *nisseis* e *sanseis* entre si, mas todas perpassam suas experiências únicas de uma infância em um país estrangeiro, onde o contato com a língua, costumes e diferenças formam a identidade de cada uma delas. Levando em conta que esta construção de identidade se dá, em um contexto complexo de uma rede de relatos, ainda mais no processo que o Japão perpassava de avanços da modernidade e descobrimentos culturais através da relação com os países do Ocidente.

Durante toda a entrevista com o Sr. Ruy Oyama, Margareth Oyama, também *sansei*, nos observava concordando sempre com a cabeça na maioria das coisas que ele respondia e ficava surpresa com o decorrer das nossas conversas. Ela logo se interessou e disse que iria preparar um café para todos nós e esperaria a vez dela, porque gostaria de falar sobre o que se lembrava também.

Sorri para ela e, após terminar minha conversa com o Sr. Ruy Oyama, ele nos deixou a sós na varanda e foi buscar mercadorias. Margareth Oyama se sentou na rede e me olhou com bastante firmeza nos olhos, pedindo para que eu começasse a entrevista com ela. Margareth Oyama é mãe de três filhos e cresceu na Vila Amazônia, assim como o Sr. Ruy Oyama. Ela me conta que sua infância foi tão divertida quanto à dele. Fala sobre os lugares que morou e, inclusive, citou que essas passadas nas cidades foram decisivas pra ela ficar em Parintins.

Conta que tem três filhos, é viúva e seu marido era da família Nakanomi, que veio depois da Guerra, não como *Koutakusei*, mas como colono. Quando perguntei sobre seu pai, Margareth Oyama contou que existem relatos de que ele trouxe as sementes da Juta na bainha da calça e diz logo que não podem ser verdade, pois estariam chamando seu pai de ladrão, assunto que não a deixou confortável. Disse que ele começou a plantar a Juta em um lugar chamado Andirá, que fica em uma comunidade próxima à antiga Vila Amazônia. Ela afirma que, como não deu fruto na Vila Amazônia, seu pai plantou nesta localidade.

Figura 8 - Margareth Oyama



Fonte: Arquivo pessoal de Margareth Oyama

Margareth Oyama me afirma sobre sua ida forçada para Tomé-Açú junto de seus vizinhos na comunidade durante o período da Segunda Guerra Mundial. Ela se sentiu pressionada e, ao mesmo tempo, confusa por ter sido realocada para esta nova localidade, sem entender o porquê desta ida.

Acontecimentos que modificam o espaço criado por essas personagens fomentam não só a forma que devemos nos aproximar destes assuntos, como o caminho que a entrevista toma. Perceber as expressões, toques, olhares; entender o modo como os entrevistados se reportam a certo fato e como falam isso para nós como interlocutores, que, posteriormente, serão interpretadas e trabalhadas (PORTELLI, 1996).

Em toda a conversa que tivemos, ela sempre comentou séria sobre o processo de imigração dos *koutakusseis* no Amazonas, processos esses que são o início de todo embasamento para o conhecimento da entrevista. Após o fim da mesma, ela me agradeceu bastante pelo tempo e pela dedicação ao trabalho. Eu a agradei pelo tempo e deixei o pomar de Sr. Ruy Oyama com a certeza de que a história do Pai da Juta era uma das que remontariam o período rico e feliz que a economia do Amazonas passou durante a Juta (OYAMA, R., 2019; OYAMA, M., 2019).

No dia seguinte, continuei a conversa e a conhecer a cidade de Parintins junto ao Sr. Elizeu Inomata, que explorou diversas fábricas de juta que estão falidas e não funcionam mais atualmente. No final do dia, ele me levou para o porto, para me deixar na lancha e despediu-se de mim afirmando querer ler e mostrar o trabalho para as pessoas que visitam a Associação Japonesa em Parintins, na certeza de que existem pessoas que se interessam por sua história e pelo passado de seus pais.

Todas as histórias que coletamos e que nos foram contadas, estas nove histórias entrelaçadas entre a comunidade japonesa que existia durante a segunda metade da década de 1930 em Parintins, e a infância e vida dos pais, *nisseis* e *sanseis* nos fazem pensar sobre os processos que essas (i)migrações percorreram para construir as memórias coletiva e individual de nossas personagens.

2.2 O que levou nossos pais a virem para o Brasil

O sociólogo George Simmel¹⁴, que trabalha com os conceitos de estrangeiros e viajantes, disserta sobre a presença dos grupos de imigrantes de diferentes etnias em um determinado local:

[...] as relações espaciais são, de um lado, condição e, de outro, símbolo das relações humanas. [...] um grupo espacialmente determinado ou a um grupo cujos limites evocam limites espaciais, a sua posição no grupo é essencialmente determinada pelo fato de que ele não pertence a este grupo desde o início, que ele introduziu características que não lhe são próprias e não podem sê-lo. (SIMMEL, 1908 *apud* SAKURAI, 2000, p. 5).

A partir dessa premissa, pode-se considerar que, no contexto dessa pesquisa, esses viajantes são os imigrantes japoneses e o determinado local é o Brasil.

Para compreendermos o contexto da chegada destes japoneses no Amazonas e em Parintins, precisa ser feito um breve relato sobre sua vinda ao Brasil durante a primeira década do século XX. Revisitar os ambientes e as colocações neles realizadas nos transporta para o tempo em si e traz-nos a representação do que antes fora um local de dicotomia cultural e, hoje, coexiste como um local de interlocução cultural e social que miscigena duas etnias e transcultura dois mundos.

A primeira leva de migrantes japoneses, que aporta no dia 18 de junho de 1908¹⁵, em Santos, é recebida com bandeiras do Brasil e do Japão, aludindo à calorosa recepção dos nacionais para os novos estrangeiros. 781 famílias desembarcaram do navio, que tinha por nome Kasato Maru¹⁶, conduzindo-os a este novo país, visando objetivos comuns, como trabalho. Chegando ao porto da cidade, os japoneses se alocaram na Hospedaria do Migrante¹⁷ para receber as instruções da companhia de imigração, Kokuku Shokumin Kaisha, que os transportara.

¹⁴ George Simmel traz o conceito do “estranho” / “estrangeiro” como alguém que está distante e próximo ao mesmo tempo. A ideia de que, se, em uma sociedade, todos se conhecessem e tudo fosse sabido, não haveria o novo e o que discutir e conhecer sobre. Para mais, ver: Simmel (1976).

¹⁵ Houve uma tentativa, durante os primeiros anos de 1900, para tentar trazer imigrantes japoneses para o Brasil que não obteve sucesso. Um documento oficial da carta do então ministro Sho Nomato em visita ao Brasil, que data de 1905, descreve os motivos para o insucesso dessa primeira empreitada. Para mais, ver: <http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/767395/1?lang=en>.

¹⁶ O navio KasatoMaru deixou o porto de Kobe, no sul do Japão, três meses antes da chegada ao Brasil. Considerando que essa embarcação japonesa seria a quinta a emigrar famílias japonesas para trabalhar em um país estrangeiro. Para mais, ver: Muto (2010).

¹⁷ O mesmo prédio também comportara migrantes espanhóis, alemães e italianos durante o século XIX. Os registros de hospedagem estão no Livro de Registro do Brás e datam de 1882 a 1958.

Nesse momento, inicia-se a imigração japonesa no Brasil, intercalando entre cinco momentos (SÁ, 2010)¹⁸ do processo de levadas migratórias que transitaram em momentos históricos em ambos os países. Para compreender os motivos pelos quais o Japão emigra, foi preciso analisar a trajetória política e econômica do país durante os séculos XVI-XIX. Mas, percebendo o cunho migratório como balizador desta pesquisa, evidencia-se a transição de períodos¹⁹.

Estes períodos, evidenciados por Sá, reportam-nos a duas possíveis conclusões. A primeira nos alude aos diferentes “tratamentos”²⁰ que os imigrantes receberam durante esse espaço temporal, tornando as migrações expressivas em diferentes locais no país²¹. A segunda nos permite compreender a dicotomia existente entre esses grupos: migrantes, colonos e *koutakusseis*. Estes diversos grupos de migrantes, que permeiam o espaço do recorte temporal de nosso trabalho, surgem nos momentos iniciais da Vila Amazônia e permanecem até o final da década de 1950.

Entretanto, para nos adentrarmos na compreensão destes diversos grupos, abrimos aqui espaço para interlocução de autores, para discutirmos sobre as análises, passíveis de ocorrer, quando falamos sobre migração, o ato de migrar, de se deslocar. Para compreender as etapas desse processo, analisaremos as trajetórias destas personagens, tanto em sua característica individual, quanto em seu caráter coletivo, na leva dos *koutakusseis* e colonos que vieram ao estado.

Quando falamos sobre migração, precisamos compreender que este é um conceito complexo, que abarca as experiências pessoal e coletiva, de pessoas ou de grupos sociais. Lang aborda sobre isso em seu trabalho quando fala que a “migração é estudada a partir das fases do

¹⁸ Para a autora Michelle Sá (2010), há cinco momentos em que se divide a imigração japonesa no Brasil: antes de 1908, durante 1908, segunda leva após os acontecimentos nas fazendas paulistas, o novo japonês de 1915 e o japonês que migra para o norte.

¹⁹ Durante o período de isolamento mundial do Japão (XVI-XIX), os trâmites comerciais eram estritamente locais e agrícola. As divisões sociais e econômicas davam-se pelo *koku-taka* que, após a chegada dos americanos durante meados do século XIX, estas instituições políticas foram desfeitas e o sistema de governo, bem como o econômico, foi trocado radicalmente durante os anos de 1869-1873. Para mais, ver: Teixeira (1997) e Takahashi (1986).

²⁰ Durante a primeira leva dos imigrantes ao Brasil, na primeira década do século XX, os japoneses foram alocados em espaços pequenos, desconfortáveis e sua qualidade de vida, diferente da que fora prometida nos tratados e acordos feitos com as Companhias de Imigração antes de viajar. O não cumprimento de diversas “promessas” e termos que foram incentivados pelo país os colocou a mercê do regimento local, São Paulo, onde a comunicação era a parte de suma importância que os faltava. Após esta primeira leva, os acordos foram revistos e os termos revisitados, para que não se repetisse o que houve com os migrantes pioneiros. Para mais, ver: Nogueira (1984).

²¹ As (i)migrações japonesas, no país e entre os estados, aumentaram do decorrer das décadas de 1920 e 1930. A quantidade de levadas que chegavam em outros estados aumentavam no decorrer do tempo. Como afirma o autor Ogasawara (2008), quando aborda sobre os números crescentes de japoneses no Rio Grande do Sul, quando fala sobre as tentativas de criar uma colônia japonesa na região de Santa Rosa. Para mais, ver: Ogasawara (2008).

percurso migratório” (LANG, 2007, p. 15). A autora separa em etapas esse processo e nos conta:

Migração é o movimento de pessoas no espaço físico e social, em caráter definitivo ou por tempo longo. Trato de migração internacional, observando que emigração e imigração são duas faces de um mesmo fenômeno, o processo migratório [...] imigração se trata da permanência no estado destino. (LANG, 2007, p. 16).

Tomamos por discussão também as análises de outros campos das Ciências Humanas, Sociologia (MACIEL, 2012)²² e Geografia (VALE, 2007)²³, por exemplo, para compreendermos que esta discussão não pertence apenas ao campo histórico e de saber do historiador. Maciel discute sobre a questão de a migração estar diretamente ligada ao pensamento de melhoria de vida, como afirma em seu trabalho, no qual faz uma análise do conceito de migração ao conceito de família:

A migração das famílias, geralmente, favorece uma mudança no universo simbólico dos contextos de vida de seus membros. O processo não é apenas um deslocamento geográfico, mas representa uma movimentação no universo sociocultural dos indivíduos, como afirma Garcia (1988). A circulação e a aceitação dos migrantes nos novos espaços sociais de vida dependem da produção de novos valores que orientaram suas as relações sociais. (MACIEL, 2012, p. 18).

Nesse pensamento de entender o processo migratório como elemento formador desse novo espaço social do migrante, aqui colocando como colônia/Vila Amazônia, compreendemos parte das características que moldaram a sociedade nipo-brasileira no Amazonas. Na análise de Vale (2007), a autora abordou a migração como consequência necessária após o avanço econômico de uma região:

A migração é vista como um fenômeno positivo, que possibilita a transferência de excedentes populacionais de um setor para outro. Nesta perspectiva pode-se citar Lewis (1954), quando trabalha a migração de áreas rurais não desenvolvidas para setor industrial emergente. O migrante é um portador de trabalho, fator positivo que, combinado com os fatores terra e capital, apresenta interesses para os processos de desenvolvimento

²² Maciel (2012) discute sobre a questão de a migração estar diretamente ligada ao pensamento de melhoria de vida. A autora, na sua obra, analisa acerca da migração rural-urbana em busca da melhoria de vida destes migrantes. Para mais, ver: Maciel (2012).

²³ Vale (2007) trabalha com entrevistas, relatos e análises gráficas das transições demográficas e geográficas dos migrantes, suas escolhas dos novos lugares e os motivos que os levou a migrar para tal lugar, através de um olhar geográfico e socioeconômico. Para mais ver: Vale (2007).

econômico. O espaço é tido como ‘equilibrado’ ou ‘desequilibrado’, conforme a combinação dos fatores citados. (VALE, 2007, p. 41).

Vale ressalta a “responsabilidade” dos migrantes, em todos os âmbitos, em levar o avanço do trabalho para o local onde se estabelece. Perpetuar-se nestes espaços ou migrar para novos nos põe face a interpretar todos estes sentidos de imigração. Entendendo que é este fenômeno social coligado ao desejo de mudar – cidade, estado, país, trabalho – e a crescente onda, voltando as nossas personagens agora, de levadas de nipônicos ao interior do estado.

Outra autora que nos cede esse argumento é Guillen, que baliza sua tese na análise do discurso do narrador e migrante como personagens distintas, porém, ao mesmo tempo, próximas nos lugares do ir e do vir²⁴. A autora trabalha a perspectiva do termo *êxodo* para marcar o início da vinda dos migrantes nordestinos para a Amazônia durante o século XX. Esse êxodo nos traz aos descaminhos que percorreram estas quatro famílias, durante a década de 1930, e quais decisões e em quais circunstâncias estas foram tomadas para que houvesse esse êxodo nipônico de colonos, *koutakusseis* e migrantes comuns.

Sotaro Hara, pai do Sr. Tobias Hara, era artista plástico. Ele trabalhava na província de Chiba. Pai de nove filhos, ele notou o surgimento de uma escola Koutaku próximo à província de onde trabalhava. As escolas Koutaku, por nome 国士館高等拓殖学校²⁵, eram escolas preparatórias de agronomia, pesca, agropecuária, estudos de solo, engenharias ambientais, estudos de rios, cultivo de plantações e cuidados na agricultura. A escola preparava alunos, jovens entre 19-20 anos, para deslocar-se ao Brasil como uma nova leva de imigrantes. Dessa vez, com o objetivo de fundar uma colônia japonesa com fins próprios de difusão cultural no país²⁶. O Japão, que passava por uma instabilidade econômica, no momento²⁷, criou o “programa” Koutaku como incentivo a jovens japoneses imigrarem trabalhando²⁸.

²⁴ A autora dialoga com Walter Benjamin para explorar a visão do narrador no processo de produção do discurso do migrante. Analisamos Benjamin (1986), mas discutiremos sua importância para este debate aqui iniciado no próximo ponto. Frente a esta visão de êxodo criada pela autora, temos o migrante com desejo de sedentarizar mediante as relações sociais formadas no espaço. Nos apropriamos dessa análise para compreender essa “sedentarização” ao migrante nipônico. Para mais sobre o trabalho da autora que remete migração nordestina, ver: Guillen (1999).

²⁵ *Kokushikan kōtōtaku shoku gakkō*.

²⁶ A escola Kokushikan tinha por objetivo principal “colonizar” e cultivar novas terras através dos ensinamentos das aulas. Os outros objetivos, dentro dos planos da escola, eram da difusão cultural japonesa na cidade/local onde ficariam. Dado esse fator, houve a criação do Hakko Kaikan – prédio usado para as reuniões semanais dos *koutakusseis* que estavam na Vila Amazônia.

²⁷ O Japão enfrentava um período de instabilidade econômica desde a chegada do capitalismo pós-segunda metade do século XIX. O país, que antes era formado por “coligações” feudais de famílias de samurais, adequa uma nova postura mediante as modificações no Estado. Para mais, ver: Torres (2014).

²⁸ O trabalho que seria exercido por estes japoneses seria de cuidar da terra, administrar a colônia e comunidade que iriam permanecer, bem como cultivar, colher, consumir as especiarias e participar das diversas reuniões *koutakusseis* no Hakko Kaikan. Para mais, ver: Sato (2011).

Ele soube de processos migratórios para o Brasil e se candidatou para participar do processo. Sr. Tobias Hara nos conta que tentou duas vezes e foi quando soube da escola *Koutakusse*, onde entrou para estudar e vir nas levas dos imigrantes para o Brasil. Os motivos relatados pelo Sr. Tobias Hara são de que seu pai queria fazer a diferença em algo para o Japão. Chegamos aqui em um ponto cultural muito forte, no qual japoneses, de diferentes regiões e famílias, criam uma rede identitária de reconhecimento como cidadão de um país que divide a cultura de pertencimento de uma forma diferente²⁹.

Este pertencimento aqui trabalhado nos remete a dialogar com um traço cultural nipônico presente desde o período moderno japonês, no qual as eventualidades aconteceram, entre instabilidades econômicas, guerras por territórios, aumento das cidades e um grande êxodo rural. Takahashi (1986) apresenta os movimentos de grande contingente populacional que se locomovem do campo para a cidade em busca de trabalhos³⁰.

Sobre esse período moderno japonês, na obra de Jansen (2000), é exposto em mapas, gráficos e traços historiográficos sobre a mudança de poder, de estado e de modelo socioeconômico que o Japão passou durante os séculos XVIII-XIX. Ainda levando em conta o diálogo com a ideia formada pelos japoneses nos dias de hoje, são por um pensamento coletivo um povo organizado, trabalhador, com vigor e raça, onde todos trabalham com o objetivo do país prosperar é o que nos alude que o que está intrínseco na cultura e costume de uma nação se carrega com as pessoas para a outra.

Esse “carregar cultural” nos traz à fala de Wilson Shoji, quando ele nos conta sobre os motivos do seu pai vir ao Amazonas. “Meu pai veio na sétima turma e morreu aos 104 anos em 2016” (SHOJI, 2019). Quando começa a falar da sua família e dos imigrantes que vieram junto, o Sr. Shoji narra que seu pai iniciou seus estudos como médico logo após a escola de budismo que praticava. Em seguida, ele começou a trabalhar na área de saúde e foi então que se deparou com o cartaz de aviso das escolas *koutaku*.

Zennoshin Shoji, o pai de Sr. Wilson Shoji, decidiu se aplicar à escola *Koutaku* e participar da leva dos migrantes. A ideia de pertencimento baliza a viagem de nossos quatro

²⁹ Abordamos o termo pertencimento para ilustrar o sentimento que esses japoneses possuíam pela terra e, ao mesmo tempo, pela cultura que lhes era aplicada. Os japoneses, segundo o relato de todos os entrevistados, criam laços familiares e de proximidades quando se trata do bem do país, do crescimento unitário da terra natal.

³⁰ Takahashi dialoga que, com o fim do “governo feudal japonês”, a vida no campo sem o protetor – senhor feudal – para assistir aos camponeses gerou certa insegurança no campo, bem como a troca de especiarias que não pudera mais ser realizada de tal forma como era feita antes. O autor, aborda ainda a ideia de que os envios populacionais realizados para as cidades geraram um desconforto inicial por mão de obra que não estava preparada para as maquinarias europeias, bem como para o novo modelo econômico que adentrava no país.

personagens paternos/maternos. Após Sr. Zennoshin fazer a escola, no ano de 1937, veio e se localizou na comunidade de Aiçurapá, após a entrada da Vila Amazônia.

A objetividade no discurso de nossos interlocutores é certamente um ponto a nos debruçarmos sobre, visto que a decisão primordial da escola é de formar japoneses que saibam que esta migração é “Viagem para não voltar ao Japão”. Abrimos aqui um espaço para discussão de um dos motivos que levou estes japoneses a decidirem migrar tão facilmente como os nossos entrevistados nos contam. Esse motivo, talvez, relate-nos de uma melhor forma sobre alguns dos processos que levou os japoneses, desde o século XVIII, a decidirem balizar sua vida com um destino incógnito, mas com a certeza de que fariam o melhor para o crescimento do país.

Primeiramente, pelos processos de instabilidade econômica do Japão, que começam há alguns séculos, quando o Japão se encontrava em um isolamento mundial sob a regência do governo dos Xoguns. O declínio de tal instituição político-militar ocorreu durante o ano de 1853. Alguns historiadores, que creem numa progressão descontínua do Xogunato, abordam o fim dele, anos mais tarde quando a Era Meiji (governo iluminado) inicia.

Durante o ano de 1853, chegava à baía de Edo o comandante estadunidense Matthew C. Perry,³¹ que se reportou imediatamente aos governantes do Xogunato Tokugawa exigindo a leitura de uma carta enviada pelo então presidente dos Estados Unidos, Milliard³². A carta³³ ordenava que o Japão abrisse seus portos aos Estados Unidos. Após reviravoltas nos trâmites políticos, houve consenso da abertura de dois portos,³⁴ na costa leste japonesa, para os EUA (TAKAHASHI, 1986). O Japão começa a transição de períodos, o que baliza um dos primeiros pontos dos motivos das emigrações japonesas nos anos subsequentes.

Os processos econômicos aderidos pelo Japão, suplantados por Kohachiro, foram motivos exógenos e perceptíveis na decisão do migrante de realizar tal processo. Vale lembrar que, com a chegada da modernização no Japão, durante os anos finais da década de 1860, foram, principalmente, motivadores de um grande êxodo rural e um crescimento expansivo nas metrópoles e cidades (TAKAHASHI, 1986).

³¹ Comodoro da frota de navios dos Estados Unidos da América. Participou de diversas guerras em nome dos EUA e os levou a vitória em maioria delas. Para mais sobre as participações do comodoro na história dos EUA, incluindo sua visita ao Japão, ver: Hawks (1856).

³² 13º Presidente dos Estados Unidos da América. Último membro do *Whig Party* norte-americano, Milliard foi responsável pela ordem à frota americana de “forçar” a comunicação com o Japão para usufruir das especiarias do local.

³³ Carta de abertura dos portos do Japão para os EUA, também conhecido como Tratado Harris. Para mais, ver: MsMaster (1967).

³⁴ Ueno e Kyushu foram as duas primeiras cidades portuárias do Japão que receberam as inovações tecnológicas vindas da Europa. Para mais, ver: Takahashi (1986).

Tendo em vista tais desencadeamentos, Romero afirma que as reestruturações, principalmente no setor econômico, a fim de desenvolver e modernizar o Japão, visaram estar em consonância com os modelos capitalistas mais avançados de economia de mercado, sobretudo os modelos europeus e norte-americano. Desta forma, a implantação do plano de modernização interna do governo Meiji se deu pela adoção do modelo de economia de mercado e a partir da adoção efetiva das técnicas da Revolução Industrial³⁵.

É perceptível que, a partir destes avanços industriais e com a chegada de materiais externos ao Japão, uma mudança na transição de trabalho campesino para o industrial foi radical. Com o advento da Era Meiji e o imperador retomando o poder, geraram movimentos de êxodo rural, que afetou a estrutura social, econômica e transição demográfica.

Sobre a transição demográfica, Levy (1974) explica que este é o processo que consiste essencialmente na passagem de níveis altos de mortalidade e natalidade para níveis baixos e controlados, através de um período intermediário no qual o decréscimo da mortalidade antecede o da natalidade, gerando um crescimento rápido da população. Durante o período de transição do Japão, a preocupação com a geração que viria a seguir para aprimorar os advenços tecnológicos que vinham ao país era de suma importância. Os quadros apresentados pela autora são comparativos aos de antes da vinda dos americanos.

Os avanços que começaram a ocorrer no Japão podem ser encontrados através de mudanças, tais como: a criação de universidades (Universidade de Tóquio, em 1885); a promulgação da constituição e adoção do atual sistema de governo (monarquia constitucional); o surgimento da nova moeda (que data até os dias atuais – Iene / 円), o fortalecimento do poder do Estado (com o poder nas mãos do Imperador até posterior à década de 50 do século XX); a criação de impostos sobre o uso da terra (supressão dos feudos), o que culminou no fim dos direitos senhoriais e privilégios econômicos para os Daimyōs e Xoguns, efetivando assim uma reforma agrária que culminou em novas legislações.

Estes processos se desencadearam com a vinda de um novo modelo econômico que posicionou o Japão em um sistema social de relações incomum até então. Como Jansen fala, sobre isso, quando dialoga com outros autores e aborda a existência da mudança na sociedade:

[...] provided a world-historical perspective on the task that faced a Japan that had to advance toward civilization its present status “semicivilized”. [...] What was true for individual workers struggling to achieve their aim in life

³⁵ Com o advento da modernização no Japão, o abandono das zonas agrícolas, “feudos”, era crescente enquanto oportunidades de trabalho em maquinarias, que até então eram inexistentes no país, começavam a surgir nas cidades. Para mais ver: Romeiro (1991).

was even more true for a Japan struggling to make its way in an unfriendly international environment. (JANSEN, 2000, p. 462-463).

Neste trecho de seu trabalho sobre a sociedade, economia e política japonesas durante a transição de governo e padrão social, o autor cita alguns termos que nos remetem a compreender a postura dos japoneses nos diversos parâmetros que estavam sendo modificados. O mais interessante é quando estabelece a discussão entre autores da época, que espalhavam ensinamentos para os japoneses do que seria o *modus operandi* social a partir das transformações do espaço local³⁶.

Esta última por opção de igualdade da população nacional, que, segundo Romeiro (1991), foi o fator que, drasticamente, diferenciava o Japão dos outros países no modo de adoção do avanço econômico, populacional e político. Romeiro³⁷ diferencia abordando exemplos, como o modo de produção das tecnologias americana e alemã, onde ambas usavam de máquinas industriais para realizar serviços externos e campesinos e que, no caso do Japão, os modelos foram absorvidos (alemão, principalmente), porém o diferencial era visto no reaproveitamento da tecnologia com as modificações impostas para o cultivo de pequenos produtos, que é o caso japonês. Tais conclusões são expostas por Romeiro quando abordadas num plano socioeconômico comparativo de outras nações:

O que é notável na sociedade agrícola japonesa é que, apesar do avanço da economia de mercado, o espírito destas relações comunitárias tradicionais permaneceu em operação e gerou a força dinâmica decisiva de um processo de modernização do nível de emprego. [...] assim, podemos dizer que, no Japão, o êxodo rural foi perfeitamente equilibrado; como nos Estados Unidos, embora por razões diferentes, os fatores de atração para as cidades também preponderaram sobre os fatores de expulsão do campo. (ROMEIRO, 1991, p. 142).

Contudo, com o passar dos anos de modernização da Era Meiji, o acúmulo da cobrança de impostos gerou dificuldade e endividamento na vida dos que ainda habitavam terras dos antigos senhores feudais (visto que os impostos eram cobrados em espécie e não mais em parte da produção agrícola, como era feito durante o Governo Tokugawa), agora como grandes proprietários de terra, gerando, no passar da década de 70 do século XIX, em um enorme êxodo rural, gerando desempregos e aumentando os subempregos masculinos.

³⁶ Para mais sobre as transformações do espaço, ver: Blacker (1964).

³⁷ O autor trabalha em sua obra com os avanços econômicos diferenciando dos êxodos rurais que aconteceram no decorrer das décadas finais do século XVIII no Japão. Para mais, ver: Romeiro (1991).

A crise super populacional, exposta nos parágrafos anteriores como transição demográfica, surge durante estes períodos finais do século XIX como uma resposta negativa ao aumento da qualidade de vida dos japoneses. Woortman³⁸ cita que foram três fatores essenciais que fizeram o Japão expandir tanto em tão pouco tempo:

a) rápido crescimento populacional com o declínio da mortalidade, devido à melhorias nas condições de saúde, bem como a proibição do aborto; b) a implantação da indústria pesada, associada a medidas de modernização seletiva, com a substituição da produção artesanal pelas importações, gerando desemprego, falências e a desorganização daquele setor; c) a queda dos preços do arroz para os pequenos produtores, assim como os pesados impostos em moeda (anteriormente os impostos eram em produtos) sobre as propriedades 12 agrícolas dos camponeses, contribuiu para que, cerca de 367 mil camponeses perdessem seu patrimônio, num acelerado processo de concentração fundiária. (WOORTMAN, 1995, p. 8-9).

As cidades, que se tornavam desenvolvidas com o tempo, não possuíam infraestrutura, emprego, moradias para o recebimento de um grande contingente populacional. Logo, tendo em vista o processo contínuo de uma modernização para acompanhar os países que o Japão conheceu dentre meados do século XIX, houve um fator chamado *push-factor*³⁹, que moveu tanto os países com quem o Japão já havia firmado tratados, quanto o próprio Japão que precisava realizar tal para continuar acompanhando a modernidade tardia do país.

Tais mudanças são consequências da transformação das relações de produção tradicionais, como o aumento da produtividade do trabalho e a redução do nível de emprego. Os fatores de estagnação estão relacionados a limitações na disponibilidade de terras cultiváveis frente à pressão demográfica, seja pela monopolização pelos grandes proprietários, seja pelo excedente populacional. No caso do Japão, o excedente demográfico era o fator primordial. Por fim, os fatores de atração funcionam como orientadores dos fluxos migratórios.

Dois anos após a chegada do Imperador Matsuhito (Imperador da Era Meiji), foram encontrados no Havaí, em Honolulu, quando 153 japoneses clandestinamente entraram no país, marcando o início do processo imigratório japonês. Ilegalmente, tal fato fora realizado, as soluções diplomáticas foram estabelecidas e regularizadas em 1871, com a assinatura do

³⁸ Com o crescimento populacional sendo um dos principais fatores que fizeram com que a emigração passasse a ser necessária, o termo *dekassegui* começa a ser empregado para exemplificar o residente que abandona seu país para trabalhar em outro local. Para mais: Woortman (1995).

³⁹ “Fator de empurrar”, literalmente traduzido. Significa a “expulsão” (emigração) de um povo devido ao grande contingente populacional atingido. Esse conceito usado por Kajiura (2008, p. 8) quando ele evidencia através das comparações culturais e políticas modificáveis no decorrer das décadas no Japão, fatores que intensificavam o início das migrações japonesas. Para mais, ver: Kajiura (2008).

Tratado de Amizade entre o Japão e o Havaí, dando início à migração oficial para o Havaí, em 1875. A partir dessa data, o governo do Japão começa a conceder e a pôr em prática as políticas emigratórias, com o objetivo de aliviar as tensões sociais causadas pela escassez de alimentos e produtos no campo e desempregos nas cidades.

[...] os japoneses conseguiram em questões de décadas o que o Ocidente levava séculos para se desenvolver em termos industriais, militares e de instituições políticas e padrões sociais modernos (KUNIO,1982). Para se dar uma idéia dessa rápida evolução, basta comparar o número de barcos a vapor e a motor entre a França e o Japão em 1886. Enquanto a França possuía 738 barcos, o Japão possuía apenas 78, porém em 1920, o Japão possuía 2.996 e a França 2.936 e, em 1925, o Japão se tornava a maior força marítima, com 7.323 navios a vapor e a motor. (HOMMA, 2016, p. 28).

Evidenciaremos estas discussões sobre as relações entre campo, cidade e avanço tecnológico e econômico posteriormente. Retomamos neste momento com a descrição de nossas duas personagens que compartilham a mesma história sobre a vinda de seu avô Ryota Oyama para o Amazonas. Margareth Oyama nos conta sobre a vinda de seu pai à colônia do Andirá, próximo à Vila Amazônia. Seu pai não era *Koutakusseï*, ele veio como colono e agricultor para auxiliar a turma da escola *koutaku* que viria naquele ano, 1933.

Como agricultor, o Sr. Oyama foi convidado por Tsukasa Uetsuka para auxiliar no cultivo do primeiro projeto da Vila Amazônia. Tsukasa Uetsuka convidou diversos agricultores, após visitar o Brasil, para criar uma colônia modelo no Amazonas e avançar a cultura no local, bem como o cultivo de diversos vegetais, frutas, legumes e plantações de árvores, visto que, durante a primeira visita ao local, percebeu o clima do ambiente que se comparava ao das Índias Orientais.

Sr. Ryota Oyama veio com a família inteira no ano de 1933, vindo na esperança de trazer o avanço para o lugar. A presença de sua família inteira, incluindo Tamon Oyama, seu filho e pai dos nossos entrevistados, acarreta-nos o entendimento da hereditariedade neste processo de cultivo da terra e das responsabilidades locais.

Nesta mesma intensidade, de responsabilidades com o lugar e como convidado pelo governo japonês, também veio, em 1934, a família de Sr. Elizeu Inomata, nossa última personagem desta história. Yugi Inomata, seu avô, veio com a família inteira para o Brasil como colono agricultor convidado para a colônia do Andirá e, após alguns anos, mudaram para outra localidade chamada Zé-Acú. Durante o período de convivência em Andirá, o pai de Sr. Elizeu

Inomata foi convidado pelo Dr. Toda para auxiliar no hospital local, entre o Andirá e a Vila Amazônia, para ajudar como enfermeiro no hospital local.

O hospital da Vila Amazônia se tornou o ponto de trabalho inicial do Sr. Tamon Inomata, onde ele passou os anos de sua vida do Andirá aprendendo com o Dr. Toda para auxiliar em outras localidades da colônia japonesa pelo Amazonas. No mesmo período em que seu avô, Yugi, trabalhava no cultivo da plantação de pimenta do reino, arroz, semente de café e outros cultivos, Sr. Tamon Inomata aprendia a trabalhar com as plantas do local para fazer remédios, suturar, costurar feridas e a tratar de *koutakusseis* e colonos que adoeciam durante os anos da colônia.

Estas quatro histórias, entrelaçadas entre as personagens nos diversos períodos da migração japonesa no Amazonas, aponta-nos as dificuldades da viagem, o ato de partir, o lugar de origem, que, neste momento, se apresenta como um espaço de saudade, espaço que fala sobre o não se conformar de quem está saindo do Japão, de modificar o espaço de onde se sai e de pensar em como modificar o local onde irá se alocar. Todos esses fatores apontados nos demonstram a atitude de ir embora, de tentar o novo sem a certeza das escolhas, mas sempre com o pensamento no melhor para o país de origem.

Figura 9 - Associação nipo-brasileira em Parintins



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografada da galeria da Associação Nipo-Brasileira em Parintins realizada: 03/04/2019

Os que tomaram essa decisão de sair sozinhos como *Koutakusse* ou levando consigo os familiares como colonos, diferença que será explorada no capítulo posterior, rompem com vínculos estabelecidos e abrem caminhos na intenção de construir outros rastros de oportunidades. Vale destacar que as abordagens aqui estabelecidas dizem respeito aos deslocamentos propagados e financiados pela Escola *koutaku*, governo japonês, durante o período de 1931-1937. Isso tudo nos convida a compreender de que maneira o contato entre esses dois mundos completamente distantes e distintos entre si se torna cada vez mais próximos e entrelaçados, nas colônias modelos ou nas cidades locais, onde também houve propagação familiar no decorrer dos anos.

Assim, podemos afirmar que as causas incutidas na migração muitas vezes colocadas sob aspectos gerais das condições socioeconômicas destas personagens e por vezes analisada através das perspectivas local e nacional, faz-nos pensar que a migração passa a ser estudada não apenas como fenômeno ligado às implicações econômicas e suas circunstâncias, ela passa a ser, no caso destas personagens, social. E o contato entre Brasil/Amazonas e Japão torna-se próximo com estes avanços. De um lado, o Japão como espaço de saída, de outro, o Amazonas como espaço de entrada. Uma questão que se coloca, para nós, pois o Amazonas se configura como palco e cenário do entrelaçamento, físico, geográfico, econômico, cultural e social. Temos, aqui, dois mundos e dois universos que se intercalam, se dimensionam e são inteiramente dicotômicos.

2.3 A partida e a chegada

O navio aportou em Belém e fez caminho em embarcações menores pelo alto Rio Negro. Os japoneses começavam a chegar nas regiões concedidas a eles. Sr. Tobias Hara e Sr. Elizeu Inomata nos relatam algumas memórias vividas por eles e outras pelas histórias que ouviam de vizinhos e familiares:

“Era impressionante olha, os castanhais eram enormes, observávamos toda a horta, as águas, corríamos como se fosse um parque e sempre chegávamos a se jogar no rio. [...] era diferente de tudo o que eu tinha visto no Japão [...] eu era muito menino, mas eu me lembro bem, me lembro bem de minha casa, ela era diferente e era simples né?!” (HARA, 2019).

Neste trecho da memória de Tobias Hara, percebemos o desenhar da Colônia na visão de seu pai e o quanto isso modificara o espaço vivido e ocupado para o um novo a ser ‘conquistado’. Este novo espaço dialoga em, um âmbito geral, com a fala de Elizeu Inomata, que aqui registra o contato com a terra selecionada para sua família se alocar no interior de Parintins.

“Meu pai via a água e pensava no que podia fazer com tanta terra e água sabe, isso aí, hoje, a gente não pode mais né?! É algo que não tem mais acesso pra mim. É muito difícil[...]” (INOMATA, 2019).

A fala de Tobias Hara nos remete à memória como base para a formação da uniformidade do que ele nos conta. O discurso nos perpassa um conceito que, ampliando as barreiras das discussões que aqui realizamos, forma uma interlocução entre memória e identidade. Identidade essa que trazemos como conceito marcante para perceber o espaço físico, social, de memória, de diálogo e, mais importante, o espaço histórico que é ocupado.

Nesse contexto, as identidades construídas com base na ideia de unidade homogênea deste entrevistado, e de todas que aqui nos relatam, tornam-se móveis e interlocutoras do processo migratório: não só nos é apresentada a cultura do pertencer a um local, como a cultura como elemento formador desta identidade. Não evidenciamos aqui o choque cultural entre os universos que se encontram quando as famílias destas personagens chegam à Vila Amazônia, embora este seja um ponto que será explorado. Aqui, evidenciaremos a relação entre a memória, como espaço simbólico, e a identidade que paira sobre a formação diária na vida de nossos migrantes.

O ponto de partida, o ponto de chegada, as interlocuções locais, as vivências, conversas, cotidiano e costumes adaptados e aprendidos, todos estes fatores que acompanham a vida do migrante são aqui unificados pela memória. Memória do ir e vir e também a memória da história, esta última no âmbito global quando Pierre Nora nos retrata a relação delas:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência de ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais [...]. (NORA, 1993, p. 5).

O autor mostra, em sua obra, a relação entre sujeito e o espaço mutável, bem como a perda e o ganho de história para consigo. Estes locais, presentes na fala da autora, nos colocam sobre a Vila Amazônia, espaço que ganha um significado, para eles, como casa e representa a vida antes de migrar – espaços estes que firmam a presença japonesa no estado. Ele continua:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomemos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 9).

Entendemos essa diferença no diálogo do autor entre esses espaços vividos e recordados como uma lembrança constante no tempo. Sobre essa lembrança do espaço vivido, a fala do Sr. Elizeu Inomata nos dá sentido, quando ele aborda a retomada que fez de seu passado ao visitar o Japão quando mais velho. O resgate dessa memória se inicia em uma ligação de telefone que o Sr. Elizeu Inomata realizou para o seu tio que ficou no Japão quando a família inteira veio para o Amazonas:

“Pedi pro rapaz que tinha achado meu tio no catálogo e confirmou que era meu tio mesmo né?! Pra aguardar uma semana e eu treinar meu japonês. Aí foi lá, falei com ele e passei pro meu pai, 3 horas conversando sabe?! Eles não se falavam há 50 anos e foi muito, muito bonita a cena, de ver meu pai falando com meu tio pelo telefone” (INOMATA, 2019).

O entrelaçar da memória presenciada por Elizeu Inomata, naquele momento, junto à reprodução dela nos atenta pra estes dois momentos que as entrevistas aludem: ao narrador que reproduz sua fala e à representação dessa memória através do recorte que eles realizam dela. A discussão sobre memória, aqui colocada, torna-se mais proeminente ao verificar dois sociólogos que abordam memória coletiva: Maurice Halbwachs (1990; 2006) e Michael Pollak (1992) criam interlocuções entre as memórias individual e coletiva. Retratam que, em seu caráter individual, ela existe e está agregada a quadros e/ou emaranhados sociais criados em um grupo em comum – separemos esses em dois grupos que serão expostos a seguir, *koutakusseis* e colonos, que, embora sejam de distintas nomenclaturas, perpassaram a mesma trajetória pelo navio, enfrentaram o mesmo “choque cultural” e, possivelmente, cotidianos que se assemelham

no sentido de realizar trabalhos – e é nesse momento da discussão que a memória individual ressalta os acontecimentos vividos/sentidos pessoalmente.

Ainda na discussão sobre memória individual, percebemos nuances quando encontramos historiadores que ressaltam o “dever da memória”, como Gerard Noiriel (1992) e Serge Klarsfeld (1975), quando posicionam tal conceito a desdobramentos de experiências traumáticas como a do holocausto, por exemplo, onde entramos num tempo em que a relação com o passado se altera de maneira significativa.⁴⁰ E, na união destes indivíduos que exercem esta memória individual, temos as memórias coletivas.

Estas, por sua vez, como cita Pollak,

[...] são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLAK, 1992, p. 201).

Halbwachs complementa, neste sentido, quando cita um novo olhar, a memória histórica:

[...] distinção entre a ‘memória histórica’, de um lado, que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado; e a ‘memória coletiva’, de outro, aquela que recompõe magicamente o passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual desenvolvem-se as diversas formas de memória, cujas formas mudam conforme os objetivos que elas implicam. (HALBWACHS, 1990; 2006, p. 7).

Construir o sentido da memória, que se ressignifica a cada momento para as particularidades dos migrantes, é traçar um fio por entre as experiências adquiridas, no Japão, na viagem, no Brasil, na Vila Amazônia; e amarrar estas vivências em um emaranhado de outras memórias. Além da subjetividade, concede um sentido único de vivência para cada uma delas. Pollak (1992) mostra as conexões apreendidas nesta memória através de fatores que o indivíduo, por vezes, não percebe: acontecimentos do cotidiano, pessoas com as quais não se comunicava muito, lugares que frequentava e tornaram-se comuns.

⁴⁰ As discussões evidenciadas a partir deste ponto remeteriam à representação de um passado histórico na fala de personagens, ponto este que não tangencia nossa principal discussão.

Tendo em vista os relatos das personagens, o espaço físico é a Vila Amazônia e as comunidades que se adentravam pelo Rio Amazonas; o espaço social modificou-se entre o navio, a Vila Amazônia, a cidade e a escola; de memória e diálogo, as vivências do cotidiano de cada uma delas; e, do espaço histórico, onde esse é evidenciado fortemente por todos os cinco em como vivem e carregam este enredo de fatores que os torna hoje *nisseis* e *sanseis*.

É nesse âmbito que passamos a analisar aqui a relação entre memória e identidade, a partir das discussões existentes em múltiplas partes das Ciências Humanas, pois grupos se fundam, criam e compartilham uma memória comum e coletiva. Um aspecto importante nesse contexto diz respeito ao aparecimento de novas memórias no espaço público – perceptível hoje em vários pontos da cidade Parintins e Manaus: ao emergirem na cena social, os grupos trazem à luz uma memória para a qual buscarão reconhecimento. Conquistar espaço no discurso histórico é algo que se realizou durante os anos de atividade da Vila Amazônia a partir de uma revisão das interpretações sobre o passado – citamos passado aqui, para aludir à vida no Japão.

Pollak ainda reafirma, quando trabalha a identidade, que esta é:

[...] a imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 204).

Esta identidade, portanto, não depende apenas da forma como o sujeito pretende se afirmar no espaço, mas também da aceitação do outro desta afirmação. Esse sobrevoo sobre questões tão complexas nos traz a premissa de uma unidade cultural existente e pertinente a estas comunidades, onde a manutenção dessas identidades, associada ao processo de migração crescente – aqui, especificamente, a segunda geração de imigrantes –, modifica esta análise identitária, de parcelas da população até então vistas como homogêneas, decorre desse mesmo processo, cujos contornos complexos são, aqui, apenas esboçados. Embora nos pareça relevante tratar da reconstrução da identidade⁴¹ dos antecedentes familiares, não é o objetivo deste trabalho analisar como se deu esse processo.

Esta formação de identidade é, ainda, mais relevante quando trazemos as discussões de família para este emaranhado social. Família esta que, pelos relatos obtidos, foram formadas

⁴¹ Usamos aqui o termo reconstrução de identidade para esclarecer que elas não são imutáveis ou permanentes, mas, sim, que arraigam um processo de trâmites, aqui colocados como a migração japonesa. Elas podem se contextualizar, confrontar e se renegociar entre outras.

em contexto diverso do atual. Trazemos à discussão o ponto que Wawzyniak (2008) trata de conhecer essas estruturas sociais que fizeram e fazem parte deste contexto histórico.

A autora discute em dois momentos como a família influenciou a demanda central de presença no espaço geográfico, sendo este o Brasil, e no social, neste a valorização da cultura, educação e religião. No primeiro momento, temos a construção do chamado “família composta”, termo este que reflete a combinação aleatória de japoneses para formar uma família e embarcar para o Brasil.

A autora utiliza de discussões centrais como educação, religião e família como elemento formador central da identidade japonesa no Brasil. Descreve a situação da seguinte forma:

O tipo de família japonesa que chegou ao Brasil deveria atender aos contratos estabelecidos pelas Companhias de Emigração [...] Como a empresa japonesa encarregada de selecionar os imigrantes encontrou dificuldade para satisfazer essa exigência, pois muitas famílias não estavam constituídas (não raro possuíam filhos menores de doze anos, outras eram formadas de casais sem filhos e ainda indivíduos solteiros), articulou a ‘família composta’. Tal artifício significava inserir mais um membro por meio da adoção de um indivíduo adulto ou utilizar a estratégia do casamento arranjado. (WAWZYNIAC, 2008, p. 170-171).

A constituição, portanto, em primeira instância – aqui falamos sobre os primeiros anos da imigração japonesa no Brasil, primeira e segunda décadas do século XX –, eram organizadas artificialmente em divergência à família comum, somente para registrar e realizarem a viagem do porto de Kobe até São Paulo/Rio de Janeiro.

Essa nova formação de família, pela qual eles passaram, recompunha a experiência de família patriarcal da qual eles remontavam os padrões anteriores à Era Meiji. Fundamentada na hierarquia, a tradição e a herança culturais – onde a manutenção do grupo doméstico e as responsabilidades familiares são assumidas por esse primogênito – se aproxima de um conceito chamado *ie*.

Pelo sentido amplo, *ie* significa, para o autor Maeyama, “uma organização no qual um empreendimento econômico é mantido baseado na sua propriedade” (MIYAO, 1980, p.78), ou seja, os membros partilham de uma vivência em comum e os antepassados são comumente cultuados, sendo a entidade que cria esses agrupamentos familiares e sociais.

Ainda nesse sentido, a estratégia realizada para a adoção deste novo membro da família composta se deu a partir de arranjos, como, por exemplo: casais que faziam adoção de solteiros

desconhecidos através do escritório de imigração. O Jornal *Paraná Shimbun*⁴² exemplifica uma das formas desses arranjos compostos a partir do matrimônio:

Sakamoto e Matsuoka, dois jovens aventureiros e imigrantes de última hora, chegaram ao porto de Kobe quase às vésperas da partida do *Kasato Maru*. Lá compraram passaporte de candidatos a imigrantes que não conseguiram juntar dinheiro suficiente para pagar a passagem. Em seguida, foram anexados à família Nakamura como ‘filhos adotivos’. Acontece que os Nakamura, Kandyu e Hanji, também não eram casados e sim irmãos.

Enfim, estava formada uma família confusa, arranjada pela caneta mágica do funcionário da empresa de recrutamento, onde o marido não era marido; a esposa não era esposa; os dois filhos não eram filhos e tinham quase a mesma idade dos pais; e os irmãos meros estranhos. (PARANÁ SHIMBUM, 23 jun. 2001).

Neste parâmetro apresentado pelo *Paraná Shimbun*, cabe-nos a análise sistemática deste modelo de família na qual a formação se deu de forma diversa e ampla. Aleatoriamente, as pessoas foram selecionadas e trazidas ao Brasil, por meio destes contratos com as Companhias de Emigração. Explicitamos aqui que este primeiro momento referenciado afetou as duas primeiras décadas da imigração japonesa para o Brasil. As adversidades enfrentadas neste novo ciclo familiar que se formou foi a pluralidade cultural existente dentro desta nova formação, visto que todos vinham de diferentes regiões do Japão, onde havia dialetos e hábitos diferentes.

Ainda nesta análise, análoga ao termo de família composta, adentramos ao segundo momento exposto pela autora, no qual ela aborda os casamentos e como os japoneses preferiam explorar a dimensão deste universo simbólico dentro do seio familiar:

Os imigrantes das primeiras levas manifestavam certa preferência em casar seus filhos com japoneses oriundos da mesma região ou província [...]. Entretanto, ainda que a preferência absoluta fosse pelo casamento endogâmico, desde as primeiras décadas há registros de casamentos interétnicos. (WAWZYNIAK, 2008, p. 172).

Em ambas as situações expostas pela autora, a permanência deste modelo patriarcal japonês e da rede de conexões entre províncias e também a miscigenação e ordenação do casamento de forma aleatória e a escolha deles próprios são observados no discurso de nossas personagens. Sr. Wilson Shoji fala:

⁴² O termo *Shimbun* significa quente ou notícia de última hora, neste caso. Termo este comumente utilizado para representar os jornais japoneses dentro e fora do país.

“[...] aí não podia mais vim solteiro né?! Japonês aprontava muito se viesse solteiro. Então, o papai veio já ajuntado, casado com mamãe, mamãe era da mesma família né?! Eles eram parentes e só assim pra conseguir o registro e tal e tudo.” (SHOJI, 2019).

Como podemos perceber, as leis vigentes ainda continuavam a ser efetivas para todos os tipos de migração japonesa no país. Sabe-se que algumas famílias, como a do Sr. Wilson Shoji, optaram por seguir um padrão familiar a partir do ideal de permanecer relações intraétnicas. Neste sentido, o Sr. Elizeu Inomata relata:

“[...] o pai de mamãe tinha uma fazenda que ele deixou pra ela né, lá próximo do Cará sabe? E foi lá, em 1945 e tudo, que o papai conheceu a mamãe. Ela não é japonesa não. Eles ficaram juntos e moraram lá mesmo.” (INOMATA, 2019).

O caso da família do Sr. Elizeu Inomata, que fora uma relação interétnica e de maior amplitude, mostra-nos que as barreiras existentes para algumas famílias, como a do Sr. Wilson Shoji, não eram percebidas da mesma forma por outras. Continuando os relatos orais, Sr. Tobias Hara nos relata também:

“[...] sim, sim, a mamãe veio sozinha. Ela veio no navio sem família e sem ninguém e quando chegou na vila que ela começou a conversar né? E o papai, veio com todo mundo e tudo. Aí eles se conheceram e se casaram depois [...]” (HARA, 2019).

Margareth Oyama completa junto ao Sr. Ruy Oyama:

“O vovô quando ele veio, ele trouxe a família toda com todo mundo. Aí o papai ainda tinha pouca idade sabe?! Aí o papai conheceu a mamãe, que era outra japonesa que veio né? Veio pra cá pra Vila pra ficar também, e aí?! A família apareceu né?!” (OYAMA, M., 2019; OYAMA, R., 2019).

Temos aqui os relatos familiares destes encontros “compostos” e outros não compostos, que encaminharam a vida, a identidade, a cultura e os ideais destas personagens. Sabemos que fatores que influenciam a vida delas foram percebidos nesta vivência do dia a dia da Vila Amazônia, das comunidades e de como todo este universo da imigração lhes fora apresentado durante o percurso da sua vida e durante a transmissão desse relato oral. Esse espaço de discussão cresce e toma força quando posto nas raízes que originaram a rede social criada desde

o início do projeto da escola *Koutaku*, ponto este que será inferido na continuidade destas abordagens.

Entender as dificuldades do início da viagem de cada um destes imigrantes foi o passo fundamental para obtermos os processos dos deslocamentos destes. Ao entrevistar essas personagens, percebemos um processo que se inicia antes mesmo da viagem ao Amazonas. É um processo de conectividade, afeto e conjecturas para um novo lugar, que nos traz a estes relatos de filhos e netos dos pioneiros na imigração japonesa no Amazonas.

Analisar primordialmente os motivos pelos quais eles se deslocaram e como se deu o processo de migração foi parte fundamental para a construção inicial deste estudo. Tendo em vista que somar à pesquisa a visão de cinco *nisseis* e *sanseis* nos põe a pensar em processos individuais para entender o processo migratório coletivo. Participantes ativos desta história, a memória exercida por eles envereda aqui para múltiplas discussões e pontos de vista.

3 KOUTAKUSSEIS – TRAJETÓRIAS, ENCONTROS, DIFICULDADES E A NOVA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO AMAZONAS

Neste capítulo, balizaremos o estudo em três diferentes, porém, continuados pontos, que elucidam o início do envio dos imigrantes japoneses ao Brasil e, em seguida, à Amazônia. No primeiro momento, discutiremos sobre os acordos que interromperam o processo migratório entre os EUA e Japão e como tal acontecimento marcou o início do envio para a América Latina. Ainda, reportaremos o início da imigração japonesa no Sudeste, para contextualizar a mudança para Amazônia, foco principal deste estudo.

No segundo momento, através da memória, mostraremos como nossos entrevistados desenham sua chegada à Vila Amazônia e às comunidades vizinhas. As dificuldades e choques culturais que foram vivenciados por eles e suas famílias e as discussões sobre a presença do cotidiano também são apresentadas aqui.

E, seguindo a história a nós apresentada por nossas personagens, no terceiro momento, prosseguiremos com um ponto de ruptura nas vidas destes e nas de todos os outros imigrantes japoneses da Amazônia. Abordaremos a experiência destes durante o período da Segunda Guerra Mundial e o envio deles ao campo de reclusão na colônia de Tomé-Açú.

3.1 A formação das colônias japonesas no Amazonas: os novos imigrantes japoneses

A década de 1920 nos concede um novo olhar sobre como as imigrações se diferenciavam de outras pelo aspecto, objetivo e olhar evidenciados e pelos tipos de migrantes neste período. As decisões de rumar ao norte também nos fazem pensar em como se deu a deliberação de mudar para um país/região que era distante geográfica e culturalmente do Japão. É interessante analisar que as imigrações japonesas, antes do século XX, ocorriam em diferentes lugares e em números inconstantes, como se os planejamentos iniciais fossem projetos-testes.

Explorando essa ideia das imigrações iniciais japonesas como projetos que testavam a presença, permanência e continuidade da mão de obra japonesa⁴³ nestes países, aqui, rapidamente, voltamos a evidenciar fatores que emergiram com estas novas decisões do

⁴³ Utilizamos essa ideia para elucidar o início dos projetos do governo do Japão na imigração japonesa pelo mundo. Sabe-se que o começo destas relações ocorreu após o fim do governo Tokugawa e a chegada do Império Meiji, e que, logo após este intermédio de período, as companhias de emigração começaram a surgir.

governo japonês, para uma das soluções do grande êxodo rural, proveniente da chegada de maquinarias e dissolução dos “feudos” existentes durante o período do governo Tokugawa, regime este que compreende do século XV ao XVIII.

Buscamos então elucidar três pontos que serão balizadores no decorrer deste capítulo: (1) os processos migratórios, incluindo a formação das companhias de emigração no Japão e como isso influenciou a vida dos japoneses; (2) as escolas de *koutakusseis* junto ao processo de formação de colonos; e (3) as experiências das viagens, vivência e cotidiano dos nossos entrevistados, juntamente à memória de seus pais.

Durante os anos finais do século XIX, o Japão começou a assinar diversos tratados de livre comércio e navegação com vários países,⁴⁴ anos após a Guerra Boshin,⁴⁵ tornando viável a “conversa” com os países, que, anterior à abertura dos portos, eram totalmente isolados do conhecimento nipônico. Entre as soluções tomadas para a dissolução do grande contingente populacional nas cidades japoneses, foram criados trabalhos secundários – especialistas no trato da terra se tornavam a função mais comum, trabalhadores do feudo, camponeses, agricultores, agropecuários etc. –, que incorporassem uma mão de obra barata, em conjunto com uma mão de obra que não era especializada em maquinarias (ROMEIRO, 1991).

Nesse mesmo âmbito de criação de projetos e propostas, para moldar o espaço nipônico, as primeiras empresas de migração são criadas em acordo com o governo. A primeira delas, a Cia. Emigração Kichisa (Kichisa Imin Gomei Kaisha), era a responsável pela organização das viagens para o Havaí. No decorrer dos anos, outras companhias surgiram para acompanhar o crescimento da necessidade dos japoneses em migrar. Os japoneses que migravam precisavam de recursos financeiros para as famílias que continuavam alocadas nas cidades do Japão, já que tinham a esperança de um dia voltar. Porém, na maioria dos casos, não era o que acontecia.

As companhias, que iniciaram seus projetos durante as últimas décadas do século XIX, eram empresas privadas que receberam auxílio governamental na medida em que a migração se tornou necessidade. As primeiras levas de migrantes foram encontrados no Havaí, em Honolulu, quando 153 japoneses entraram clandestinamente no país. As soluções diplomáticas foram estabelecidas e regularizadas em 1871, com a assinatura do Tratado de Amizade entre o Japão e Havaí, dando início à migração oficial para o Havaí em 1875.

⁴⁴ Os países com quem o Japão realizava contato, durante o período do isolamento mundial, eram Holanda e China. No decorrer das décadas, durante o governo Meiji, o Japão realizou diversos tratados de Amizade, Comércio e Navegação com os países asiáticos, mas em maioria com os europeus. Para mais, ver: Yamashiro (1989).

⁴⁵ Parte dos então senhores feudais japoneses gostariam de abrir os portos japoneses para mais países do globo, em contrapartida, a maioria, governada pela família Tokugawa, não pretendia fazer o mesmo. A Guerra Boshin eclodiu e seu resultado foi o retorno de um monarca ao poder e o início da Era Meiji japonesa.

A partir deste momento, muitos autores divergem, no ponto de vista, sobre como explicar o começo dos movimentos das emigrações japonesas ao redor do mundo. Analisamos então os pontos expostos por autores que tocam nas políticas dos imigrantes japoneses. Saito (1961)⁴⁶ parte para uma análise continuada, abordando a imigração no Havaí e sua interrupção e retomada posterior a 1908, sem ocultar as migrações durante o período em que o governo do Japão havia proibido devido ao não firmamento do acordo (1900-1908).⁴⁷ Analisa os processos e tratados feitos pelo Japão durante a segunda metade do século XIX, em justificativa ao crescimento populacional.

Saito (1961) ainda afirma que é preciso analisar as políticas dos processos emigratórios durante o final do século XIX, em transitoriedade para o XX, devido às companhias de emigração surgirem como resposta ao grande contingente populacional de emigrantes na virada do século. Tsutsumi (2006), por sua vez, trabalha com o início das emigrações japonesas aos países latino-americanos como resposta às medidas políticas dos EUA – antes das imigrações japonesas virem em grande escala para o Brasil, elas perpassaram o Peru e a Bolívia. Sabendo da interrupção no envio de novos migrantes devido ao *Gentleman's Agreement*, a autora percebe o olhar do Governo do Japão para a América do Sul como uma resposta a isto.

Ambos analisam, em diferentes vertentes, o momento em que o Japão passou a perceber alternativas de imigração no final do século XIX e início do XX. Estes pontos evidenciam a pluralidade de movimentos migratórios japoneses ao longo dos séculos XIX e XX. A ordem e frequência destas ocorrências são constantes devido aos tratados de comércio realizados com os países que contratavam a mão de obra asiática para executar trabalhos manuais, em sua maioria agrícola.

Estas discussões nos aludem para a análise local: o Brasil, região sudeste, como “ponte” primordial para o percurso desta história. Iniciamos então a discussão que se sucedeu para a chegada dos japoneses nesta região.

Entramos no ponto de descrever como surgiu o primeiro migrante japonês no Brasil para então aludirmos à chegada destes à Amazônia. Neste ponto, elucidamos como os colonos foram importantes para as conquistas iniciais de espaço do japonês no Brasil e como estas conquistas

⁴⁶ Na obra de Saito sobre mobilidade japonesa em São Paulo, o autor dialoga com os tratados criados entre o governo do Brasil e do Japão e como estes afetaram a relação entre ambos os governos em meados da década de 1930, quando o Brasil passava pelo Estado Novo. Sobre a análise deste período, ver: Saito (1980).

⁴⁷ Durante a primeira década do século XX, os japoneses requereram uma nova leva de imigrantes aos EUA, após a vitória contra a Rússia. Os japoneses, que se encontravam no país, passavam por segregações raciais e dificuldades financeiras. O acordo chamado de *Gentleman's Agreement* foi a solução para ambos os países resolverem esta situação, onde, pelo lado dos EUA, compreendia direitos a uma cidadania americana para os japoneses que se encontravam no país e, pelo lado do governo do Japão, impedia o envio de novos imigrantes ao país. Para mais, ver: McFarland (2006).

de espaço trouxeram, durante os finais da década de 1920, um novo modelo de migrante, os *koutakusseis*.

Durante estes primeiros anos contratuais, da imigração para o Brasil, é evidente que a oferta de trabalho no exterior tornou-se tentadora para os japoneses que, recém-saídos de um isolamento mundial, chocavam-se com os adventos tardios da modernidade e buscavam formas de auxiliar suas famílias. O montante pago nessa viagem para o Brasil pela empresa KSK alude a diferentes condições dos japoneses nas emigrações realizadas nos finais do século XIX para Havai e outros lugares.

Logo em seguida, a imigração japonesa passa a ser voltada para o Brasil⁴⁸ e, então, esses 781 japoneses que chegavam no navio passaram a explorar os anos iniciais do processo. A divisão destes japoneses, que chegaram ao porto de Santos, foi realizada em famílias previamente formadas no porto de Kobe através de acordos das Cia. de Emigração japonesa.

Em 1897, a empresa de recrutamento de emigrantes, Kichisa Imin Kaisha, que fora uma das vinte empresas que começaram a surgir no Japão, enviou um representante para São Paulo para retomar as negociações iniciadas com a firma Prado Jordão, firma de recebimento de migrantes em São Paulo, que culminou com a assinatura de um acordo que seriam encaminhados 1.500 a 2.000 trabalhadores camponeses de 20 a 35 anos de idade.

Tal acordo previa que os migrantes deveriam trabalhar em zonas cafeeiras do Estado, visto que o primeiro dos fatores é a suspensão da corrente emigratória italiana para os estados do sudeste durante os anos iniciais do século XX. Quando foi conseguido o recrutamento de 1.500 pessoas, sobreveio a queda brusca do preço do café, provocando a crise econômica no estado de São Paulo, durante o início do século XX, o que resultou em completo fracasso dessa primeira tentativa e de outras empresas que também estavam negociando a vinda de imigrantes.

Mas, quem foram estes japoneses além de migrantes que buscavam trabalhos para a melhoria das condições das famílias que permaneceram no Japão? Estes personagens eram mineiros, donas de casa, agrários, cuidadores de gado. Poucos dentro os imigrantes eram fazendeiros que estavam aptos para trabalhar nas zonas cafeeiras de São Paulo.

Para compreender como funcionava as companhias de migração durante estes períodos e em como eram realizados os gastos do trajeto, expusemos a seguir uma tabela contendo

⁴⁸ Novos trâmites de migrantes japoneses são enviados após o insucesso da empreitada de 1905, evento esse que constou da “análise territorial” do ministro japonês no Rio de Janeiro e da falha em estabelecer um acordo contratual entre a companhia de emigração KSK e o governo do Rio durante essa primeira leva do Kasato Maru.

valores sobre uma das viagens da empresa KSK, da migração para São Paulo, no começo da primeira década do século XX, durante a primeira leva em 1908.

Tabela 1 - Despesas

Despesas da viagem (por pessoa)	
Preparações para a viagem	Aproximadamente 20 ienes
Carimbo da viagem	1 iene
Taxa de viagem	25 yen
Taxa da viagem*	60 yen (for those 12 years old and above)*
Exames médicos, desinfecção, vacinação e etc.	2 ienes 75 centavos
Volume e transporte de bagagem	Aproximadamente 50 centavos
Diária no hotel antes da viagem	Aproximadamente 3 ienes
Preparação e portabilidade da viagem	20 ienes
Taxa do trem da sua cidade natal até o porto	
Total	132 ienes 25 centavos + taxa do trem

Disponível em: http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/801656/66?__lang=en. Acessado em 12/12/2017

A tabela acima evidencia a maior dificuldade dos imigrantes japoneses nessa primeira década do século XX. O maior objetivo destes japoneses que emigravam era, além de trazer avanços socioeconômicos para o país, enviar renda para a família que havia permanecido no Japão. Com a tarefa de contratar mão de obra, geralmente em grupos de três ou quatro pessoas, para trabalhar em outros países, essa companhia de imigração, presidida por Ryu Mizuno,⁴⁹ dispõe apenas de informações gerais sobre sua relevância no período inicial da imigração japonesa.

Após o ano de 1908,⁵⁰ os japoneses que foram contratados para trabalhar nas fazendas de café do interior do estado passaram por um período de grandes dificuldades através das barreiras linguísticas, climáticas e vivenciais. Isso se deu ao fato de o representante nipônico

⁴⁹ Político japonês que incentivou, através das visitas na Argentina, Peru e Brasil, as imigrações japonesas pela sua própria companhia de migração KSK. As cartas trocadas entre Ryu Mizuno e o governo de São Paulo, constantes na National Diet Library em Tóquio não estão traduzidas.

⁵⁰ Ano que marca a chegada oficial dos japoneses no Brasil. Há uma presença japonesa no estado do Rio de Janeiro em 1907 quando trabalhadores avulsos que vieram em navios de comércio aportaram na cidade, mas as evidências desta primeira leva de trabalhadores não cabe análise neste trabalho, visto que o modo de viagem e a quantidade de imigrantes japoneses que vieram nesta leva ao Rio de Janeiro era inferior a dez pessoas.

que sabia falar português nas fazendas não comunicar aos fazendeiros sobre as reclamações que os recém-chegados emigrantes japoneses faziam sobre as condições de trabalho e moradia.

Sobre tal fato, durante os primeiros anos 1908-1909, cartas⁵¹ escritas pelos imigrantes japoneses foram enviadas ao então Ministro de Estado do Japão que estava encarregado das companhias de imigração⁵², nas quais tratavam sobre o modo de vida, vivência e permanência dos mesmos nas fazendas de café.

Quanto ao valor das passagens, segundo Bassanezi e Truzzi (2008), no contrato assinado diretamente pelo governo do Estado de São Paulo com o governo japonês, ficou consignado que parte dos custos de passagens que ultrapassasse o valor máximo daquelas pagas aos imigrantes italianos, para não pesar o valor ao Estado, ficaria a cargo dos fazendeiros, com a faculdade de descontar nos salários a importância restituída ao governo.⁵³

É importante saber que os japoneses sempre obtinham mais e mais dívidas, o que gerou problema um ano após a sua chegada às fazendas de São Paulo, o que será exposto posteriormente. Embora o ensaio tivesse o propósito de atender à cafeicultura, o contrato abria espaço para a vinda de outros profissionais, como carpinteiros, ferreiros e outras profissões.

O contrato previa também a criação de núcleos coloniais destinados aos imigrantes japoneses que quisessem se tornar pequenos proprietários. A Companhia Imperial de Emigração, por sua vez, deveria transportar, do Japão ao porto de Santos, agricultores, constituídos em famílias, compostas de três a dez pessoas aptas ao trabalho, que podiam ser homens ou mulheres, entre 12 e 45 anos, formando as então “famílias compostas” – elucidadas por Wawzyniak (2008) no capítulo anterior.

Durante os primeiros meses da imigração em São Paulo, as dificuldades que os japoneses encontraram eram associadas à ideia que foi criada para eles sobre o trabalho e as condições no Brasil. As moradias dos migrantes eram as senzalas dos ex-escravos, a rotina de trabalho era árdua – a qual eles não estavam habituados a realizar no Japão – e a propaganda enganosa que havia sido realizada no país natal fez com que muitos deixassem as fazendas durante os anos que iria perdurar o contrato⁵⁴.

⁵¹ Nesta primeira página da carta o Tatsuo, responsável pela trâmite de mensagens entre os imigrantes japoneses que estavam nas fazendas de café paulista e a companhia de imigração que os havia transportado, conversa com o então Ministro do Estado do Japão sobre os acordos entre os governos que não foram executados, em questão a moradia e trabalho dos migrantes. Esta cerimônia citada no conteúdo da carta foi uma reunião realizada no dia 3 de dezembro de 1908 entre o Sr. Uchida e os responsáveis pelas fazendas paulistas.

⁵² Tokyo Kaisha, uma das cinco companhias de migração responsáveis pela emigração em larga escala dos japoneses durante os primeiros anos da imigração japonesa no Brasil.

⁵³ Sobre tal ponto, ver leis imigrantistas propostas no Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1895/b_89/.

⁵⁴ O Contrato que foi realizado entre o governo do Japão e o governo do Brasil era previsto de dois anos de trabalho nas fazendas de café, onde os mesmos ficariam com parte dos ganhos da safra de café.

O primeiro contingente de imigrantes japoneses chegou no dia 18 de junho de 1908 no porto de Santos. Era composto de 800 pessoas (781 imigrantes sob contrato, 10 imigrantes espontâneos e outros). Esse grupo era comandado por Ryo Mizuno, diretor presidente da Kôkoku Shokumin Kaisha (Companhia Imperial de Emigração), e pelos demais encarregados da emigração. As autoridades paulistas acharam conveniente que os primeiros imigrantes se concentrassem em poucas fazendas. Assim, o contingente de 781 imigrantes deu entrada na Hospedaria dos Imigrantes na capital paulista.⁵⁵

Porém, o início da vivência no Brasil mostrou uma realidade diferente daquela prometida nas propagandas aos imigrantes no Japão e muito menos daquela sonhada pelos japoneses. Não bastassem as acomodações precárias e a jornada dura de trabalho pesado, ainda havia a questão dos baixos salários, que mal eram suficientes para arcar com as despesas básicas da família.

As dívidas geradas, como apresentadas na tabela anterior, consistiam em despesas das viagens, remédios, materiais de uso, hospedaria, ou seja, o pagamento de uma parte gerava endividamento de outra, tornando o trabalho contínuo e semiescravo. Tomando como foco a colônia Alvares-Machado, Takenaka (2003) discursa sobre os caminhos percorridos pelos japoneses no estado de São Paulo e em como esta primeira leva de migrantes formou a referida colônia. Também destaca que “ocorreram vários casos de fugas das fazendas durante a noite de famílias inteiras ou de agregados que, sentindo-se enganados pelas propagandas divulgadas e pela Companhia de Colonização, não se sentiam na obrigação de cumprir o contrato assinado” (TAKENAKA, 2003, p. 47).

⁵⁵ Esses números dos imigrantes destinados às fazendas diferem de Handa (1987, p. 17). Segundo esse autor, foram 773 pessoas, sendo 586 homens e 187 mulheres, que foram distribuídos da seguinte forma: 152 (24 famílias de Okinawa) para a Fazenda Canaã; 173 (23 famílias de Okinawa) para Fazenda Floresta; 101 pessoas (27 famílias vinda de Kagoshima) para Fazenda São Martinho; 88 pessoas (23 famílias de Kagoshima, Koichi e Niigata) para Fazenda Guataparã; 210 pessoas (52 famílias vindas de Fukushima, Kumamoto, Hiroshima, Miyagi e Tóquio) para Fazenda Dumont; 49 pessoas (15 famílias de Yamaguchi, Aichi e outras províncias) para Fazenda Sobrado.

Figura 10 - Imagem da propaganda das Companhias de Emigração japonesas sobre o Brasil



Fonte: Museu da Imigração Japonesa no Brasil.

Outros foram procurar empregos nas docas do Porto de Santos ou ainda como empregados domésticos. Handa (1987) disserta sobre os motivos e eventualidades que causaram o “insucesso” da primeira leva de imigrantes japoneses em São Paulo, bem como sobre seus descaminhos no interior do estado. Neste trabalho, resume as causas do fracasso dessa primeira tentativa, pelo prisma dos imigrantes japoneses, da seguinte forma:

1. O terem vindo com o objetivo de rapidamente fazer fortuna. Para tanto, sacrificaram-se demasiadamente com empréstimos a juros elevados para a despesa com a passagem. E não se pôde economizar na fazenda de café desde primeiro dia de trabalho. (sic)
2. O fato de ter sido feito sem muito cuidado o arranjo da família. [...] Gente das, mais diferentes ambições juntou-se em uma aparente família [...]
3. O fato de haver famílias de elementos não lavradores, ou que não tinham aptidões para a agricultura. Tal gente não conseguiu suportar o trabalho no Brasil, principalmente sob os olhos do fiscal e em regime de escravidão. [...]
4. O fato de a convocação ter sido por gente que não conhecia o Brasil, através de grandiloquentes propagandas em diversas localidades. Este fato chegou a constituir-se numa das causas determinantes da desilusão sentida pelos imigrantes. (HANDA, 1995, p. 58).

Na leitura de outros relatos, o entendimento do que ocorrera nas fazendas de café era: primeiramente, a maioria das fazendas estava com as plantações envelhecidas e, naquele ano, a safra fora uma das piores devido à seca; em segundo, havia certa preferência em conceder as melhores plantações para outros imigrantes, principalmente italianos, que já se encontravam nas fazendas há mais tempo; em terceiro, o preço pago pela colheita era muito aquém do prometido.

Como é o caso especificado, o autor continua:

Ainda que se leve em conta que se tratava dos bons tempos do mil-réis, o trabalho de uma pessoa rendia apenas 20 centésimos de iene com o ganho diário de 1 mil-réis (0,60 iene) conseguido por uma família de três membros. Segundo a propaganda da companhia uma pessoa pode colher 3 sacos. Uma família de três pessoas nove sacos. O rendimento de um dia é de 5,4 ienes. Desse jeito, não havia imigrante que agüentasse: é obvio que se perdia até a vontade de trabalhar. (HANDA, 1987, p. 40).

Significa que a maioria dos imigrantes não suportou o prazo do contrato e, com o passar do tempo, fugiram das fazendas e formaram outras colônias agrícolas por intermédio das compras. Passaram a formar pequenas propriedades ou ainda se debandavam para núcleos urbanos, como é caso do bairro da Liberdade – hoje conhecido como o maior bairro nipônico em todo o país.⁵⁶

Todos estes enunciados demonstram como o japonês passou de imigrante a proprietário de terra em menos de duas décadas no Brasil. As companhias de emigração, que antes forneciam recursos para as viagens destes trabalhadores, passaram a criar escolas que iriam, futuramente, especializar jovens para a imigração na região norte. Assim, os objetivos destas imigrações tornavam a mudar. Nesse momento, para o governo japonês, era interessante escalar famílias e jovens que fossem capazes de formar uma Colônia-Vila.

Para fins do entendimento em termos específicos, a criação de colônias, junto à adoção desse termo para especificar o porquê de ele ser utilizado e empregado nas conjunturas de moradia japoneses, vem do japonês 植民地 (*Shokuminchi*), que significa aglomerado de pessoas em conjunto. Passaremos a adotar a ideia de *Shokuminchi* para explicar a criação das Colônias-Vilas que viriam a crescer em grande escala no decorrer da segunda década do século XX.

“Quando a gente chegou aqui seu Daniel, já estávamos bem recebidos e era tudo diferente. [...] lembro que meu pai teve uma dificuldade no começo para se acostumar ao novo modo de vida [...] porque ele era contratado do governo né?! Colono, ele era colono! [...] quando chegamos lá no Paraná do ramos rapaz, tinha uma terra e a gente tinha que cuidar dela, era dever do colono fazer tudo com a terra e ajudar o pessoal o dia todo”. (INOMATA, 2019).

⁵⁶ A liberdade é o primeiro bairro japonês no Brasil. Com mais de 300.000 habitantes (IBGE, 2016), o bairro consiste em mais de 60% dos seus moradores de japoneses e descendentes diretos de japoneses.

O relato do Sr. Elizeu Inomata, exposto acima, revela que, quando houve essa subversão de valores no início da imigração em São Paulo, diversas colônias no interior do sudeste⁵⁷ começaram a surgir e o imigrante japonês passou por uma ressignificação⁵⁸ de valores. Agora, como colono e proprietário de terra, o processo imigratório japonês molda novos objetivos. Estes, por sua vez, balizados ainda para o trabalho, porém, desta vez, visando a expansão cultural nipônica na Região Norte – somado a imigração no Pará.

Estas análises, que contemplaram a discussão sobre o início das colônias japonesas no Brasil, abre espaço para questionamentos sobre como a Região Norte foi escolhida para ser o próximo destino da imigração e como ocorreu a divisão territorial para estes japoneses virem ao Amazonas. As diversas fontes que trabalham com a temática da imigração para a Região Norte convergem afirmando que o início de tal acontecimento se deu com a visita do agrônomo Mayoshi Serizawa⁵⁹ ao Pará, em convite do governador do Estado – Dionísio Bentes –, para realizar uma medida conhecida como concessão de terras.

A concessão de terras do governo do Amazonas foi um tratado negociado entre o Governo do Japão, as companhias de emigração e o estado do Amazonas. As discussões que precedem este tratado no Estado são abordadas por Reis (1982), quando aborda a criação de uma companhia – intitulada Companhia Comercial Brasileira de Colonização, Agricultura, Criação de Gado, Fabricação de Sal, Minerais – visada apenas para a Região Norte, durante o século XIX. Sua criação traria uma série de benefícios ao Estado do Pará e à ilha de Marajó com a tentativa de imitar processos repetidos em África e Ásia, durante séculos anteriores.

A tentativa de aplicação do mesmo processo na Amazônia era impensável devido à quantidade de capital da região. Por isso, dois processos foram analisados para que o investimento externo adentrasse a região. O primeiro deles seria uma tentativa de empréstimo de banqueiros americanos ao Estado para que as dinâmicas econômicas voltassem a fluir. Após escrever a proposta e o pedido do empréstimo de 10.000.000 de dólares dos banqueiros, o Estado se comprometeria a retornar a dívida em até 30 anos; pagaria com 8% de juros ao ano;

⁵⁷ A primeira colônia japonesa surgiu no interior do estado de São Paulo. A Colônia Iguapé surgiu no ano de 1911, logo após os novos acordos/tramites legais entre o governo do Japão e do Brasil. Essa colônia seria a modelo para iniciarem os desbravamentos do interior paulista e no decorrer dos anos o do Sudeste e do Sul.

⁵⁸ Sabe-se que o preconceito com a mão de obra asiática perdurou durante os anos iniciais da imigração japonesa no Brasil. Em diversos momentos, nas obras de Handa (1987) e Bassanezi (1995), os autores relatam e citam os comentários feitos por políticos contra a vinda dos migrantes. Não cabe neste trabalho a discussão destas análises iniciais dos imigrantes asiáticos no Brasil, porém entendemos que a mudança neste olhar e o ressignificado que isto traz transaciona para o espaço que o migrante ocupava durante os anos iniciais e passou a ocupar durante a primeira metade da primeira década do século XX. Para mais, ver: Bassanezi (1995).

⁵⁹ Mayoshi Serizawa foi o agrônomo escolhido por Tsukasa Uetsuka em São Paulo durante o ano de 1926, responsável por visitar os Estados do Pará e Amazonas, realizando um estudo da terra para fazer um levantamento da qualidade, produção e fertilidade do território que futuramente seria demarcado pelos japoneses.

promoveria a iniciação de uma linha de navegação, por meio de vapores de grande tonelagem. Porventura, retornaria uma isenção de impostos por utilização de prédios estaduais; aumentaria a taxa de amortização de empréstimos sempre que a arrecadação de receitas fosse superior às orçadas; não emitiria apólices internas ou contrairia novos débitos e empréstimos com outros países e/ou com os de mesmos (cf. REIS, 1982, p. 133-146).

O segundo processo, que norteia a vinda dos japoneses para a região, é a concessão de terras. A primeira concessão ocorrera em 1927 para os japoneses Gensabure Yamanashi e Kinraku Awazu e posteriormente ao nipônico Kosaku Chishi, concessão que teve apenas 25.000 hectares. Ambas precisavam cumprir, em escalas menores, os pontos expostos por Reis:

O concessionário obrigava-se a, no prazo de 50 anos, introduzir e localizar 10.000 famílias japonesas que usariam as terras em trabalhos de agricultura, criação de gado, podendo construir estradas de ferro e de rodagem, montar estabelecimentos industriais, realizar serviços de navegação, organizar cooperativas de crédito agrícola, bancos de depósitos e desconto. (REIS, 1982, p. 142).

Houve, no entanto, diversos protestos e interlocuções contra a ida dos imigrantes japoneses para a Amazônia. A principal delas seria a presença de um largo grupo em um lugar distante e não ocupado territorialmente em larga escala pelos nacionais. Reis (1982) ressalta um ponto importante, que também é analisado por Castro (1979), quando fala sobre essa presença do japonês antes da sua ida. Além da apropriação do termo quisto racial tornar-se mais frequente, é preciso entender que o povoamento no Estado, na época, era de um grau de 1,03 habitante por quilômetro quadrado – sendo a área total do Estado de 3.554.000.⁶⁰

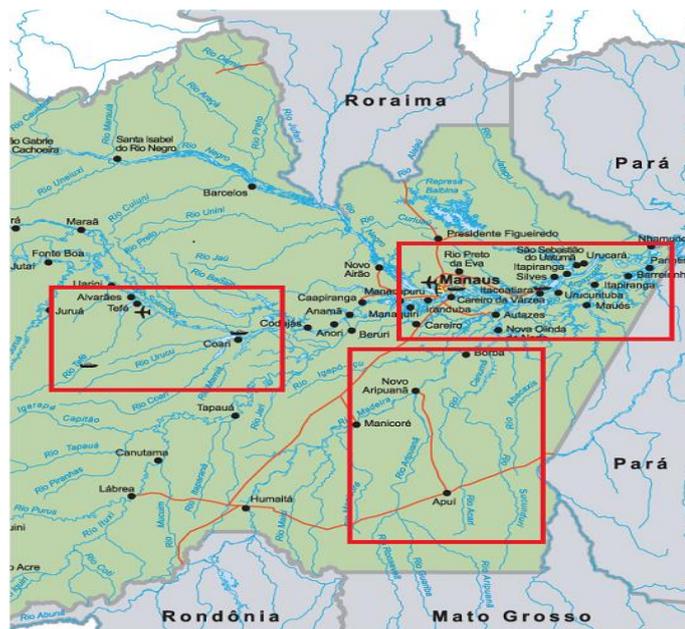
Ainda seguindo os precedentes da entrada dos migrantes japoneses na região, Homma (2011) relata que a dificuldade da aproximação inicial, de caráter contratual, para com a terra concedida, fora de diversos fatores que continuavam a se repetir. Exemplo disso seriam as migrações e investimentos de capital externo da Inglaterra, França e Estados Unidos na região, durante a primeira metade da década de 1920, que se comprometiam em medidas contratuais, porém nunca realizaram todas as cláusulas do contrato.

⁶⁰ As nomenclaturas que o autor se utiliza para abordar a visão de alguns brasileiros para com os japoneses colonos, que iriam em grande escala para um território distante do controle do Governo Federal, são explorados na sua obra em que o mesmo também analisa parte deste preconceito evidenciado nos primeiros anos. Para mais, ver: Castro (1979).

Após o prosseguimento do acordo de concessão de terras entre o Governo Federal e o Governo do Japão, enfim, a colonização japonesa pôde chegar ao Estado. Ferreira Reis cita as três áreas dentro do estado das quais os japoneses poderiam dispor terras:

A primeira limitada pelos rios Sucunduri, Canumã, Madeira e Amazonas, na margem direita, e Paraná do Ramos, rios Maués e Parauari, na margem esquerda, limitando pelos fundos ao sul [...]; outra, no rio Solimões, na margem direita, entre os rios Tefé e Coari [...]; e a terceira no rio Negro, na margem direita, limitada pelos rio Caburi, margem direita, e Timbira, margem esquerda [...]. (REIS, 1982, p. 141-142).

Figura 11 - Mapa 1 - Regiões dispostas aos japoneses colonizarem (1927)



Fonte: <http://www.guiageo.com/amazonas.htm>.

A região escolhida – o quadro superior direito – fazia limite com a capital do Estado (Manaus) e outras cidades próximas. Para prosseguir a temática deste tópico, faz-se necessário apresentar a colônia que está nesta área selecionada. Não serão esgotados os assuntos da mesma, devido ao enfoque maior desta pesquisa ser a colônia Vila Amazônia, localizada em Parintins. Colônias como a de Maués, Bela Vista, Efigênio Salles pertencem a esta demarcação, porém somente a de Maués antecedeu à Vila Amazônia.

Sr. Tobias Hara nos relata sobre os acordos feitos com as companhias de migração no período em que chegou ao Amazonas:

“Rapaz era um negócio meio complicado. Você saia com uma mão atrás e outra na frente sem saber se iria dar certo sabe?! [...] Saiam e vinham se embora pros Estados Unidos e depois pra, São Paulo né?! [...] O que eu mais sei é que teve o negócio das fazendas que não deram certo [...] deu tudo errado, quer dizer, tudo não, teve coisa boa também.” (HARA, 2019).

A colônia de Maués fora fundada por Kosaku Oishi, o mesmo citado acima, que conseguira o lote de 25.000 hectares, com a finalidade de cultivar o guaraná. Em 1926, quando Kosaku Oishi esteve participando da comitiva de pesquisadores de Fukuhara, tomou conhecimento das propostas de colonização do governador do Amazonas ao embaixador Tatsuke. Seguiu por conta própria para Manaus a fim de estudar o guaraná, apontado na época como o elixir da juventude.

De lá, seguiu para Maués para conhecer a produção e o comércio do guaraná que estava então em mãos de judeus e italianos. Após a pesquisa, Oishi procurou então o governador Efigênio Salles para solicitar a concessão gratuita de uma área de 25.000 hectares para produção do guaraná na Região de Maués, que foi atendido pelo governador em consideração às tratativas acertadas com o embaixador Tatsuke.

Após assinar a assimilação do negócio, Oishi e sua comitiva estabeleceram a sede da organização em um local a três quilômetros da cidade de Maués. Com a permissão do governo, eles abriram uma área de 105 hectares e, em setembro, iniciaram a queimada para a abertura de uma área da comitiva para estudar o terreno.

O primeiro contingente de imigrantes para Maués partiu de Kobe pelo navio Santos Maru em 27 de outubro de 1929, chegando em 5 de janeiro do ano seguinte na região. Era constituída de sete famílias e dezenove independentes, totalizando cinquenta pessoas. Após efetuarem o pagamento para ocuparem as terras do contrato, Oishi não obteve resposta de Tokyo quanto a um investimento maior para iniciar o plantio efetivo dos 45.000 pés de guaraná e arroz devido a não ter enviado o plano dos primeiros meses da colônia.

Oishi pediu demissão do controle da colônia após não receber a quantia desejada pelo governo de Tokyo. Mesmo assim, o cultivo de ambas as plantações na colônia continuou e, após dois anos, Sawagi – presidente de uma das escolas de conselhos ultramarinos no Japão (Kaigai Shokumin Gakko) – toma a frente da colônia e traz sua família para morar na região.

Junto a ele estava o diretor Sakiyama, que também era presidente de uma das companhias de navegação em Tokyo.

No entanto, após o período inicial da colônia, a exploração para mais interior da região trouxe a chegada do mosquito transmissor da malária que afetou a colônia inteira. Os japoneses não sabiam como se proteger do mosquito, nem como prevenir ou cuidar da doença, causando a morte de quase todos os habitantes da colônia Maués.

O Sr. Wilson Shoji nos indaga sobre a nossa ida às demais colônias e relata-nos como ouviu falar sobre a colônia de Maués:

“Tu foste lá rapaz? Lá na de Maués? [...] rapaz, pois é, a colônia eu não cheguei a ver quando ela começou sabe?! Porque não tinha como né, ela foi o primeiro modelo que levou os japoneses, que trouxe os japoneses pra cá, pro Norte. Ai, só que chegaram lá eles não tavam preparados né?! [...] Rapaz foi triste olha, um monte de gente morreu sabe?! E foi muito complicado tudo isso, foi complicado porque atrasou a vinda um pouco mais né?![...] Mas aí logo em seguida veio a Vila Amazônia né?!” (SHOJI, 2019).

Com a crise de malária, que atingiu a colônia nos anos posteriores, as viagens ao interior do Estado de ambos os presidentes, a saída do Oishi para voltar ao Japão, o sucesso da colônia vizinha de Parintins e os altos e baixos na renda devido à queda na produção de Guaraná e Arroz, desencadearam, nos finais da década de 1930, a saída dos colonos de Maués para a Vila Amazônia.

Neste momento, então, após elucidar os pontos externos que levaram à formação desta vinda dos japoneses, como colonos, para o Amazonas, balizaremos a discussão para a principal colônia no Estado do Amazonas e, por conseguinte, o local onde as nossas personagens passaram os anos iniciais de suas infâncias. As amplitudes e impactos socioculturais que elas receberam nesse território “semi-nipônico” transformam seu cotidiano em um conto, ao mesmo tempo em que enriquece a historiografia local, através de suas análises visuais e memoriais.

Sabendo que parte integrante deste processo foi sua vinda para o Amazonas na transição de um país que estava crescendo e procurando meios de se desenvolver cada vez mais para outro, onde o único objetivo era o usufruto da terra junto à propagação cultural japonesa na Região, a discussão se propaga quando se sabe dos moldes realizados por Tsukasa Uetsuka nesta colônia.

A maior colônia japonesa do Estado do Amazonas é a mesma que atualmente preserva, na cidade próxima, as memórias dos anos anteriores a Segunda Guerra Mundial. Após visitar a

cidade de Manaus, Tsukasa Uetsuka recebeu a missão de Hichita Tatsuke, um dos auxiliares do Governo do Japão, para colonizar a área que fora obtida e concedida pelo Governo do Estado. O local, na confluência dos rios Paraná do Ramos e Amazonas, possuía condicionantes geográficos favoráveis e o solo era propício às culturas de ciclo rápido (melancia, melão, milho etc.) e à adaptação das sementes de juta indiana, o qual ainda seria um teste.

Tsukasa Uetsuka pretendia fazer da colônia o modelo de uma instituição experimental, cuidando de todos os aspectos de uma colônia, tais como: o custeio das famílias, as finanças de toda a colônia e os problemas de saúde e educação; com o intuito de obter uma sólida experiência administrativa. Portanto, inicia um plano econômico e geográfico para escolher qual seria o melhor local para se iniciar a colônia-modelo.

Tsukasa Uetsuka envia várias missões ao interior do Estado para se prevenir de doenças endêmicas, como ocorrera em Maués, e qualquer anormalidade do solo e clima. A missão pesquisou a Região do baixo Amazonas, desde Manaus até a fronteira com o estado do Pará. Do resultado, decidiram estabelecer uma colônia entre as cidades de Itacoatiara e Parintins. Em 21 de outubro de 1930, efetuava, com os integrantes da missão, a cerimônia de ingresso à colônia.

Em efetivo, a Vila Amazônia passou a ser o lugar habitado pelos nossos entrevistados. Esse fator não é em si o que gera a experiência de nossos interlocutores desta história, mas, sim, o significado que eles atribuem ao espaço e à vivência dentro deste.

3.2 A chegada dos estudantes *koutaku* na Vila Amazônia

Em 1934, o Sr. Tadashi Inomata chega com a família inteira na Vila Amazônia após passar pelo Rio de Janeiro, Belém e Manaus, nas paradas que o navio Montevideu Maru fazia. A chegada do Sr. Tadashi é descrita pelo Sr. Elizeu Inomata da seguinte forma:

“Montevideu Maru, o nome era Montevideo maru, o nome do barco. Ai eles vieram e 34 pra ficar na vila amazonia. O meu pai tinha 13 anos, era o segundo mais velho, ai o resto tinha 12, 10 aí pra baixo. Ai eles ficaram na vila amazonia, trabalhando ai depois o meu pai e o meu avo foram pra uma localidade próxima chamada Zé-Açú. Era o nome daonde ele morava era numa cabeceira, chamada de cabeceira do diabo. Ai meu pai ficou morando lá. Ai meu pai ficava indo na ilha e tal e passeando, ai o meu pai conta a

história assim que quando veio eles assim pro Brasil, não sabiam nada sobre o Brasil ne?!” (INOMATA, 2019).

Aqui, percebemos o relato dos primeiros anos de vida do Sr. Tadashi Inomata, pai do Sr. Elizeu Inomata, na Vila Amazônia, onde o conhecimento do local foi feito de uma forma abrupta aos olhos dele.

“Meu avô plantava as castanha, fazia muda de castanha e plantava, aí os brasileiros falavam que era pra comer a do pé. Ai ele via la que ele comia tudo, ai meu avô foi investigar porque dizia que a planta tava morrendo, aí ele pegou meu pai comendo a castanha, ai meu pai confessou, levou umas porradas do meu avô. Aí ele foi aprendendo, que não era pra fazer aquilo.” (INOMATA, 2019).

Este relato da vida do pai do Sr. Elizeu Inomata nos proporciona uma visão do cotidiano de uma família que mudou para um país diferente, onde não estava habituado a estar. Costumes, alimentação, cotidiano, cultura, estas mudanças drásticas na vida da família do Sr. Elizeu Inomata, assim como na de nossos outros entrevistados, trazem consigo características ímpares para cada um deles. Usamos o termo ímpar para identificar isto, pois as mudanças facilmente adaptáveis e ajustáveis para uma família não eram apreendidas na mesma intensidade ou velocidade que nas outras.

É sobre este núcleo familiar que nos debruçamos nesta discussão sobre cotidianos, vivências, experiências nesta Colônia ou Vila-Modelo e suas comunidades adjacentes.

Há um termo necessário à análise inerente a esta pesquisa, antes de prosseguirmos. É pertinente compreender a apropriação deste e de como as fontes ao longo do século têm se apropriado para indicar o fenômeno pelo qual os japoneses no Brasil foram encaixados. Colonos e migrantes são conceitos aplicados aos nipônicos desde sua chegada em 1908 no porto de Santos; o termo colono viria anos mais tarde com o início da primeira colônia Iguapé.

A colônia suscita interpretações variadas, como: migração interna, povoamento ou ainda dominação e exploração. Quando a imigração estrangeira está associada à colonização agrícola, o imigrante passa a ser chamado de colono, da mesma forma que o migrante interno.

[...] a migração internacional é um movimento que tem lugar fora da área de jurisdição do país emigratório e leva em considerações as atividades individuais dos emigrados, ao passo que a colonização decorre mais da exigência nacional, que atribui grande importância à criação, manutenção de colônias e outras atividades em benefício do Estado. (SAITO, 1961. apud MUTO, 2008. p. 47).

Para compreender a interpretação dessa distinção, entende-se que a colonização está atrelada à legislação interna na concretude das relações: os acordos servem para trazer o imigrante e a colonização para o assentamento dos mesmos. Para os imigrantes japoneses, a colônia é o agrupamento de imigrantes, isto é, a própria comunidade *nikkei*⁶¹, independente de seus integrantes estarem na área rural ou urbana. Quando há interesse de delimitação espacial, usa-se o adjetivo do local da ocupação, a exemplo da Colônia de Vila Amazônia, de Tomé-Açú etc.

Não obstante, pode-se aplicar aqui o conceito de Sandra Pesavento (1999) sobre cidades: a autora cria o termo para suplantando a ideia de que a cidade se torna o começo da vida humana. Aplica-se isso como o ideal que fora trazido pelos japoneses na Vila Amazônia a partir do momento em que traziam os *Koutakusseis* na segunda leva de migrantes para a colônia.

O nascimento da cidade nos chega, pois, de forma mítica, com apoio no texto sagrado e na imagem que nele se inspira. Um discurso e uma imagem que nos chegam como representação de uma criação do homem. Como mito, trata-se de uma estrutura narrativa que não somente conta e explica, mas revela e porta sentidos dos outros para além do que é dito. Assim, do homem sobre a natureza – que se traduz em cultura – quanto o conflito, a ambição e o desejo de um vir-a-ser sem fim da espécie humana. (PESAVENTO, 1999, p. 22).

Esta rede de significados necessários para tentar explicar o *Shokumin* japonês, para aplicar-se ao termo colônia, usado por nós nesta pesquisa, é o viés necessário para compreendermos a coligação de “afeto” para além dos laços familiares do trabalho com a terra. O japonês, colono ou *koutakusseis* usa este termo para dar valor aquilo que cultiva.⁶² Retomaremos a história destas importantes personagens para a Vila Amazônia e as comunidades vizinhas.

Localizada na cidade de Parintins, a antiga Vila Batista não fazia parte do acordo de termo da concessão de terras para o Tsukasa Uetsuka. Após o envio de agrônomos nas missões ao interior do Amazonas, ele criou uma colônia-modelo próximo ao rio Paraná do Ramos, local este que banhava a encosta das comunidades de nossas personagens.

Este projeto de colônia-modelo de Tsukasa Uetsuka foi o seu mais ambicioso e estudado projeto antes da execução. Visto que esta terra, antiga Vila Batista, não fazia parte do acordo

⁶¹ *Nikkei* refere-se aos que possuem sangue japonês, sejam nacionais ou sejam miscigenados.

⁶² Não adentraremos na etimologia da palavra em si pois, o significado que perdurou desde os séculos iniciais da escrita japonesa modificou-se e os ideogramas da palavra se moldaram ao valor que o japonês dava ao que cultivava. Não compreende a esta pesquisa explicar o sentido intrínseco e o uso da mesma. Sobre a etimologia das escritas japonesas e como elas se alteram no decorrer dos séculos, ver: Seeley (2016).

de concessão de terras, o próprio Tsukasa Uetsuka comprou a terra com seu dinheiro. Para isto, ele levou em consideração a diferença cultural dos brasileiros com os japoneses, o ambiente – terra demarcada – e a adaptação.

Em 1930, volta ao Japão para fundar a Escola Superior de Colonização, local este que formaria a turma dos estudantes que se tornariam os pioneiros na formação de uma colônia. Eram jovens na faixa dos 20 anos de idade, estudantes de agronomia e engenharia, que possuíam a última parte do curso consistindo em atuar praticamente na Amazônia.

O projeto *koutakusseis* perdurou por sete levadas de turmas formadas no Japão. Durante a formatura, os alunos graduados vinham à Vila Amazônia para morar. O projeto *koutakusseis* consistia em estudos específicos sobre cuidar da Colônia-Vila e como aplicar as disciplinas aprendidas no ano estudado. O Sr. Tobias Hara nos relata como eram as disciplinas que seu pai cursou antes de vir ao Brasil:

“Era agricultura, plantação, era aprender a cuidar dos animais, da terra, era aprender a ajudar no que mais se precisava aqui. O papai era *koutakusseis* né?! Então quando ele veio pra cá, ele veio na 4ª turma, a de 34. [...] pessoal conhecia como funcionava tudo já e o papai chegou bem no momento principal da Vila Amazonia” (HARA, 2019).

Na Escola Superior de Colonização, os alunos aprendiam várias disciplinas: Geografia da América Latina, Língua Portuguesa, Noções de agricultura, Construção Civil, Pesquisa de Aproveitamento de Produtos Primários e Veterinários e Educação Física. Os estudantes deveriam completar um ano de estudos e treinamentos no Japão e cumprir um ano de estágio para treinamento prático no Centro de Treinamento Empresarial anexo ao Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia em Parintins.

Então, a Vila Amazônia e as comunidades adjacentes passaram a ter dois grupos distintos na nomenclatura, porém com afazeres e responsabilidades similares. Colonos e *Koutakusseis* compartilhavam experiências, sonhos, vivências e culturas no cotidiano da Vila Amazônia. Os primeiros estudantes *koutaku* que chegaram à Vila Amazônia se instalaram na localidade principal e começaram seu estágio com a escola *Koutaku*. Os estudos da terra eram feitos diariamente e os testes para novos plantios de sementes eram sempre levados aos agrônomos e colonos observarem juntos. Esta primeira leva de 35 *koutakusseis* auxiliou a colônia a construir e aumentar.

Figura 12 - Associação nipo-brasileira em Parintins



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia da Associação Nipo-Brasileira em Parintins realizada: 03/04/2019

Os *koutakusseis* tinham o importante trabalho de se deslocar para as comunidades do interior da Vila Amazônia e de auxiliar no ensino dos colonos que vinham pelas companhias de emigração – as migrações continuavam a ocorrer paralelamente às chegadas dos *koutakusseis* na colônia. Os colonos exerciam a função de cultivo, no interior, de plantações de: arroz, guaraná, pimenta do reino e, a mais distinto das plantações, a juta indiana.

O projeto criado por Tsukasa Uetsuka tinha a primordial “missão” de conseguir que esta semente desse fruto no solo escolhido por ele. No decorrer de 1931 e 1932, segundo Margareth Oyama, “a primeira e a segunda leva dos estudantes formados, se reunia semanalmente para discutir sobre os andamentos das plantações” (OYAMA, M., 2019), eles precisavam de soluções imediatas para a colônia. Essa rede familiar começou a ser criada desde a chegada de Sr. Tsukasa Uestuka e dos primeiros colonos.

Os pequenos núcleos familiares que começaram sua migração no ano de 1931, para a região da Vila Amazônia, em paralelo à de Maués, trazem-nos a ideia de formação de um núcleo à parte da conjuntura familiar nipônica. Com isto, dizemos que estes japoneses que formavam esta nova colônia possuíam duas funções: a de organizar a colônia propriamente, quanto a materiais, plantio de usufruto ou venda em Parintins, colheita, trabalhos manuais de manutenção da comunidade, construção de casas e obras que formariam espaços de comum

acesso aos moradores do lugar, e a de dividir as tarefas dentro a comunidade para a realização das atividades comuns nos anos subsequentes.

Tobias Hara relata sobre a memória das construções que viu na comunidade quando era criança:

“Rapaz era bonito olha. A madeira era dura e o não caia não. O pessoal se virara muito rápido pra construir as coisas e deixava tudo montado muito rápido. [...] eu cheguei a ajudar, mas eu era menino né?! Eu tinha que ir pra escola estudar e quando chegava eu so ajudava nas coisas de casa mesmo.” (HARA, 2019).

Estas construções, no decorrer dos anos da imigração japonesa no Amazonas, principalmente na Vila Amazônia, passariam a ter um fator primordial para manutenção da cultura japonesa na colônia. As principais construções japonesas na Vila Amazônia surgiram no decorrer dos anos da migração *koutakussei*. A representação histórica destas duas construções modificou o espaço na colônia e moldou a memória de nossos entrevistados.

Figura 13 - Associação nipo-brasileira em Parintins



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia da Associação Nipo-Brasileira em Parintins realizada: 03/04/2019

Estas estruturas de madeira japonesa, que foram erguidas no decorrer das levas dos *koutakusseis* que chegavam na Vila Amazônia, representavam diferentes núcleos de importância para os japoneses. O primeiro deles sendo o núcleo de uma representação de um

“poder político” na colônia, onde se firmou a passagem do último ano dos *koutakusseis* que vinham à colônia. Era no Instituto Amazônia que eles deveriam levar os reportes mensais do andamento da colônia e dos levantes econômicos que calculavam de cada uma das comunidades.

“Funcionava assim, o papai, era koutakusseis né? Uma hora da tarde, acho que era umas quatro e meia ou cinco horas, era quando o sol tava laranja né?! Aí o papai ia nas fazendas lá perto e conversava com os japoneses, perguntava como tava tudo. Ele olhava e ficava anotando os números numa cadernetazinha igual essa aqui olha [...] aí pois é, ele tinha que levar esse caderno, caderneta né, lá pro seu Uetsuka, só que as vezes não era ele né, eles levavam pro orientador deles, um deles eu lembro que era o Oti, Sakae Oti [...]” (SHOJI, 2019).

Essa “prestação de contas” era realizada mensalmente pelos *koutakusseis* no Instituto Amazônia. Cada turma, das sete que chegaram na Vila Amazônia, tinha mentores, estes mentores/professores, que vinham com eles do Japão, trabalhavam no Instituto Amazônia vistoriando o último ano de Escola dos *koutakus* graduados. Após o término desse ano, com a chegada de outra turma para iniciar o mesmo período de estágio, os *koutakusseis* que finalizavam o período de um ano de trabalho na colônia eram orientados a explorar adentro do território da Vila Amazônia, criando novas comunidades e colônias vizinhas. A colônia Boa Esperança foi a primeira organizada pelos *koutakusseis* da primeira turma.

O segundo prédio nos conta uma etimologia de um Japão que não pertence mais ao contexto cotidiano. Hakko Kaikan era o nome dado a prédios de base militar que concentravam as reuniões diárias e semanais dos soldados japoneses entre o fim do século XIX e o início do século XX, presente comumente na guerra Sino-japonesa⁶³. O prédio sediava as reuniões diárias/semanais que aconteciam pela parte da manhã e tarde. As discussões e debates que ocorriam são comentadas pelo Sr. Ruy Oyama:

“Hakko Kaikan era um prédio dos japoneses que conversavam sobre o andamento das coisas né? Na colônia eles se reuniam lá, pra falar sobre como estavam indo as coisas. Falavam de cultura, de aulas na escola, da colheita, dos alimentos, dos animais, era um lugar pra discutir sobre como estava indo tudo [...] lembro bem que teve uma vez né, na época da Juta, que todo mundo falava sobre como fazer pra cultivar mais. Os japoneses estavam todos felizes com o sucesso [...]” (OYAMA, R., 2019).

⁶³ Os conflitos existentes entre os japoneses e chineses por aquisições de terras e concentração político-militar, em certa localidade, perduraram por anos da história de ambos os países. Para mais, ver: Schencking (2005).

Figura 14 - Associação nipo-brasileira em Parintins



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografia da Associação Nipo-Brasileira em Parintins realizada: 03/04/2019

Essa construção, que compreendia esses afazeres relatados pelo Sr. Ruy Oyama, tinha também a importante função de preservação cultural, visto que os professores de japonês eram formados ali para ensinar as crianças que nasceriam na colônia, longe do Japão. O nome Hakko Kaikan não é mais utilizado, em virtude da impressão de grande poderio militar e da concentração política que carregava consigo durante o período da guerra Sino japonesa.

Esses dois prédios na Vila Amazônia remontam à memória de nossas personagens. Quando mencionados seus nomes, a atribuição de afeto com o que ocorria no lugar, nas reuniões e nas “trocas” ali realizadas nos mostram como eles agregam valor a estes momentos. Quando questionados do porquê disto, unanimemente responderam que a família e a reunião de vários japoneses naquele ambiente lhes davam conforto e segurança.

Wawzyniak (2008) faz uma comparação do conceito de colônia como uma representação própria da imigração japonesa para o Brasil. Ele utiliza termos que não cabem ser dissertados nesta pesquisa, porém, para explicar o conceito de colônia, para este autor, é imprescindível o uso dos termos identidade e grupo étnico.

O autor afirma que a vinda dos japoneses para um novo campo e área trouxe à tona seus valores locais, como família, educação e religião. Com base nesses valores, é possível perceber as articulações realizadas por esses imigrantes na constituição da identidade japonesa e de grupo

étnico, assim como estratégias de inserção da identidade nipônica. Essa inserção é evidenciada pelo Sr. Ruy Oyama quando relata sobre a formação do ensino sobre a língua japonesa na colônia.

Os deslocamentos necessários que ocorreram para que o Japão progredisse economicamente prescindem de algumas marcas deixadas por uma organização social estruturada nos moldes de um Estado centralizador como o Japão. Um Estado, que escolhe trazer a modernização para dentro do país e tenta aliar o avanço sociocultural sem que o seu povo perca sua identidade original, é passível de uma análise de um poder simbólico no qual permeia as dimensões sociais existentes no Estado, na tentativa de não excluir qualquer classe.

Esta não exclusão de classes sociais, colonos, convidados pelo governo e *koutakusseis* que vieram para a Vila Amazônia foi a comprovação de que, no mesmo peso que no passado – com as famílias compostas em São Paulo –, essas divergentes classes de migrantes eram passíveis de convivência comum e que acima disto estava o avanço sociocultural e econômico do Japão em um país geograficamente distante. A convivência destas classes entre si se tornava comum e familiar.

Somado a estes fatores, Wawzyniak (2008) aborda os conceitos de família como base – devido aos tipos de famílias que vieram ao Brasil, que foram as famílias compostas – durante as imigrações iniciais; educação como meio – o ponto em que, mesmo que em outro Estado, eles precisariam continuar ensinando os valores e ensinamentos da pátria-mãe aos mais novos; e religião como fim, no que se mantém a fé budista e xintoísta dos japoneses, o culto como uma característica ímpar: criando igrejas e templos dentro da própria colônia evidenciando assim, características de pertencimento ou, neste caso, de inserção em uma nova cultura.

Quanto à religião japonesa praticada na Vila Amazônia e nas comunidades, sabemos que pelo seu caráter fortemente único, elas se divergiam das de correntes cristãs – que se encontravam em larga escala no estado na época. Margareth Oyama, devota de Nossa Senhora do Carmo – inclusive ela pediu para que déssemos um espaço de dois dias da entrevista, pois todas as tardes de quarta ela ia à Igreja de Parintins (Catedral Nossa Senhora do Carmo) –, nos relata que, quando nasceu, seus pais estavam se convertendo ao catolicismo e, por isso, ela começou a ser devota da religião.

Portanto, todos esses fatores contribuíram para a criação de “um sistema de relações apenas possível dentro dos limites da comunicação cultural” (CARDOSO, 1976, p. 173). Tal conceito não diz respeito a uma concentração qualquer de imigrantes em um contingente populacional e igualmente distribuídos geograficamente, mas, sim, a uma representação

simbólica que foi construída e mapeada por um imaginário coletivo dos japoneses em terras estrangeiras.

Estas conjunturas simbólicas nos trazem a ideia geral de convivência e harmonia da Vila Amazônia com as comunidades. Esta harmonia, por sua vez, é fruto do respeito gerado no Japão, que é trazido culturalmente por cada parte integrante deste processo. Sr. Elizeu Inomata nos relata sobre isto quando perguntado sobre os tratamentos de relação dentro da colônia:

“Papai tinha 13 anos quando chegou. O pai do papai era sério e foi logo apresentando a família toda pra colônia né, eles se apresentavam no prédio lá o ... o Hakko Kaikan e, no outro dia já tinha lugar pra eles morarem e trabalho pra fazer [...] sabe seu Daniel, é fácil de imaginar porque o papai contava desses anos pra gente como se ... parecia história sabe, é bonito só de pensar nisso. [...] Ele ficou indo pra escola, o papai ajudava nas plantações junto com mamãe e mamãe também arrumava a casa né? [...] todo mundo ali se ajudava, todo mundo mesmo. Era como, pra eu te dizer assim, era como se a gente fosse um” (INOMATA, 2019).

O relato do Sr. Elizeu Inomata nos mostra a interação existente entre os membros da Vila Amazônia. Essa interação, este ato de se conectar com o próximo nos traz a uma nova análise de identidade, talvez esta única pertencente a estes japoneses que vieram ao Amazonas – tanto colonos quanto *koutakusseis*. No momento em que a cultura se choca com outra, o parâmetro da identidade entra em questão. Bauman (1999) discorre sobre isso quando fala sobre a identidade líquida e a formação desta ser maleável do ser ao ambiente em que está.

Por mais contato que estes japoneses passariam a ter com os amazonenses nas idas e vindas em Parintins e nos trabalhos em conjunto realizados pelo interior da colônia, a identidade, previamente formada, não se modificara tanto para estes primeiros durante a década de 1930. O caráter que atribuímos ao Hakko Kaikan era, além de um centro de reuniões diárias para discutir sobre os andamentos da colônia e adjacentes, um centro de preservação cultural, onde a miscigenação cultural era fator de adaptação dos filhos destes ao cotidiano.

3.3 Cotidiano, riquezas e dificuldades: o “fim” da Vila Amazônia

Um dos maiores obstáculos de narrar a história dos japoneses na Vila Amazônia é remontar a memória dos filhos e netos dos que ali viveram. Formado por pessoas comuns, mas que têm trajetórias e vivências homéricas, estes que habitaram a colônia e as comunidades

vizinhas foram o fator primordial na formação da comunidade japonesa que temos hoje na Região Norte.

Levando em conta as trajetórias individuais destas personagens e o cotidiano – que nos perpassa a ideia de movimento –, é uma árdua tarefa para descrever sobre esses (des)caminhos. Entendendo que a vida dos entrevistados é parte integrante deste processo migratório, analisamos aqui a construção da Vila Amazônia como lar para eles e o sentido que atribuíram a este lugar quando o perderam.

No decorrer dos anos de 1931 e 1932, a colônia cresceu estruturalmente e trouxe novos migrantes. A cada ano que passava do processo migratório, as levas de *koutakusseis* e colonos aumentavam e cresciam a colônia. O Sr. Shoji conta que “meu pai falava de muita gente chegando nova, cada ano um navio chegava com mais gente” (SHOJI, 2019).

Separamos aqui a colônia em três momentos de análise, para visualizarmos a ênfase que compõe a história: o primeiro momento sendo esse confronto da estranheza do cotidiano que os pais/entrevistados passaram nos primeiros anos na Vila Amazônia; no segundo momento, o período de prosperidade da colônia pelo cultivo da Juta; e o terceiro momento durante a Segunda Guerra Mundial e como isso afetou a colônia e a vida destes japoneses.

Segundo Heller, “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico” (HELLER, 1992, p. 20). Utilizamos a discussão de Heller para embasar a ideia de cotidiano criado pela autora, onde o cotidiano é a verdadeira essência da substância social. Sendo assim, começamos esta análise no dia a dia da época que chegaram na Vila Amazônia. Para aludir a este momento, elencamos aqui a ordem que nossos entrevistados chegaram na Vila Amazônia. O ano que chegaram foi, respectivamente: as famílias do Sr. Tobias Hara e do Sr. Elizeu Inomata chegaram no ano de 1934; a família do Sr. Ruy Oyama e Margareth Oyama no ano de 1935; e a do Sr. Wilson Shoji no ano de 1937, na última turma de *koutakusseis* que veio ao Amazonas.

Para relatar o cotidiano de seu pai, tomamos a fala do Sr. Tobias Hara:

“Papai e mamãe chegaram aqui na Vila e foram bem recebidos por todo mundo na colônia. Aí eles foram colocados em uma casa ali pra dentro né?! Ficaram por umas semanas ne rapaz, aí arranjaram uma casinha pra eles e tudo mais. [...] papai koutakusseí né? Ele chegou no período que tava difícil olha, o velho Tsukasa tava todo preocupado que a colônia ia quebrar né?! O velho andava de um lado pro outro preocupado o dia todo sabe [...] papai começou a trabalhar um dia depois que ele e mamãe foram morar na fazenda lá. A mamãe né, cuidava da casa e ajudava em algumas coisas lá no Instituto com as outras mulheres e o papai rapaz, ele trabalhava lá pro seu Tsukasa né? Ele ficava na colheita arrumava as coisas da colônia e da comunidade e ficava

anotando sabe os números [...] mas todo mundo trabalhava sabe, todo mundo se ajudava.” (HARA, 2019).

O primeiro de nossos entrevistados nos dá, em meio a olhares e a palavras compassadas, a sua narrativa do que ele se recorda e do que seu pai o contou quando chegou à Vila Amazônia. O cotidiano do pai do Sr. Tobias Hara nos revela tanto a rotina inicial, dentre os períodos das primeiras levas de *koutakusseis*, quanto o importante momento que a colônia passava. Tsukasa Uetsuka é descrito pelos dois primeiros entrevistados, nos anos de 1934 e 1935, como alguém que estava preocupado com o andamento da colônia-modelo, em virtude do baixo retorno financeiro.

Sobre este momento, Sr. Elizeu Inomata também relata:

“Quando papai chegou, ele tinha treze anos né?! Veio com a família toda sabe, papai, vovó, vovô, todo mundo veio pra cá. Aí rapaz, eles vieram como colonos ... colonos convidados né, um acordo ai que fizeram com ele sabe. Poisé, aí o papai me conta que se lembra do pai dele conversar com muitos koutakusseis e de trabalhar muito na plantação da fazenda né? Ficávamos ali no Paraná do Ramos sabe, ali pra dentro [...] papai ia pra escola, ele pegava uma rabeta, sabe as rabetas velhas? Parecia mais uma jangada (...) poisé, aí o papai ia pra escola, voltava e ajudava a mamãe em casa [...] ele falou, eu me lembro, que o velho Tsukasa tava com ameaça de fechar o projeto da colônia, o do Japão sabe?!” (INOMATA, 2019).

Entre esses olhares, de ambos os entrevistados – dizemos olhares, pois, no dia que fomos conversar com o Sr. Tobias Hara, quem nos levou até ele foi o Sr. Elizeu Inomata –, pudemos perceber a conversa velada de um tempo que remonta à vivência da infância de ambos, tanto pela própria experiência do viver, quanto pelo se lembrar das histórias que seus pais os contavam. Para isto, levamos em conta a entonação da voz, o olhar, as expressões faciais e gesticulações, como afirma Patricia Silva quando diz que “as fontes orais exigem ainda mais trabalho do historiador, pois é ele quem interpreta as entrevistas que lhe são confiadas pelos entrevistados. A reflexão e a análise dos depoimentos são do historiador” (SILVA, 2016, p. 43).

Esse momento relatado por ambos é embasado pelo contexto histórico da Vila Amazônia, no qual o próprio Tsukasa Uetsuka sentia-se inseguro quanto ao andamento das contas da colônia. Os retornos financeiros, através do insucesso da Juta indiana, nos dois primeiros anos iniciais, preocupavam demais o Sr. Tsukasa Uetsuka. Durante o decorrer do final de 1935 para o começo de 1936, Tsukasa Uetsuka estava desacreditado que a colônia poderia prosseguir a partir daquele ponto.

E, neste mesmo ano, chegava a família Oyama. Para todos os japoneses que presenciaram o cotidiano da Vila Amazônia, esta família foi a “redentora” dos problemas existentes. Em 1936, a família Oyama chegara na colônia como colonos convidados pelo governo a mudar-se para a Vila Amazônia. Confiante no projeto do governo e mais ainda no seu país, Ryota Oyama alocou-se na colônia durante a primeira semana. Depois de reuniões no Instituto Amazônia, ele se mudou para um lugar chamado Ilha Máximo.

“Rapaz, o papai ele foi numas reuniões lá nesse lugar né? O Instituto ficava perto da igreja que tinha lá, que a gente chegou a ver né mana? (olhando para Margareth). Aí tá, aí ele conversou com os koutakusseis e os professores deles lá né? E ele e uns outros que vieram com ele, como era o nome daquele lá? O ... Como é rapaz? [...] o outro lá né. Ai não demorou muito eles alocaram meu pai num pedaço de terra chamada Ilha ... Ilha Maximo. Ai la, papai ganhou o lote de terra pra cuidar das sementes que ele recebeu da Juta”. (OYAMA, R., 2019).

Quando Sr. Oyama chegou no seu lote de terra na Ilha Máximo, diversas descrições dos próprios filhos, entrevistados e outros japoneses com quem podemos conversar para ter acesso a fontes, descrevem-nos esse período quase como um “milagre”. Alguns dizem que “Deus olhou por nós naquele momento e recaiu a vontade do Japão crescer aqui na Região Norte na fazenda do seu Oyama”.

Esses relatos se tornaram comuns devido ao ocorrido posterior à chegada do Sr. Ryota Oyama na Vila Amazônia. Assim que ele plantou as mudas de Juta indiana no seu quintal, elas cresceram, comumente por ser um solo próprio para o crescimento da Juta, visto que, nos anos anteriores, quando Sr. Tsukasa Uetsuka tentou plantar, as mudas que ele tentava não alcançavam 30 centímetros.

Diversos relatos sobre esse momento são descritos por Margareth Oyama:

“Dizem as más línguas que o papai tava com as mudas na beirada da calca e por sorte elas caíram no solo ali, como se Deus mandasse sabe (...) O outro dizia que o velho Oyama tossiu e as plantas caíram da mão dele quando ele foi se cobrir ne?! Ai as mudas caíram no terreno e como um milagre nasceram. Rapaz, tem de tudo. Mas a mais curiosa é aquela lá né mano, tu te lembra? (...) a Dona Ruth, ela dizia que o papai veio abençoado por Buda lá do Japão”. (OYAMA, M., 2019).

Sr. Elizeu Inomata, que estava presente no momento da fala de Margareth Oyama, também concorda com outra história:

“Tu te lembra daquela outra lá? Aquela que dizem que ele plantou e cinco pés cresceram, e aí veio uma tempestade enorme na ilha e levou três mudas dessas. Aí as outras duas ele criou um cercadinho pra não deixar acontecer nada e ficar cuidando sabe? Pra dar mais frutos e ele ir mostrar pro velho Tsukasa.” (INOMATA, 2019).

Essas histórias, quase que mitológicas para os entrevistados, eram recorrentes dentre os japoneses que conviveram na comunidade nipônica em Parintins e Manaus. Percebemos aqui, então, uma figura que, mesmo realizando o tal feito de “salvar” a Vila Amazônia e o sonho de Tsukasa Uetsuka da colônia-modelo, a forma do tratamento continuava inalterável dentre eles. Os laços criados entre estes japoneses eram, como diz o Sr. Elizeu, “forte como a fibra da juta” (INOMATA, 2019).

Quando Tsukasa Uetsuka recebeu as notícias da Juta na Ilha Máximo, ele reuniu os *koutakusseis* para reorganizar o plantio daquela região junto aos colonos. Durante dois meses, eles remontaram um caminho da parte onde o Sr. Ryota Oyama havia plantado até dois quilômetros adentro da mata pela parte de trás do terreno da sua casa.

Os anos de 1936 e 1937 foram o período de bastante trabalho para os japoneses do interior da Vila Amazônia. Os árduos trabalhos de plantio e cultivo da Juta aumentaram exponencialmente e a produção da matéria prima, a fibra, acontecia em larga escala. A descrição do cotidiano do Sr. Tobias Hara, sobre esse trabalho que ele fazia com seu pai, mostra como, até mesmo para os mais jovens, as responsabilidades eram aplicadas.

“Eu ia pra escola de manhã no barcão né, chamavam de barcão. Ai rapaz, antes deu sair, meu pai me pedia pra encher os três galões de agua lá de casa, e olha que pesado rapaz. (ruuum) era muito pesado olha. Ai, nós chegava da escola né e tinha que ralar macaxeira que era a parte chata do trabalho sabe, era a parte mais difícil”. (HARA, 2019).

No ano de 1937, chegou a última leva de *koutakusseis* na Vila Amazonia. Estes vieram em número menor, apenas sete. A família de Sr. Wilson Shoji estava entre estes últimos. Zenoshi Shoji foi o último dos *koutakusseis* a adentrar as missões do interior do Amazonas, a fim de explorar terras mais férteis para a Juta e solo propício para seu cultivo.

Os anos subsequentes aos da chegada dos últimos *koutakusseis* foram de fartura para os nipônicos. Este período, no qual ocorria a revenda da fibra, foi o período de mais reconhecimento da história dos japoneses no Amazonas. Segundo Sr. Shoji, a economia amazonense só estava boa durante a segunda metade da década de 1930 em virtude dos

japoneses, dados estes que não pudemos comprovar em virtude de a revenda da Juta ser para outras grandes empresas externas.

Estes fatores marcaram o segundo momento para a Margareth Oyama. Entre gargalhadas e risos, relatou-nos como era a sua rotina de ajuda a sua mãe que trabalhava com os demais colonos:

“Eu descia com minha mãe até o rio né, aí a gente ficava ali conversando pra ver o que fazia sobre a horta e como cuidaria de tudo. Aí a gente pegava a juta ne, pegava lá o negócio e jogava num balde sabe?! Bem grande assim. Aí deixava de molho por, quanto era o ... o Ruy, quantos dias era? (...) isso, três dias. [...] menino aquilo fedia, misericórdia, fedia demais, muito mesmo. E eu e os menino a gente carregava aquilo ombro juntos, era preciso três ou quatro de nós sabe?! Porque ele inchava assim ó, ficava enorme parecia uma tora de madeira, igual desses tocos ali ó. Dali eu já não sei o que acontecia porque a gente só fazia carregar pra ajudar lá mesmo”. (OYAMA, M., 2019).

O cotidiano de trabalho e escola, essa vida dupla vivida na infância pelas personagens, nos levanta as possibilidades de uma relação coligada entre este seio familiar e a relação com o trabalho desenvolvido na colônia. Isto perpassou todas as nossas personagens, embora algumas delas optassem por não falar como trabalhavam ou, por vezes, mudavam ligeiramente de assunto.

Nosso terceiro momento é o ano de 1941, pois marcou a vida da família de nossos entrevistados e a de todos os outros que moravam na Vila Amazônia e nas comunidades adjacentes. O ano que marcou o início da Segunda Guerra Mundial trouxe uma realidade amarga para os japoneses que ali habitavam.

Tomamos aqui as falas de todos os cinco entrevistados e abordaremos certos pontos no fim destas descrições. Tobias Hara começou falando como foi para a família dele, como *koutakusseï*, passar por tudo aquilo:

“Eu tava chegando da escola quando eu ouvi as gritarias e a dona Satoshi, que era a vizinha lá de casa correndo pra trás do muro pedindo pra eu me abaixar. Aí eu fiquei com medo seu Daniel, ali eu soube o que era medo sabe. Papai e mamãe me puxaram com os meus irmãos tudo e fomos pra dentro da floresta que a gente nem sabia o que tinha. A gente ficou ali, sozinhos com outros japoneses, alguns choravam e as vezes a gente precisava fazer fogo pra comer o que a gente pegava na floresta. As vezes passava um avião e a gente rapidamente jogava água sabe, pra apagar o fogo e não levantar fumaça.” (HARA, 2019).

Sr. Wilson Shoji conta sua história:

“Quando ouvi os tiros eu logo corri pra mamãe pra dizer pra ela. O papai não tava em casa então a gente não tinha como saber se ele tava bem. Quando não demorou muito eu escutei uns gritos na frente de casa, eu sabia que era papai. Eu não tive coragem de abrir a porta para ver o que tava acontecendo então eu fiquei debaixo da cama sabe, eu so bisbilhotava assim bem rápido pra ver se ele aparecia. Mamae me puxou pra puxar a janela com ela e fomos ver o que tava acontecendo. Rapaz, tinha um homem com um chicote enorme batendo no papai e a gente não sabia o que fazer. Sei que precisou o vizinho chegar no soldado e dizer: `por que o senhor está fazendo isso?` nosso vizinho era de Parintins então ele falava português né. Ai o soldado parou e disse pra ele que era porque ele era japonês. O vizinho respondeu: `não faça isso, ele é gente do bem, conheço ele e a família toda dele.[...]`
Aí, fomos levados pra Tomé-acu.” (SHOJI, 2019).

Margareth Oyama conta:

“[...] foi, foi. Aí eles chegaram né, com o barulho das armas a gente (...) se espantou e tudo. Mamãe esperou em casa o papai chegar e a gente ficou ali sabe, eles disseram que nós éramos da família Oyama e aí levaram a gente pra lá, lá pra Tomé-açú.” (OYAMA, M., 2019).

Sr. Ruy Oyama, o irmão de Margareth Oyama, completa:

“A gente tava lá sabe, lá indo pro campo. Aí eu vi rapaz, as casas caindo e eles invadindo as nossas casas pra ir atrás das coisas sabe?! O japonês pra eles era espião e tudo, a gente ficou malvisto por conta da guerra. Quando a gente chegou lá, não podia falar nada que era ameaça de guerra sabe, eles achavam que a gente tava se comunicando pra planejar algo de ruim.” (OYAMA, R., 2019).

Elizeu Inomata nos conta sobre este episódio, com a sua ida para Tomé-Açú:

“Chegamos lá e todos os japoneses tavam reunidos ali sabe?! Tinha japonês que era de Belem mesmo que ninguém conhecia, ninguém ali se conhecia direito. Estávamos todos juntos, porém a gente não se sentia mais em família né?! Não era nossa casa. Mamãe me ajudou com os exercícios da escola e continuava a me ensinar muita coisa em japonês sabe?!” (INOMATA, 2019).

Todos estes momentos citados acima são descritos com angústias, olhares sérios e por vezes cabisbaixos. Quando questionados sobre o sentimento, alguns não sabiam explicar o motivo para tal; outros afirmaram com certeza que era por ter perdido a colheita na Vila Amazônia.

Descrever a tessitura formada pelo emaranhado de falas e emoções que eles demonstram de si, de seus pais, avôs e dos vizinhos que dividiam a experiência de imigrante com eles é um leve despontar da fragilidade existente em cada diálogo. Da chegada à Colônia até a incerteza do que os aguardava após o início da Segunda Guerra Mundial, essas personagens são expostas a um cotidiano que os aproximava da realidade existente na terra natal. Realidade esta que se modificaria no espaço e tempo nesse breve momento.

Estes cinco recortes, das falas das nossas personagens, sobre esse período, demonstram diversos sentimentos e memórias negativas e ruins sobre a Vila Amazônia. Todas elas foram para algum lugar após a chegada do exército e todos eles só se encontraram anos mais tarde. A vida que uma vez pertencia à colônia, ao ar livre, às brincadeiras no fim de tarde, ao auxílio com as tarefas domésticas e ao árduo trabalho da Juta agora sofrem uma ressignificação. As lembranças a partir desse momento se tornam compromissadas com o aprendizado da vida e a seriedade de ser uma criança migrante em um país estrangeiro.

4 MEMÓRIA JAPONESA NO AMAZONAS: PROTAGONISTAS DE UMA HISTÓRIA

A parte final deste estudo tomará, como base principal, a discussão da memória sobre o período em Tomé-Açú e nas localidades que os nossos cinco entrevistados se encontravam. Guiaremos suas falas através dos eventos historiográficos que desenharam a trajetória individual destes e como isso modificou o espaço em que se encontram. Tomaremos nota, aqui, de suas falas, experiências e vivências, para dialogar com o contexto atual de sua vida. Este último capítulo discursará com as histórias narradas pelas personagens, aderindo a estas discursos entre suas falas que nos montarão suas particularidades e congruências.

Na primeira parte deste capítulo, por meio de suas falas, contaremos quais caminhos nossas personagens viveram o período da Segunda Guerra Mundial na colônia de Tomé-Açú, destacando em primeira instância como suas famílias, conhecidos, vizinhos e antigos moradores da Vila Amazônia se encontravam durante esses anos iniciais da década de 1940 e 1950.

No segundo ponto, levaremos em conta a construção de um espaço para estes nipo-brasileiros, *nisseis* e *sanseis* nas sociedades brasileira e amazonense. Tomando por base os discursos do Sr. Elizeu Inomata, que se torna nosso principal interlocutor a partir deste ponto, levamos em conta como nossos outros entrevistados viveram sua juventude no Estado e como se instaurou a *Nippaku* em Manaus.

No último ponto desta discussão, sumaremos os eventos da vida de nossas personagens em torno de sua memória sobre os *koutakusseis* no Estado e como estes são lembrados atualmente pela sociedade nipo-brasileira. As falas do Sr. Elizeu Inomata dissertam uma visão simbólica e admirável pela história dos imigrantes e familiares que hoje lutam pela preservação das historiografias escrita e oral na região amazônica.

4.1 Trajetórias intercaladas: as resoluções do pós-guerra

Era uma tarde quente de quinta-feira quando Elizeu Inomata nos conta que se lembra de ter chegado a Tomé-Açú, cidade situada ao leste do Pará. Sem muito entender o que havia acontecido, as vidas dos Sr. Elizeu Inomata, Sra. Margareth Oyama, Sr. Ruy Oyama e Sr.

Wilson Shoji passaram por grandes mudanças. A região onde se localizava a colônia agora servia como um campo para comportar os imigrantes recém-chegados da Região Norte.

Este processo de deslocamento e realocação para Tomé-Açú fora escolhido por sua estrutura e por ser próximo das cidades, motivo inicial pelos quais alguns brasileiros estavam em desconforto com o migrante nipônico no Amazonas. Ao adentrar esta localidade, as famílias que chegavam de colônias de outros Estados eram realocadas em casas populares e arranjadas para controlar a situação.

Antes de adentrar nesta discussão do *modus operandi* que os imigrantes passaram a realizar e receber, uma breve análise da imigração japonesa no Pará será realizada para enfatizar a presença nipônica no local. Porém, é necessário enfatizar que a discussão irá se dispor para contextualização. Sobre isto, o artigo de Armando Tafner Junior e Fábio Silva (2015) descreve, em um breve olhar, este processo inicial.

Em 1915, Kinroku Awazu, o agrônomo que mencionamos anteriormente neste trabalho, veio ao Brasil para estudar as possibilidades de se promover uma colônia japonesa na Amazônia. E, assim, com o processo de emigração sendo cada vez mais incentivado pelo governo japonês, começaram a aparecer as companhias de imigração. Por meio da Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha (KANEBO), deu-se início às negociações entre o governo japonês e o governo do Pará.

Em 1925, o governador do Pará, Dionísio Bentes, recebeu os enviados da Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha (Kanebo), indústria de tecidos no Japão, Yasuhei Ashizawa e Hideo Nakano, do Ministério das Relações Exteriores no Japão, com uma carta do embaixador Hichita Tatsuki demonstrando o interesse dos japoneses em colonizar a Amazônia (HOMMA, 1998, p. 4).

Neste encontro, o governador Dionísio Bentes ofereceu aos japoneses as terras situadas às margens dos rios Capim, Moju e Acará. Essa região compreende o Leste do Pará. Em 28 de maio de 1925, chegaram à Belém oito técnicos japoneses chefiados por Hachiro Fukuhara para avaliar as terras e decidirem onde iriam iniciar o processo de colonização. Os japoneses deram uma preferência maior às terras situadas às margens dos rios Acará e Moju, devido à profundidade desses rios, o que facilitava a navegação fluvial que era a única via de transporte até Belém na época (CAMTA, 1969). Em 11 de agosto de 1928, Sanji Muto, então presidente da companhia KANEBO, fundou, com um capital inicial de Y\$10.000.000,00 (US\$4.756.000,00), a Nambei Takushoku Kabushiki Kaisha (Companhia Nipônica de Plantações no Brasil S/A), ficando conhecida como NANTAKU.

Em 13 de novembro de 1928, o governo do Pará concedeu a Hachiro Fukuhara 600 mil hectares de terras no município de Acará. Em 1º de junho de 1929, a NANTAKU – que tinha Hachiro Fukuhara como presidente – começou a preparar essas terras para os primeiros imigrantes japoneses, que chegaram onde hoje está situado o município de Tomé-Açú, em 22 de setembro de 1929.

Quando os primeiros imigrantes japoneses chegaram à Tomé-Açú, que ainda pertencia ao município do Acará, tiveram que trabalhar muito, tal como nossas personagens relatam nos dias iniciais na Vila Amazônia. Em dezembro de 1929, chegaram as famílias que vieram na segunda viagem do Japão para o Pará. O entusiasmo com a nova terra era grande e a ideia de abundância atraía cada vez mais emigrantes japoneses para a Amazônia; em seguida, veio outra leva. O contingente populacional da colônia foi aumentando. As condições econômicas não eram favoráveis, a ponto de que todos que vieram no quarto navio tiveram que voltar para o Japão.

O retorno destes imigrantes japoneses ocorreu devido ao estado penoso em que se encontrava a colônia. Além das condições econômicas desfavoráveis, a malária fazia muitas vítimas e o número de óbitos se elevava a cada instante, sendo que nos primeiros quatro anos ocorreram 51 falecimentos. Mesmo com este estado precário os imigrantes não paravam de chegar e de 1929 à 1937, 362 famílias migraram do Japão para Tomé Açú em 21 viagens. Com o aumento da população era preciso buscar uma solução econômica para promover renda e melhores condições de vida na colônia do Acará. (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2015, p. 5).

Neste ponto, o trabalho destes dois pesquisadores inicia a discussão de como os japoneses da Colônia de Tomé-Açú adentraram economicamente em um fértil período para manter os recém-chegados migrantes da década de 1930. A discussão se prolonga até a manutenção da colônia durante a metade desta mesma década. Nossos entrevistados chegaram no ano de 1942, logo depois de eclodir a Segunda Guerra Mundial e, a partir deste ponto, retornaremos nossa análise.

O começo dessa viagem ao “isolamento” – aqui encaixamos esse termo para aludir ao primeiro momento do Japão entre os séculos XV-XVIII – nos coloca em comparação ao uso do termo que muitos historiadores e cientistas sociais tendem a chamar para qualificar o lugar onde os japoneses iriam permanecer. A nomenclatura “campo de concentração” é utilizada nos

trabalhos de Maria do Socorro Aihara (2008)⁶⁴, Homma (2016)⁶⁵, Armando Tafner Junior e Fábio Silva (2014)⁶⁶. Os autores abordam, de uma forma similar, aspectos da vida dos japoneses nesta “prisão” em Tomé-Açú no mesmo grau do ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial na Europa⁶⁷.

“Rapaz a gente chegou num barco com muitos outros da Vila lá sabe?! E aí todo mundo foi dividindo nas casas e tudo mais. [...] Na primeira noite meu pai tentou falar com os soldados lá né?! Eles não entendiam o que a gente falava, era muito difícil manter comunicação sabe. A gente não podia conversar muito entre a gente, porque eles pensavam que a gente tava planejando algo de mal.” (INOMATA, 2019).

A Colônia de Tomé-Açú tornou-se local de concentração para observar os imigrantes que apoiavam o Eixo. Logo, não só havia japoneses, como também alemães e alguns italianos dividindo residência em algumas partes do lugar. Adentrando as especificações da vivência destes imigrantes, em específico os japoneses – para depois colocarmos as experiências de nossas personagens –, as autoras Michelle Sá (2010) e Sidinalvas Wawzyniak (2008) exploram o cotidiano destes japoneses neste “isolamento”.

Sá (2010) aponta que este período de desocupação da Vila Amazônia foi o que gerou a crise das colônias no Amazonas, o que ela justifica por ser a desvalorização dos produtos provenientes desta. Empregamos o termo “descolonização” para justificar o efeito da saída destes imigrantes, de maneira forçada ou por vontade própria – ponto este que exploraremos a seguir –, das colônias japoneses na Região.

O trabalho de Wawzyniak (2008) fala como a religião, família, educação e os modos de vida mantiveram a “unidade” japonesa, destes imigrantes, durante este período da Segunda Guerra que viveram em Tomé-Açú. Nossa discussão, neste momento, seguirá atrelada aos

⁶⁴ Nesta discussão, a socióloga (AIHARA, 2008) aborda, em torno da vida de uma família, como foi construída este cenário de memórias que envolvem a migração, experiência e vivência.

⁶⁵ O autor (HOMMA, 2016), previamente abordado, discute sobre os aspectos da imigração japonesa em toda região amazônica e como, economicamente, os estados foram afetados durante este período (1920-1950).

⁶⁶ Neste artigo, os autores (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2014) discutem como a Segunda Guerra Mundial afetou as colônias japonesas na Amazônia e como isto impactou a vida dos japoneses durante este período. Contando um breve histórico contextual sobre a chegada destes imigrantes, a discussão baliza sobre a colônia de Tomé-Açú mais especificamente.

⁶⁷ Durante este mesmo período de Segunda Guerra Mundial, deve-se enfatizar sobre os Aliados e países do Eixo para compreendermos de que forma o Japão foi justificado como inimigo nacional. Ao lado da Alemanha e da Itália, os japoneses se aliavam para tomar força e dominar a Coreia e a China, como forma de ascensão asiática. Tendo em vista tal decisão, os imigrantes, que se noticiavam por meia dúzia de palavras por não compreenderem os diálogos no país, torciam para não serem afetados. Porém, a árdua decisão do governo japonês, os colocou nas situações existentes durante a final da primeira metade do século XX.

exemplos de vivência de nossas cinco personagens, levando em base suas memórias e discutindo com os trabalhos de Wawzyniak (2008) e Sá (2010) sobre este período de reclusão.

“Rapaz olha, foi um período muito complicado sabe?! Mamãe e papai e eu, chegamos lá pelas tantas de meio dia acho, o sol tava forte e o lugar, era [sic] mais ou menos parecido com o nosso lar né? Aquele da Vila. [...] Aí, poisé, lá pelas tantas horas da tarde já, a gente sabia que ia dividir com outra família né?! O nome era [...] não vou lembrar agora, mas era uma família que veio de ali de perto pra ficar reunido ali, preso né, com a gente.” (SHOJI, 2019).

“Ixi, sim sim, foi muito difícil no começo. Eu tava preocupada com as outras famílias porque tinha gente que não sabia falar português. Era difícil demais, muito. O papai se metia a falar lá né?! Explicou quem a gente era e da onde a gente veio. A mamãe tava arrumando as coisas dentro da casa que a gente tava, e por ali a gente ficou. [...] eu lembro bem da vizinha, porque ela me ensinou a falar muitas palavras em português, a que eu mais me lembro era ‘tudo bem’, porque ela dizia que ia ficar tudo bem. (OYAMA, M., 2019).

“Tava lá né, eu e papai e mamãe na floresta. Tinha outras famílias lá, o seu Yamaguchi né! O Seu Toshirô?! Todo mundo lá. [...] a gente dividia a comida e ficava abaixado no pé das árvores pra se esconder do exército sabe, cada um fazia o que podia. Eles ficaram procurando papai e mamãe por uns meses. Eu queria saber como tava o pessoal da Vila e o que tinha acontecido com minha casa, mas não podia sair né?” (HARA, 2019).

“Eu e a Margareth a gente ficou de ajudar em tudo lá com a mamãe, o papai tentava resolver as coisas com os soldados, não tinha como porque as vezes ninguém entendia o que ele falava né?! Aí o vovô ia lá, conseguia falar algumas coisas, mas era muito pouco. [...] a gente queria saber do Japão na guerra né?! Como tava, como será que eles iriam virar essa guerra, como tava minha família lá do Japão, era tanta coisa que eu queria saber sabe seu Daniel, eu ficava pensando assim sabe?! Quando a gente ia voltar pra Vila Amazônia pra voltar pra casa.” (OYAMA, R., 2019).

“Chegamos lá, eu, meu pai e minha mãe com meus outros irmãos e a gente ficou numa casa próximo ao centro da colônia né?! Pessoal dizia que ali era o centro e tudo mais. Aí foi, a gente queria saber como ia ficar o dia a dia né?! [...] Mas rapaz, nesse começo o seu Dr. Toda, ele era o médico lá que eu te falei que foi um dos únicos que os policiais do exército não vieram atrás, ele era médico e tudo mais né?! Ele começou a se interessar pelo papai pra pegar ele pra serviço sabe?! Papai ficou interessado na medicina, queria ser igual o seu Toda” (INOMATA, 2019).

As marcas da história da Guerra, traçadas na fala destas pessoas, trazem-nos a percepção do que nossos entrevistados nos relatam através das memórias mistas da infância na Vila Amazônia e da infância em Tomé-Açú. O primeiro aspecto que podemos evidenciar destas falas é uma nova camada de trabalhos, provenientes da ajuda nipônica como uma unidade, como se as colônias da Região Norte fossem uma só. Isso nos é apresentado no trabalho de Wawzyniak

(2008) quando a autora aborda sobre “família como base”, “educação como valor” e “religião como fim” de vida destes japoneses na colônia de Tomé-Açú durante este período.

A unidade familiar, divergente em dois pontos, porém uma codependente da outra para existir, proporciona-nos uma visão ampla e distinta deste laço existente desde a primeira leva de migrantes, quando a família era composta de membros criados no porto de Kobe. Desde este primeiro contato com outros japoneses da mesma região ou família, relações endogâmicas ou com as relações interétnicas também, a recriação sociocultural do núcleo da família, no primeiro momento, era para evidenciar a existência de unidade entre os mesmos e enfrentarem os desafios da imigração (WAWZYNIAK, 2008).

Posterior a isto, neste momento de Tomé-Açú, os japoneses agora se integravam como um grupo doméstico familiar de apoio⁶⁸ – termo que utilizaremos aqui para demonstrar a unidade entre as famílias que passavam a se auxiliar como uma só, durante as consequências da Segunda Guerra Mundial. Se esta integridade familiar passava a existir como um grupo doméstico de apoio, a educação fora um forte fator para que esta unidade permanecesse íntegra a estes migrantes. Tomemos como base a educação existente na Vila Amazônia, onde mães, pais e demais familiares ensinavam seus filhos a língua local e a língua japonesa desde muito pequenos. As reproduções desta educação nesse novo espaço eram mal vistas, já que a comunicação entre japoneses como grupo era tida como armadilha contra os militares. Nesse período, o ensino da língua japonesa estava proibido.

Se o pensamento inicial era a educação com a ideia de retorno à terra natal, neste momento, a comunicação era fundamental para entender o que acontecia no Japão, o que fazer quanto às colônias que foram abandonadas, como se auxiliar no trabalho. O ensino da língua japonesa se tornava um ato de resistência.

As mulheres, em sua maioria, encarregavam-se de ensinar o japonês e os costumes para as crianças durante as noites e madrugadas, escondidas, como dito em um depoimento a Wawzyniak:

Minha mãe era professora nessa época, e resolveu depois que fechou a escola que iria continuar, mesmo que fosse presa. O importante para ela era que as crianças da colônia não ficassem sem estudo. Lembro as crianças ficavam em torno dela até altas horas da noite. Ela dizia que somente estudando, o japonês podia ser alguém na vida. (WAWZYNIAK, 2008, p. 177).

⁶⁸ Utilizaremos esta nomenclatura pela percepção que as autoras (WAWZYNIAK, 2008; SÁ, 2010) enfatizam sobre as relações nipônicas durante este período de isolamento, de terem se consolidado como unidade, enfatizando as relações de auxílio existentes nas tarefas domésticas, de campo, de apoio neste período.

A influência da educação para os japoneses, neste período, denota uma ideia de confronto ao sistema ao qual passavam a se encaixar na sociedade, visto que esta ideia de não poder propagar o comum através de histórias e aulas, feitos anos antes nas colônias por toda Região Norte, era agora banalizado.

A propagação dos significados culturais que reforçam a identidade presente, nesse momento do encontro entre tribos⁶⁹ e colônias, no reforçam a necessidade de firmar-se enquanto povo unitário. Unidade que é vista na religião, em um último comentário, ainda pela autora Wawzyniak (2008).

Tangenciando por este aspecto, evidenciado pela autora, salientamos que as discussões de fé e religiosidade para cada um de nossos entrevistados nunca foi posta em pauta, mas Margareth Oyama, em seu depoimento e no encerramento de nosso segundo encontro, precisava sair rápido, pois iria à Igreja Nossa Senhora do Carmo: disse “estou atrasada pro culto” (OYAMA, M., 2019) e se despediu com um sorriso e agradecendo por ter tempo de falar tudo o que gostaria no momento.

Nesse aspecto de “religião como fim”, para nosso entendimento completo, a respeito da visão da autora sobre estes imigrantes e para contemplar nossos entrevistados, seguimos a análise a fim de elucidar como permeava e influenciava a religião destes imigrantes vindos do Japão e dispostos em diversas colônias, que agora estavam em Tomé-Açú.

A autora aborda a religiosidade como espaço privado de cada casa, família, colônia, como a chegada dessas famílias, vindas do Japão, trazendo consigo seus aspectos budistas, xintoístas e outras religiões individuais. A religiosidade destas famílias era demonstrada em público, em festas e cerimônias e/ou quando houvesse colheita, plantio, importantes trabalhos sobre o cultivo (WAWZYNIAK, 2008). Sobre isso, Margareth Oyama nos mencionou que sua mãe não era muito religiosa e não seguia nenhum dogma japonês antes e depois da imigração realizada (OYAMA, M., 2019).

O papel fundamental da religião, em nossa visão, era, e em algumas famílias ainda é, um papel sociocultural que abarca as crenças, dogmas e preceitos budistas, xintoísta e outras pequenas expressões religiosas particulares de cada grupo social. Esse elemento sociocultural, desempenhado nas colônias e nas famílias, era expressa também em Tomé-Açú.

⁶⁹ Citamos tribos aqui para deferir diferentes povos provenientes de províncias e outras cidades japonesas durante o período da imigração.

Figura 15 - Colônia de Tomé-Açú



Fonte: Arquivo Pessoal. Odete Sato.

Embora os registros sobre a expressão religiosa em Tomé-Açú sejam vagos, existem relatos que comprovam a reação nipônica após o Japão perder a Segunda Guerra Mundial. Estes relatos, segundo Ozaki:

[...] a situação interna político-religiosa do Japão mudou radicalmente, pela derrota sofrida. O xintoísmo deixou de ser religião acional e a nova constituição proclamou solenemente a liberdade religiosa em todo país. Houve ressurgimento das religiões que estavam, até então, oprimidas, sob o rigoroso controle do governo imperial. E essas seitas passaram a ser consideradas novas religiões no Japão. Elas nasceram no século XIX e não puderam atuar livremente, pois o xintoísmo e o budismo eram considerados orientações religiosas reconhecidas e legitimadas pelo governo japonês. (OZAKI, 1990, p. 18).

Elucidamos essas três faces da imigração japonesa no Amazonas, pela leitura da autora Wawzyniak (2008), para compreendermos os desdobramentos sociais e culturais que estes grupos familiares se encontravam antes e durante o período do isolamento da Segunda Guerra Mundial – o período posterior ao isolamento não contempla nossa pesquisa na visão destas três faces que aqui discutimos, para evidenciarmos que foram através de aspectos destes que nossos entrevistados realizaram decisões que iremos dispor. Estas decisões rumaram seus caminhos no decorrer da trajetória da imigração nipônica no Estado, tornando-os assim personagens efetivos nesta história.

A Segunda Guerra Mundial findou com a derrota do Japão, após as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. As notícias que se espalhavam pelo Brasil rapidamente chegaram aos campos de concentração onde os imigrantes estavam localizados. Os efeitos da Guerra e da derrota recaíram para estes japoneses de diversas formas, alguns repercutiram de uma forma negativa e instintiva que eclodiu no episódio na Colônia em São Paulo⁷⁰; outros aceitaram a derrota e voltaram para suas colônias de origem em busca de retornar os trabalhos que ali possuíam – os desdobramentos subsequentes a isto serão debatidos em seguida; e houveram aqueles que mudaram de Estado e até voltaram ao Japão, estes em sua maioria os japoneses que eram casados entre japoneses.

Depois da deserção do Japão na Segunda Guerra Mundial, os efeitos da Guerra chegaram ao Amazonas após a metade da década de 1940. Os japoneses que permaneceram no Amazonas, incluindo nossos entrevistados, são os personagens que escreveram parte desta história da Associação Nipo-Brasileira no Amazonas. Sobre estes, que também estão presentes nas histórias de nossas personagens, é que iremos discutir agora.

Os relatos a seguir de nossos entrevistados nos colocam temporalmente entre o estar na Colônia Tomé-Açú e os caminhos que suas famílias percorreram após a deserção do Japão.

“Nesse tempo, meu pai começou a trabalhar muito. Ele trabalhava muito lá na casa com vovô e vovô né?! Aí rapaz, tinha lá na Colônia né?! te lembra que eu te disse antes? O Dr. Toda?! Poisé, aí rapaz ele viu o papai trabalhando, viu o empenho do papai e tal. Aí fomos pra Tomé-Açú né?! O Dr. Toda tinha ficado na Vila Amazônia, mesmo com o pessoal vindo pra Tomé-Açú, no Pará. Aí, ele ficava cuidando do pessoal da Vila e do pessoal da cidade também, era apreço que tinham pelo doutor. E o meu pai era interessado demais nessas coisas de médico e hospital. Aí, depois que acabou tudo, as guerra e tudo mais, o Dr. Toda convidou papai pra ir ser ajudante dele. Ai o papai começou a trabalhar de ajudante, pesquisando lá e ajudando o Dr. Toda. Papai virou enfermeiro né?! E aí mudamos de volta pra Parintins.” (INOMATA, 2019).

“Eu voltei pra Vila Amazônia, a casa já não tava lá né?! Papai comprou uma terra lá pro interior e aí a gente ficou lá por um bom tempo. A mamãe cuidava da horta e aí depois ia pra casa fazer as coisas lá. Papai comprou essa casa aqui né?! Essa aqui que a gente ta. Aqui tem o pomar ainda, olha, olha como é bonito.” (OYAMA, R., 2019).

“É né?! Depois que acabou tudo lá, a gente voltou pra arrumar uma casa pra gente né? Mas tava tudo destruído, tu sabe né?! As casas na colônia não tinham

⁷⁰ Shindo Remei foi chamado um evento que aconteceu em São Paulo após a derrota do Japão da Segunda Guerra Mundial. Alguns japoneses, ao ouvirem sobre a derrota do Japão, se revoltaram matando e degolando outros japoneses que se conformaram com a notícia. Eles também se revoltaram contra a própria polícia que os mantinham no campo de concentração. Para ler sobre os desdobramentos do Shindo Remei, consultar: Moraes (2011).

mais. Aí a gente comprou o terreno ali na ... ali, como era meu Deus? Ali perto do Paraná do Ramos. Daquele rio que cortava ali. Ficamos ali e depois o papai comprou esse terreno aqui do pomar.” (OYAMA, M., 2019).

“Eu fiquei com papai ali escondido ainda sabe?! A gente foi se abrigou na mata por um bom tempo. Corremos pra casa de um dos vizinhos das casas mais perto. Ai lá a gente ficou escondido. A gente ficou ali, sobrevivendo e se escondendo. Foi assim até mais ou menos alguns meses sabe. Depois papai me mandou pra Manaus” (HARA, 2019).

“Vovô, papai e mamãe voltaram pra Parintins, eu fui junto. Dai, logo depois, a gente não tinha mais a casa que tinha e foi difícil, não sabia o que fazer. Ai o papai foi trabalhar na fazenda que ele tinha comprado pro interior. Nesse período né, eles me mandaram pra Manaus pra eu vir morar com a minha irmã. Fiquei com ela por, mais ou menos, uns sete anos né?!” (SHOJI, 2019).

Os relatos de nossos entrevistados mostram os caminhos percorridos por suas famílias após a liberação da Colônia de Tome-Açú. Sobre os que retornaram ao Japão, os nossos entrevistados não elucidaram por não conhecer os japoneses que optaram por tal escolha⁷¹. Sobre os que mudaram de Estado, o Sr. Elizeu Inomata ainda menciona apenas um casal que mudou para São Paulo por rumores de melhores oportunidades de emprego depois do fim da Guerra. E alguns, como os nossos entrevistados, permaneceram no Amazonas.

Elizeu Inomata, após seu pai se tornar enfermeiro junto ao Dr. Toda, foi pra Parintins estudar em uma escola pública na cidade.

Figura 16 - Grupo Koutakussei onde o Dr. Toda estava



Fonte: Associação Nipo-Brasileira em Parintins.

⁷¹ Segundo o Sr. Wilson, os japoneses e familiares que optaram por esta escolha eram casados entre si. O que não era o caso da família de Sr. Elizeu, por exemplo, pois seu pai era japonês e sua mãe era amazonense.

Sr. Wilson Shoji morou em Parintins e, em seguida, mudou-se para São Paulo para terminar os estudos. Margareth Oyama e Sr. Ruy Oyama mudaram para Parintins para terminarem os estudos, assim como Sr. Tobias, após retornar para a cidade – o momento que sua família e os outros japoneses saíram do esconderijo no meio da floresta nunca foi falado em seu relato.

Personagens desta plural história que se iniciou durante o final da década de 1920, estes *isseis*, *nisseis*, *sanseis* passaram por transformações de espaço físico – em diversos momentos; choques culturais entre si, nos casamentos arranjados – famílias compostas – e nas próprias colônias entre estas e os amazonenses; transformações políticas e econômicas nestes novos espaços ocupados por estes novos imigrantes; e a colônia como o epicentro destas mudanças, diálogos, caminhos e história. Estes relatos nos contam o percurso dessa trajetória.

Figura 17 - Casarão Vila Amazônia em Parintins



Fonte: Jornal de Parintins. 2008

A Vila Amazônia, como o cenário principal dos eventos que ocorreram por três décadas com os imigrantes japoneses no Amazonas, hoje se encontra na memória da população parintinense e dos *sanseis* e *yosseis* que moram em Parintins, Manaus ou ainda no Amazonas. A entrada ainda permanece a mesma, com a madeira tombada, mas as construções de casas, pequenos prédios, templos, Hakko Kaikan e plantações não existem mais. Aqui, os relatos finais

sobre esse capítulo que hoje se firma na memória da história local como a pedra fundamental⁷² dos eventos que desencadearam na cultura japonesa na Região Norte e no Brasil inteiro.

“Eu muito me lembro de tudo o que aconteceu ali ainda sabe. As árvores, os vizinhos cuidando e papai trabalhando. Rapaz, mamãe gostava muito de lá e era muito bom mesmo né?! Se a gente tivesse a oportunidade de ficar com o pedaço de terra que a gente tinha ali hoje, eu estaria numa outra vida né?! [...] espero que um dia a gente possa voltar sabe, voltar a ocupar algum lugar assim que seja só meu e da minha família.” (HARA, 2019).

4.2 Os caminhos dos nipônicos pelo estado

O espaço da cidade se projeta, para nossas personagens, de maneira brusca e repentina. Estes efeitos foram sentidos nas falas de nossos entrevistados a partir do fim do período do isolamento no campo de concentração em Tomé-Açú. Os acontecimentos que se sucederam na Colônia Vila Amazônia, após a volta destes japoneses a Parintins, foram de tentar retomar os processos da Juta que tanto alavancaram o comércio e a economia locais durante as décadas de 1930 e 1940. Porém, a realidade de como o espaço se modificou com o “abandono” da terra trouxe novos processos para o Brasil de como fabricar outros produtos que substituíssem a Juta.

A fala de Sr. Tobias Hara menciona que a criação da sacola plástica foi o principal fator que impediu novos investimentos na Juta. O Sr. Elizeu Inomata acredita que a manufatura estava ultrapassada para a época e que a Juta não era mais necessária para a economia do Estado. O Sr. Wilson Shoji nos conta que a Segunda Guerra Mundial foi a grande responsável por todo o abandono e o retorno da mão de obra tardia para a Vila Amazônia. Estes recortes das falas nos mostram que o apreço pela Colônia, como lar, meio de sobrevivência e feitorias, perpetuava por toda a família e que, no momento da entrevista, ainda era presente na fala destes.

Nesse sentido, D’Assunção Barros (2011) analisa a cidade como texto que pode ser lido e que pode ser escrito. Enuncia que, como texto a ser lido, refere-se aos deslocamentos feitos dentro dela, as inúmeras idas e vindas de pessoas no fluxo diário. Cada pessoa tem uma forma de apreender cada monumento construído. O som, o cheiro, a cor, o movimento também são

⁷² Pedra Fundamental é o ponto inicial onde começa uma vila, cidade. Na Vila Amazônia, fica próximo ao rio e à antiga construção do Hakko Kaikan.

internalizados diferentemente por cada sujeito que caminha por ela e externalizados de maneira peculiar possibilitando que aspectos sociais sejam estabelecidos em expressões de cidadania. Essas expressões nos são aqui expostas de maneiras sublimes e bruscas no falar de cada um.

Assim, o sujeito nesse espaço interage, compartilha, se apropria e se transforma:

O grande texto urbano aloja dentro de si textos menores, feitos de placas de ruas que evocam memórias e imaginários, de cartazes que são expostos nas avenidas para seduzir e informar, de sinais de trânsito que marcam o ritmo da alternância entre a passagem permitida e os interditos aos deslocamentos no espaço. A cidade é um grande texto que tece dentro de si uma miríade de outros textos, inclusive os das pequenas conversas produzidas nos encontros cotidianos. (BARROS, 2011, p. 45).

A cidade, no sentido de ser formada por indivíduos, dialoga constantemente com as pessoas, tanto as que moram, quanto as que passam diariamente somente de visita. Isso ocorre através de informações contidas em cartazes, placas e até mesmo dos monumentos existentes nela.

De maneira singular, cada sujeito decifra a cidade ao seu modo; apressa e diminui o passo, vivência emoções e outras oportunidades. Também passa a ser vista como espaço de disputa, tensões e representações. Passa a ser, também, objeto de investigação para o historiador. Além disso, também é possível discutir sobre as mudanças e permanências ocorridas ao longo do tempo de nossas vidas, tendo como espaço a cidade. Enfatiza que tais mudanças surgidas ou ocorridas estão atreladas às modificações urbanas a partir do momento que a cidade passou a ser colocada como questão analítica e tendo os seus desafios como campo a ser buscado e problematizado pelo historiador.

A Colônia então passa a se tornar um espaço de diálogo memorial. Os que antes ocupavam a colônia para moradia ou a usavam para trabalho migram para a cidade ou para pequenas casas no interior, mas a falência do que antes prosperava, durante as décadas iniciais da imigração, agora se tornava uma localidade para recordar os feitos ali existentes.

Com esse novo processo de migração e o processo de quebra dos contratos de imigração com as companhias, restava entender quais processos os *koutakusseis* passaram durante os anos subsequentes do isolamento. Mesmo com quebra nos contratos, a honra do *koutakusseis* em permanecer na terra e não retornar ao país foi cumprida por todos estes. Wilson Shoji nos conta que as turmas de *koutakusseis* – que totalizavam 107 imigrantes – passaram a trabalhar na manutenção da Vila Amazônia, mesmo que não houvesse mais processos de trabalho ou moradia adequada.

“Todos eles ficaram na Vila lá né?! O papai tava junto mas depois me mandou pra São Paulo pra eu estudar. Ai fui, voltei pra cá e já mudamos ali pra, tu sabe onde fica a UFAM? Ali pra perto mesmo. Aí eu soube que alguns vieram pra Manaus, outros ficaram em Parintins e aí papai ficava ajudando eles. E nesse período eu fui pros Estados Unidos sabe?! Pra estudar mais.” (SHOJI, 2019).

Com estas decisões, a década de 1960 se firmou como um período de término das atividades na Colônia. Os *koutakusseis* que até então tentavam realizar a manutenção desta mudaram para Manaus. Outros permaneceram na ilha em vilas próximas, ainda realizando seus objetivos iniciais. O projeto dos *koutakusseis* continuava de forma latente, repercutindo entre os japoneses do Estado do Amazonas.

A partir da década de 1970, a realidade destes sujeitos – *nisseis* e *sanseis* – modifica a estrutura do espaço ocupado. Suas decisões de mudar-se, modificar lugares e costumes, ingressar, egressar ou permanecer no ambiente se colocando junto a este como razão para montar sua identidade – que sempre permeou entre o ser amazonense e ser japonês. Essa questão de se identificar irá se perpetuar na fala de dois de nossos entrevistados com bastante ênfase. A disposição desta abordagem irá se realizar nas análises de suas vidas após a década de 1980, para Wilson Shoji, e de 1990, para Elizeu Inomata, quando começam a sentir a necessidade de perpetuar sua expressão identitária.

A cidade passa a ser então uma nova zona de diálogo para estas personagens. A relação prévia deles com o meio urbano era corriqueira e não muito presente em nenhum discurso. Mas, a partir de meados da década de 1970, quando todos estes estavam alocados nos centros urbanos (Manaus e Parintins), o meio que se modificava junto a eles, na colônia, não era mais sentido ou propício a mudanças. O cotidiano da cidade, traçado aqui pelos vieses social, de ocupação e cultural, faz-nos analisar como a identidade local se miscigenou com a cultura nipônica.

A presença japonesa em Parintins, durante a década de 1970, era de 1 a cada 30 habitantes.⁷³ Logo, a contribuição cultural para a difusão dos japoneses na cidade e região⁷⁴ foi em um número abaixo de 2% no momento; hoje, com menos de 0,8% desses habitantes em Parintins. A família de Tobias Hara morava no bairro Palmares. Quando se mudou para Parintins, localizaram-se em uma casa simples. Ali, ele, seus pais e seus sete irmãos:

“Ai chegamos em Palmares aqui em Parintins, todo mundo, papai, mamãe, mana e os meus irmãos. Eu comecei a ir pra escola e a estudar com eles todos

⁷³ Censo de 2000 (IBGE, 2000). Contamos aqui a miscigenação destes, sem aderir aos que não se declaram amarelos ou asiáticos. Ver em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/2094>.

⁷⁴ Falamos região nesse momento para incluir não apenas a cidade de Parintins, mas também Manaus, que é elencada em nossa pesquisa através de nosso entrevistado Sr. Wilson Shoji.

os dias. Aí a mana se mudou pra Manaus depois de dois anos e o papai me mandou ir pra lá com ela. [...] sim sim, isso em 79. Aí fui pra lá com ela e a gente não tinha nem a farda direito né?! A gente morava, tu sabe onde fica o cara das farmácias santo remédio? Ele é japonês e a gente ficou de favor na casa dele. [...] história engraçada era a gente ir pra escola né?! Voltando sempre perdia o ônibus porque a gente ficava olhando pra dentro de uma padaria que tinha (...) lá perto da escola, que a gente ficava desejando o pão. Não podia comprar na época.” (HARA, 2019).

Ou de Margareth Oyama quando se mudou para a casa do Seu pai Ryota Oyama no pomar, no bairro do Centro, próximo ao cais de Parintins:

“Aí rapaz, esse período que passei com o Ruy ali no interior, a gente vinha pra cá só pra estudar né?! Era bem parecido com o que a gente tinha antes sabe?! Antigamente papai trazia a gente de rabetão pra cá pra ter aula e tudo mais durante a semana, aí depois né, depois de tudo lá, foi mais fácil pra gente se acostumar porque já tinha tido o, a, a aproximação né?! E aí seguimos normal até a gente casar e tudo” (OYAMA, M., 2019).

Estes pequenos excertos do cotidiano destes *nisseis* e *sanseis*, em conjunto com a ideia de identidade, moldam as características de vivência que eles passam a ter após o período da Vila Amazônia: isolamento social, perda da moradia no retorno à Vila Amazônia e agora essa nova fase de uma experiência urbana. Tudo isso os coloca em acordo com as escolhas que estes tomariam para com a comunidade *Nikkei* no Amazonas.

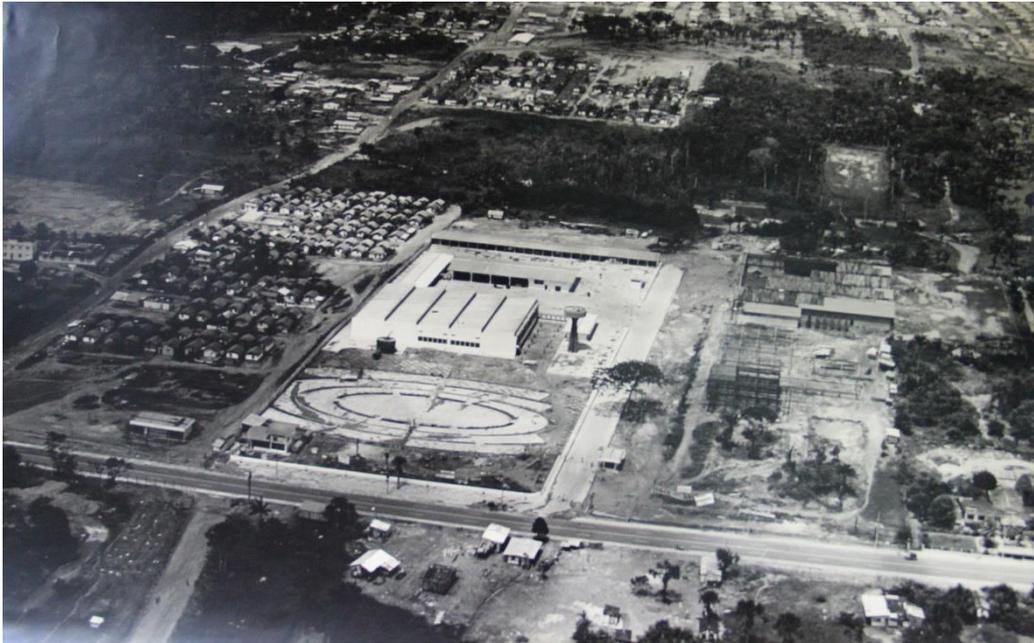
Nesse ínterim, de continuidades das histórias destes e das colocações entre as idas e vindas do interior e urbano, ocorreu a fundação da Associação Japonesa em Manaus. Ela foi solicitada em conjunto com a Prefeitura de Manaus para a abertura de um lugar que divulgasse e contasse a história da Imigração Japonesa em Manaus, mas o movimento para a organização de um espaço que correspondesse à divulgação da cultura nipônica existe desde 1967.

Iniciado pelos *koutakusseis*, *isseis* e *nisseis* que estavam no Amazonas, as reuniões semanais eram feitas em casas e pequenas empresas que começavam a vir para Manaus através da Zona Franca. Dialogando com essas discussões, Sá (2010) nos aponta uma nova imigração japonesa, desta vez não de pessoas ou migrantes necessitados de mão de obra, mas de empresas que começavam a se estabelecer no Polo Industrial de Manaus.

O ponto expresso por Sá (2010) é, para além de uma simples consideração entre definir como imigração ou não, como havíamos discutido ao longo da dissertação, essa troca de lugares, espaços, ocupações e país ocorre numa dinâmica de relações interpessoais, que abrange uma variada gama de elementos que a particulariza em momentos vividos não agora pelos sujeitos, mas a experiência que estes trouxeram de volta ao seu país e que confirmou a

oportunidade dessa “nova imigração”. De certa forma, exige uma análise das condições que surgem e/ou se processam diante da decisão de migrar, mas, desta vez, com empresas e fábricas.

Figura 18 - Empresa Moto Honda na década de 1970, no Polo Industrial de Manaus



Fonte: Arquivo ACA (1975).

Usamos a nomenclatura “nova imigração” para elucidar esse diferente processo que agora era passado por indústrias. Reiteramos que esta análise dialoga com a criação do espaço de discussão destes japoneses sobre como continuar os processos imigratórios posterior aos acontecimentos da Colônia de Tomé-Açú. Essas empresas e indústrias, que começavam a chegar na Zona Franca, eram automobilísticas, de computação, tecnologia e produtos de uso comum. A Moto Honda, por exemplo, veio através de acordos criados com o Governo do Amazonas para o uso e a implementação de pesquisa e produção em média e grande escalas no Polo Industrial.

Esse grande crescimento trouxe, em ênfase, empregos para a capital e oportunidades de treinamento de mão de obra que começava a se especializar na automação. Aqui, descrito para nós, como o início de outro processo imigratório e de levas de japoneses que vieram à Região Norte, mais indústrias passaram a vir para a capital ingressando em um meio de produção e comércio existente até hoje em Manaus.

Entendemos então que estes processos imigratórios não são finitos: todo o contexto de viagem, dias em embarcações e dificuldades para instalação, agora era traduzido em uma facilidade e instalação de fácil acesso em uma capital receptiva à tecnologia e à vinda de empresas. A imigração atinge um novo âmbito. Além da nova troca de vivência, passa a ocupar uma zona mercantil e industrial de uma região através de empresas. Considerar este evento um processo imigratório é, também, entender que todo processo de troca existente, quando há translocação de espaço, seja em qual âmbito for, será, em mesma instância, uma imigração.

Estes eventos trouxeram uma nova leitura do espaço da cidade, ao passo que antes havia o diálogo da cidade com o campo, na fala de nossas personagens, agora temos o espaço do campo na cidade, como diálogo e como ambiente de confronto e cotidiano. Nesse espaço, a diversidade se expressa de diversas formas de organização em que vários sujeitos históricos costumam articular para conseguir alguns objetivos, mesmo aqueles mais imediatos. Também desvenda a pluralidade envolvida nas microrrelações, a sociabilidade intrínseca nos espaços comum a todos. O viver na cidade se configura na trama histórica a partir de um sentimento de pertença ao novo lugar que se coloca diante de si.

Pesavento fala:

Nosso ponto de partida se insere no que chamaríamos de história cultural do urbano e que se propõe a estudar a cidade através de suas representações. Entendemos ser esta uma fascinante proposta para o nosso final do século, quando a cidade se coloca, mais do que nunca como desafio, sendo o lugar – por excelência – ‘onde as coisas acontecem’. Nesse contexto, se a cidade se impõe como problema e, portanto, como tema de reflexão e objeto de estudo, ela se oferece como um campo de abordagem para os estudos recentes sobre o imaginário social. (PESAVENTO, 1999, p. 8).

Temos, nesse imaginário social, a criação de ideias e projeções que nossas personagens colocaram neste novo espaço, em como elas supriram estas expectativas que foram a elas colocadas à força mediante os acontecimentos posterior a Segunda Guerra Mundial. Expectativas estas que, comparando hoje com seus relatos, são dispostos de maneira satisfatória pelos cinco. À nível de interpretação do diálogo existente entre esse imaginário e sua projeção, aqui, todos lutam pelo seu espaço nessa cadeia de significados que esta transdisciplinaridade nos aponta.

A partir desta discussão existente, relegamo-nos a outro ponto. Este por sua vez tão intrigante quanto a relação dos japoneses com este novo espaço: a representação deles nesse lugar através da cultura. Durante as décadas de 1970 e 1980, a difusão da cultura se deu pela

criação de comércios em bairros comuns da cidade – o que era perceptível em grande ênfase em São Paulo, com o bairro da Liberdade, por exemplo –, tanto em Parintins quanto em Manaus, bem como a venda de alimentos originários do Japão, cultura esta que modifica a refeição dos brasileiros por alguns alimentos.

Quando abordamos cultura, esse emaranhado de conceitos que circulam a certeza de algo próprio, único e individual de um cidadão, também expressamos o termo como um conjunto pertencente a um grupo. Desta vez, não o grupo familiar, existente em aleatoriedade durante as primeira imigrações ao Brasil e Amazonas, mas, sim, como uma unidade presente em todos os japoneses (*isseis, nisseis, sansei e koutakuseis*) que permearam neste espaço durante seis décadas. Essa cultura abarca agora uma língua plural.

Figura 19 - Festival Bon Odori em Manaus



Fonte: Arquivo pessoal dos entrevistados.

Houve então, nesse íterim de integração e união de grupos, a necessidade de criar um espaço de debate sobre as atividades dos japoneses durante esse período. E, durante o final da década de 1970, ocorreu a criação da Associação Nipo-Brasileira Ocidental no Amazonas. Tratava-se, no início, de um centro de reuniões para realização de eventos na cidade, que celebrassem a chegada, a cultura e a presença nipônicas no lugar.

Desta presença nipônica, temos a permanência de um espaço no qual a cultura fosse sempre propagada, através dos ensinamentos da língua japonesa – anos depois, pela efetividade se

tornou um curso presente na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) –, estilos de luta originários do Japão como o *Kendo*⁷⁵ e o *Kenjutsu*⁷⁶ por exemplo – ensinados atualmente por um mestre nestas artes –, realização de festivais anuais que celebram datas do Japão, como o Bom Odori,⁷⁷ que acontece todo mês de agosto em Manaus, receitas e comidas do cardápio japonês.

Nesse mesmo espaço, no decorrer da década de 1980, as festividades em homenagem aos 60 anos de imigração japonesa no Amazonas ocorreram no espaço onde hoje se encontra a Nippaku, escola de língua japonesa, centro de reuniões para preservação da cultura nipônica e atual sede da Associação Koutaku no Amazonas. A Nippaku se localiza ao lado do supermercado Roma, na Rua Fortaleza, bairro Adrianópolis. Atualmente, a escola é a sede da capital das reuniões mensais destes japoneses.

Figura 20 - Frente da Nippaku



Fonte: Associação Nipo-Brasileira da Amazônia Ocidental.

⁷⁵ Na tradução literal, como o caminho da espada. Técnicas que a pessoa aprende a lutar, pacificamente, utilizando espadas de madeira para autodefesa. Existentes desde a era Shotaku, no século XVII, esse estilo de luta atualmente é procurado por diversas pessoas na escola em Manaus.

⁷⁶ *Kenjutsu* seria a escola que originou os estilos Kendo e Iaido. Logo após a restauração Meiji, esse estilo de ensino com a espada tornou-se praticado no Japão após a exclusão dos Samurais como mercenários de guerra.

⁷⁷ Festival japonês que celebra a vida dos antepassados. Com comidas e bebidas em abundância, o festival é comemorado sempre no verão japonês, entre julho e agosto.

Cabe abranger e dispor, aqui, como nossas personagens se encaixam neste espaço de debate, tendo seu imaginário social e político formado a partir dos enfrentamentos que os grupos passaram durante estas seis décadas, no espaço físico⁷⁸ construído das reuniões mensais dos grupos nipônicos de Manaus. O Sr. Elizeu nos conta sobre seu pensamento, de que forma este espaço modificou sua forma de se identificar como descendente japonês no Amazonas:

“Foi muito tempo pra eu perceber o que era preciso eu fazer né?! Precisei passar por tudo isso que te contei pra entender que era eu quem poderia fazer tudo pela minha comunidade, pela minha história (...) eu precisei perder meu pai, perder mamãe, pra saber que a história não é aquela que a gente vê nos livros de escola sabe?! Mas ela é essa aqui ó, essa que tá na veia e que acontece aqui e agora. Eu tô vivendo e você também tá, somos história.” (INOMATA, 2019).

4.3 O espaço vivido: uma luta pela preservação da memória

Durante a década de 1980 e início da década de 1990, o Governo do Brasil iniciou um projeto para que os japoneses que aqui permaneceram pudessem usufruir de uma viagem ao Japão para visitar a família e reconhecer/revisitar a cidade na qual deixaram suas famílias, desejos antigos e expectativas de uma outra vida. O Sr. Elizeu Inomata e o Sr. Wilson Shoji nos contam os detalhes de como essa oportunidade modificou a visão deles sobre família, cultura e identidade.

Abordamos, no primeiro capítulo, o contato que Elizeu Inomata teve com seu tio ao conseguir falar com ele por telefone, que emocionou sua família e moldou seu caráter a partir de então. Com muita emoção, Elizeu Inomata nos conta sobre esse capítulo de sua vida:

“Titio me atendeu depois que eu tentei sete números. Falei com o ele e passei o telefone para papai, e aí rapaz foi conversa demais, sabe aqueles cartões telefônicos? Foi esses que o papai usou, foram uns cinco daqueles lá. Na conversa papai sorria, fechava a cara, olha assim sabe?! Pro lado e tudo. [...] e foi complicado e triste sabe?! A gente veio com todo mundo e só o meu tio ficou lá sozinho. Foi difícil porque a gente não conseguiu né?! Se comunicar, se falar (...) demorou tempo pra gente conseguir. Como eu falei, foi só lá pra

⁷⁸ Usamos o termo espaço físico para definir o ambiente fechado Nippaku como este espaço, mesmo que as discussões ocorressem em diversos lugares anterior à criação deste local. Sabemos que somente com a Nippaku as discussões se tornaram mais recorrentes.

depois de cinquenta anos que a gente se encontrou. [...] e a voz dele doída sabe. [...] E aí fomos pro Japão, eu papai, mamãe e mana pra gente ir lá conhecer o titio. Eles se viram no aeroporto sabe, ficaram se olhando por muito tempo, se olhando sem dizer nada. E aí tu espera que eles se abracem, chorem, que nada rapaz, eles se curvaram e apertaram as mãos. Cinquenta anos rapaz, cinquenta anos sem se ver e é assim que eles se cumprimentam.” (INOMATA, 2019).

Os relatos que se sucederam foram do período em que o Sr. Elizeu Inomata passou conhecendo a parte da sua família que ficou no Japão durante todo esse tempo. Os contatos, a saudade e o afeto demonstrados pela fala dele na entrevista o fizeram lacrimejar por poucos segundos. Logo em seguida, lembrou momentos alegres para nos dar uma versão completa do tempo em que passou no Japão. O pai do Sr. Elizeu Inomata faleceu pouco tempo depois do seu retorno para Parintins. Neste momento, a luta política pela preservação de um espaço para os japoneses se inicia na vida dele.

Wilson Shoji passou pela mesma viagem que Elizeu Inomata realizou. Também foi ao Japão com sua família, mas, desta viagem seu pai não retornou com ele. Faleceu durante o reencontro familiar e, segundo Sr. Wilson Shoji, ele nos conta que foi a emoção de encontrar a família inteira no Japão. Ele percebeu que seu pai havia feito uma escolha anterior que não podia alterar o rumo do que decidiu:

“Rapaz, as vezes né, eu penso muito no papai e no projeto que ele começou aqui no Amazonas. Com a Nippaku, auxiliando os japoneses tudo pro espaço e foi assim que eu tomei algumas escolhas sabe?! As vezes (...) na vida (...) a gente passa por alguns momentos de perguntar assim sabe?! Foi certo?” (SHOJI, 2019).

Relatamos essas duas falas para explicitar que, na década de 1990, começou a surgir o cenário político que aqui expressamos, no qual os pais do Sr. Elizeu Inomata e do Sr. Wilson Shoji começaram a ter um papel fundamental na reivindicação de espaço para ensinar e preservar a cultura japonesa para a comunidade. Através da Nippaku em Manaus, com o auxílio de muitos japoneses que compuseram esse processo, a Associação se formou. Mesmo assim, faltava ainda uma última instituição dentro da Nippaku para completar seu campo de estudos e o que ela preservava quanto a isto.

Foi assim que, em 2001, surgiu a Associação Koutaku no Amazonas – Amazon Koutakukai. Com mais de dez auxiliares, a Koutakukai surgiu para a preservação da memória daqueles que realizaram as viagens expedicionárias e definitivas de ida do Japão para um lugar de incertezas e onde nada se conhecia.

Figura 21 - Festa dos 70 anos da Imigração dos Koutakusseis no Amazonas – 2001 – Nippaku



Fonte: Associação Nipo-Brasileira no Amazonas Nippaku.

A criação desta instituição trouxe uma análise histórica necessária para a temática da imigração japonesa no Amazonas. Foi somente com esta instituição e com o acesso cedido a nós, por ela, que obtivemos fontes, contatos com outros *nisseis* e *sanseis* por Manaus e Parintins, relatos orais de *isseis* que vieram ao Amazonas; também tivemos o privilégio de assistir a um longa criado por eles com vídeos originais da chegada da primeira leva de imigrantes à Vila Amazônia, em 1929.

O vídeo, sem áudio, detalha, em preto e branco, a rotina dos japoneses, as dificuldades para se cortar as árvores, montar as casas, a recepção de outros japoneses, *koutakusseis*, como separavam a terra para criação de plantio e gado.⁷⁹ Infelizmente, existem apenas duas cópias deste material, uma em Manaus na Amazon Koutakukai e outra na National Diet Library em Tóquio, Japão. Atualmente presidida pelo Sr. Valdir Sato e vice presidida pelo Sr. Roberto Maruoka, a Amazon Koutakukai se reúne para organizar eventos de datas comemorativas do calendário japonês e do calendário das imigrações japonesas no Amazonas e no Brasil.

⁷⁹ Material mostrado na íntegra em uma das visitas que realizamos à Associação Koutaku do Amazonas.

“Não rapaz, pois é. A gente se reúne lá né?! Pra ver as datas, o que fazer, buscar patrocínio pra nos auxiliar a fazer o evento né?! Tu sabe que ta chegando aí os 90 anos em 2021 né? Poisé, eu espero ta vivo pra ver essa festa. To esperando muito por ela. [...] mas eu saí da presidência porque to muito cansado sabe?! Já não tenho mais muita força não. Mas assim, a gente criou pra guardar sabe?! Guardar o que precisa ser guardado dessa imigração dos koutakusseis né?! A gente precisa guardar e contar.” (SHOJI, 2019).

Estes relatos do Sr. Wilson Shoji nos levam a repensar a trajetória desses imigrantes, que apresentamos no segundo capítulo desta dissertação. Leva-nos a pensar o cotidiano que estes sujeitos haviam escolhido no momento em que se matricularam na Escola Koutaku no Japão na década de 1930. Mesmo que apontemos as dimensões das dificuldades econômicas que o Japão passava durante essa primeira metade do século XX, cabe balizar, também, uma análise social dessa vivência inicial que, com dificuldades, por vezes, passaram a ser recorrentes. Tais dificuldades, em seus mais variados níveis, não são apenas visíveis a cada imigrante como também aos diferentes níveis de grupos familiares que ali se encontram, que buscam formas para enfrentá-las e superá-las no cotidiano que compartilham.

Visualizar o diálogo velado deles sobre estes momentos iniciais da imigração, que tomou maior força durante o período do campo de concentração durante a Segunda Guerra, abre possibilidades de reflexão acerca do seu cotidiano, percebendo-o conectado a outros fatores de maior ou menor proporção no todo social. Isso nos leva a afirmar que, independente da ordem que se sucedem, não é possível colocá-los em níveis de importância, mas que ressignificam seu viver. Analisar o cotidiano e os enfrentamentos sociais durante a disposição destes espaços no decorrer das décadas nos faz ponderar sobre a identidade destes japoneses e o papel da memória nisso tudo.

Elizeu Inomata, após o falecimento do seu pai, iniciou a empreitada para construir esse espaço de debate, memória e identidade em Parintins. Se, em Manaus, a Associação teve sua criação rápida, em Parintins, as dificuldades de se encontrar um espaço físico gerou um conflito de interesses entre os *sanseis* que tomaram a frente da organização durante a década de 1990.

“Depois que o papai faleceu, eu pensei que precisávamos achar algum lugar só pra gente. Pra gente divulgar sabe, fazer apresentação de coisas em japonês e dar aula também de japonês. Ajudar a comunidade de alguma forma. De devolver né?! Tudo o que fizeram por nós durante esse período todo” (INOMATA, 2019).

“A gente começou em 96, quando achamos esse lugar aqui. Tava tudo abandonado sabe?! Foi bastante trabalho pra capinar essa área aqui tudinho e montar a Associação como ela tá hoje e manter de pé como eu to fazendo né?!

Sabe que apesar das dificuldades né?! (...) a gente luta pra ter isso aqui tudo bom sabe?!” (INOMATA, 2019).

Figura 22 - Frente da Associação Nipo-Brasileira em Parintins



Fonte: Arquivo pessoal.

Estas dificuldades que o Sr. Elizeu Inomata nos relata foram em dissociação entre ele e seus apoiadores. Diferentes interesses na Associação causaram um desalinhamento entre a comunidade dos japoneses em si. Tal evento ocorreu após o Sr. Elizeu Inomata deixar a presidência da Associação na responsabilidade de outros associados, quando foi para o Japão por treze anos para trabalhar e cuidar de outra parte da família. Quando retornou em 2013, o espaço que hoje compreende a Associação havia se tornado uma escola pública municipal. O Sr. Elizeu Inomata tentou de todas as formas reaver na justiça a terra de volta para o nome de sua família até que, em 2016, conseguiu, após apresentar projetos como preparar a visita da Associação para a chegada da Princesa japonesa que passou pelo Brasil em 2017.

Antes de viajar, o Sr. Elizeu Inomata havia feito diversos requerimentos como: ares condicionados para as salas de aula, carteiras e mesas para a escola, professoras japonesas qualificadas que fossem instruídas, assim que chegassem, em aulas de português, para com o decorrer dos meses passar a lecionar alunos de toda a cidade; também pediu a criação de um campo para realizar os eventos, esportes como futebol e festivais de dança e arte, assim como o Bon Odori em Manaus.

Ao chegar na Associação, as professoras de japonês, que ele havia solicitado em carta para o Governo do Japão, chegaram em Parintins durante seu período de trabalho no Japão e logo reportaram em *e-mail* para o Governo que foram selecionadas para dar aulas de matérias das quais não eram especialistas, como Matemática, História e Geografia, e que o fizeram em aulas despreparadas de conhecimento em Português, o que era praticamente impossível para o entendimento delas e dos alunos.

Apesar desta dificuldade e dos desencontros de informações, elas retornaram ao Japão e pretendem ainda retornar ao Brasil para lecionar Língua Japonesa, que foi a disciplina para a qual foram contratadas. Nesse momento da nossa conversa, o Sr. Elizeu começa a se emocionar, recordando dos objetivos e sonhos que tem para a Associação. Conta que sua ida à Brasília em 2017 para visitar a Princesa antes de sua vinda para o Amazonas foi o momento em que ele sentiu de perto a história viva de seu pai.

Isso nos leva a ponderar sobre o papel que a memória exerce diante da possibilidade de reconstruir historicamente um período vivido. Contribui, sobretudo, para refletirmos na imbricada relação entre passado/presente. À medida que o tempo passa, as experiências compartilhadas vão sendo trazidas à vida com a realização destes objetivos. Sustentamos, então, a importância que a memória individual constitui naquilo que enquadramos como uma reconstrução histórica e social.

Nessa direção, Halbwachs (2006) desperta nosso olhar para o entendimento de que a memória individual e a memória social são indissociáveis. Toda memória de cunho individual é também memória de cunho social. Um sujeito, ao narrar um dado acontecimento e/ou até mesmo uma experiência vivida, está realizando, com isso, o compartilhamento de uma memória de um grupo ou parte de algum ou do grupo que pertence. No caso do Sr. Elizeu, a memória de sua família durante a vinda a Parintins, no período do isolamento em Tomé-Açú, e agora após a perda de seu pai. A organização da experiência, na percepção do referido autor, se pauta na compreensão de como o passado é construído a partir de uma diferença estabelecida entre o presente. Nesse âmbito, falar das experiências vividas por estes japoneses ultrapassa tempos e fogem à cotidianidade experimentada por cada um de nossos entrevistados.

Essa memória individual e ao mesmo tempo coletiva coloca nossas personagens, agora abrangendo para todos os imigrantes que vieram ao Amazonas e que compreendem esta função de imigrantes, como sujeitos desta história. História esta que nos mostra a vivência de tantos grupos mistos em comunhão para criar um espaço seu na Região Amazônica. E que, hoje com sucesso, os feitos e conquistas são miscigenados à cultura local. Todos os entrevistados, Elizeu Inomata, Wilson Shoji, Ruy Oyama, Margareth Oyama e Tobias Hara são sujeitos desta

história. Sujeitos que não deixam de ser quem são, pois se transformam à medida que trocam experiências e vivências.

Khoury (2004) nos alude a entender estes personagens e sujeitos no seu tempo:

Atentos ao lugar dos sujeitos na história, vamos avaliando como esses sujeitos se situam, vivem e interpretam essas problemáticas que afetam profundamente seu modo de viver e trabalhar, e como reagem a elas, ao tempo em que refletimos sobre os modos como temos dado conta de explicar essa realidade, de maneira a contribuir com visões mais comprometidas com essa realidade. (KHOURY, 2004, p. 136).

A autora chama atenção para as experiências que, além de vividas, também são compartilhadas, uma vez que contribuem na construção de novas possibilidades sociais. Mais do que as ações empreendidas em dado momento vivido, o sentido atribuído é que vai fazer toda diferença, nesse caso, a criação destes espaços de memória. E, ainda, esses sujeitos mostram que é na ação coletiva que os grupos sociais conseguem realizar projetos e requerer demandas do governo para o melhor reconhecimento de seu espaço e usufruto dele.

Analisar esse lugar, que compreende a Associação, é pensar como o saber histórico desse grupo permeia esse ambiente. Assim, trazer uma discussão da complexidade existente em tratar sobre a instituição do urbano e de espaços do saber histórico, iluminando sobre os conflitos e tensões incutidos nas estruturas políticas e sociais que instituem os debates que circulam nesse espaço institucionalizado, elucidando-nos uma resposta para a construção dessa memória no espaço da cidade Parintins e de lugar para realização de encontros como a Associação.

Pensar nesses espaços fechados a estes nipônicos *sanseis* não exclui a expressão da memória que hoje temos no Amazonas. Restaurantes, casas de chá, objetos de vendas de *animes* japoneses, blusas, artes, mangás, indumentárias, festivais, jogos, todas estas criações de origem japonesa perpetuam seu espaço hoje no Brasil e no mundo. Relegar a memória de Sr. Elizeu Inomata a este fator é suprir sua memória coletiva. Sua memória individual se realiza e se vence, para nós, quando ele termina sua entrevista nos dizendo:

“(...) tudo isso que eu fiz, eu passei a gostar e a me importar porque foi de papai, de mamãe e agora é meu. (...) Pensar em tudo isso sabe seu Daniel, me toca muito. Porque se você hoje, está aqui na minha frente, um rapaz sem descendência japonesa alguma, se interessando pela minha história, é porque eu consegui fazer algo de bom. Eu consegui parte do objetivo do papai. (...) Eu vou continuar fazendo o possível, tirando o dinheiro do meu bolso, como já fiz, pra manter esse lugar aqui. Preservar tudo isso pra mim, é manter a

memória do papai e a minha de quando ele tava vivo. Espero que um dia, todo esse trabalho aqui seja reconhecido.” (INOMATA, 2019).

A árdua tarefa de reportar a história, através da memória e da oralidade, presente aqui pelas entrevistas, mostrou-nos a necessidade de manifestar o trabalho do Sr. Elizeu Inomata em iniciar o projeto da Associação Japonesa em Parintins. Seus ideais e propostas são pontos fortuitos para a comunidade *Nikkei* no Amazonas, seu reconhecimento necessário, sua memória e a dos outros entrevistados também, construídas através das dificuldades do início, meio e ainda em continuidade dessa história.

O dever de manter e preservar o diálogo destes tornou-se um espaço de confronto com as histórias de Manaus e de Parintins, pois, relembrar da Vila Amazônia em entendimento ao atual ocupado é destrinchar um passado vivo que habita no falar e no portar destes descendentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, que começou com outra perspectiva e ideia, finda agora sendo totalmente satisfatória e significativa para mim enquanto professor, estudante de língua japonesa e historiador, pois visou abranger a subjetividade dos cinco *nisseis/sanseis* entrevistados, sujeitos sociais ativos na sociedade amazonense como comerciante, agricultor, membro do comitê *Koutakusse*. A partir de suas narrativas orais, tentou-se abarcar os diferentes aspectos destes japoneses em questão. Assim, como o ponto que as aproximam, a família, foi o que buscamos analisar ao longo de suas trajetórias.

O ir e vir dos pais destas personagens, construindo uma vivência de novo lar, dá-nos uma visão do contexto social, de como perpetuaram seu espaço dentro da cidade e na cultura amazonense. Tais inserções, que foram parte dos fundamentos desse trabalho, permitiram vislumbrar os avanços através da Juta e como isso modificou a vida dos pais, filhos e netos envolvidos neste processo. O representante e agente ativo no seu espaço, Sr. Elizeu Inomata, dá-nos a síntese de todos estes processos interligados entre família, memória, tradição e permanência.

Enquanto migrantes, também, são pais, irmãos, comerciantes, agricultores, empresários, que, no interior de seus percursos e dilemas, utilizaram de seus espaços, aplicando a cultura familiar que retiveram durante os períodos vividos nas comunidades, colônias e vivência com seus pais e avós. As lembranças que recorrem em si os mantêm firmes para criar estratégias e alcançar seus objetivos pessoais. A partir de suas memórias, foi possível perceber uma comunidade japonesa unida, por mais que, em seus laços invisíveis, não sejam consanguíneos, abrange até as pessoas de outras etnias, incluindo-me neste grupo.

Uma comunidade em trânsito, com suas ressignificações atribuídas hoje em eventos, ensino, encontros e conversas, os quais são sempre pautados no respeito ao próximo e na sinceridade diante de suas convicções. Com gestos de simplicidade, receptividade, muitas vezes sorriram e gargalhavam das próprias lembranças. Em outros momentos, derramaram lágrimas ao relembrem de seus pais. Em especial, o Sr. Elizeu Inomata que mantém a Associação em Parintins com seu único esforço e pouco apoio. Ele e os outros entrevistados se percebem como sujeitos ativos na reconstrução de suas próprias histórias e de maneira singular interpretam suas experiências.

A migração de seus pais e até os seus próprios trâmites entre as cidades que percorreram no interior do estado do Amazonas se dá em uma dinâmica de relações interpessoais, que

abrange diversos elementos que tornam esta experiência única e que requerem uma análise desses processos que criaram os (des)caminhos para a vinda de seus pais para o espaço que hoje chamam de lar.

A decisão de partir do Japão aconteceu dentro de uma tomada de decisões familiares, através do interesse de procurar novas oportunidades, enquanto para os seus filhos, que nos relatam suas histórias, todas estas escolhas foram tomadas na perspectiva social, com o pensamento sempre de divulgar a cultura japonesa como pudessem. Por sua vez, os envolvimento sociais, tanto dos pais quanto dos filhos, sempre estiveram anexas às redes de solidariedades e sociabilidades que se montam e se recriam diante, durante e após os deslocamentos, afetando a vida de seus filhos nos atuais momentos.

Ao longo desta pesquisa, experimentei muitas reflexões, reflexões sobre o ir e vir, sobre o abandonar em busca de melhores oportunidades, pensei na pesquisa e saber exatamente o que queria e como faria para me encaixar neste momento e nesta nova ferramenta histórica que iria manusear. Em alguns momentos foi necessário refazer a estratégia de abordagem tanto teórica quanto prática. Momentos de euforia e de melancolia: os eufóricos e alegres por ver que muitos que estavam e estão sempre na torcida por mim ainda estão aqui; e os melancólicos e tristes por não compartilhar com aqueles que tanto me encorajaram a sempre persistir e não desistir com um sorriso no rosto e abraços calorosos. Muitas vezes disseram: “você vai conseguir, eu irei vê-lo chegar lá!” Como gostaria que estivesse aqui para veres tudo isto.

Todas estas experiências e pensamentos são necessários para avaliar que a migração é um evento complexo e plural, pois, principalmente neste trabalho, no qual se discute duas gerações de famílias, de elementos temporais, espaciais, simbólicos, culturais e, principalmente, de significados que marcaram e marcam a vida dos sujeitos envolvidos em seus processos individuais de migração e memória.

As experiências apontadas pelos japoneses durante a pesquisa possibilitaram outra atenção sobre uma migração para Amazônia. Seus objetivos iniciais foram sempre explícitos para todos da comunidade e o produto de tudo isto foi em um patamar que eles não acreditariam que aconteceria. Evidenciando a criação de laços afetivos entre esses imigrantes *koutakusseis* que operaram como elemento fundamental na disposição para os laços entre estas famílias, até hoje ainda estarem estreitos e próximos. O sentimento de divisão de papéis que os japoneses que imigraram para o Amazonas perduram-se e são levados como tradição familiar para os entrevistados.

Os relatos orais e os acontecimentos durante a década de 1930 nos aludiram sobre seus processos de vinda para região em momentos, condições e motivos distintos entre eles. Também

evidenciaram as múltiplas experiências, tanto nos percursos para, como em Parintins e na Vila Amazônia, onde, a partir dos que chegaram com o Tsukasa Uetsuka em 1931, traziam experiências anteriores como comércio, agricultura, como também construíram relações sociais que perpetuam no cotidiano.

Com todos os relatos dessas redes do cotidiano que seus pais passaram, somados ao “exílio” do Amazonas para o Pará em Tomé-Açú, a divisão laboral nas colônias e em pequenas comunidades próximas, percebem-se as escolhas e decisões de cada um dos entrevistados, também agindo sob a forma de um elo necessário entre as memórias vividas de seus pais e os gestos que carregam hoje. Desse modo, foi possível entender esse elo em duas perspectivas de ação: o elo efetivo e o elo afetivo.

Assim, a construção histórica dessa temática caminhou e caminha interligada com a história, a memória e o tempo narrado por eles, visto que o tempo da memória, dando-se nesses dois momentos, difere do tempo vivido por cada entrevistado junto à recordação de seus pais. Em relação a essa construção histórica, dizemos que a tradição familiar também faz menção a um período registrado nas vidas destes japoneses, remetendo-nos à impressão do tempo transcorrido da chegada de seus pais até o momento em que me contam sobre tudo isto e como o elemento “tempo” afeta e constrói o discurso deles.

Tudo que abarca ao fato deles recordarem sempre que questionados sobre isso reporta um fato de sua vida, um olá, uma reverência, andar por Parintins ou encontrar os membros da família vizinha em uma reunião da associação trazem-nos a admiração por algo tão simples e ao mesmo tão revelador, afirmando para nós mesmos que todos viemos de algum lugar e que, por mais que mudemos de cidade ou país, a tradição que carregamos conosco é algo imutável.

A vida se modifica e se redefine, encontra novas formas de como abarcar novas culturas, novos espaços. O que antes fora apenas uma comunidade japonesa para o cultivo, o trabalho na juta, aos poucos, vai se tornando algo público, que, ao mesmo tempo que comove e atrai, também nos convida para fazer parte. Estas modificações no espaço e na vida se tornam recorrentes, principalmente na história do Sr. Elizeu Inomata, que, através das lutas diárias, através das lembranças e memória, mantém a Associação erguida em Parintins.

Ao relatarem sobre a saída de seus pais de sua terra natal em busca de novas territorialidades, os entrevistados abrem caminhos para o conhecimento desta trajetória e percurso, encontrando outros sujeitos e encarando novos desafios. Experimentaram um mundo novo, socializaram suas ações, ensinaram e aprenderam com quem está ao seu redor e, acima de tudo, passaram através da história todas as “ferramentas” necessárias para a preservação cultural de suas realizações no Amazonas.

Como imigrantes, trabalhadores, proprietários e comerciantes, mudaram para a cidade, levando consigo os ensinamentos da Vila Amazônia, esta que por sua vez está hoje apenas para visitas de um espaço vazio e terroso, mas cheio de memórias e saber histórico onde eles construíram seu despontar de histórias e assim levaram consigo tudo o que nos contam nestes relatos, emotivos e alegres.

Dentro de todo o exposto, algo sempre me recordo: a solidariedade deles confiarem sempre em mim como relator de ambas as histórias, suas histórias e as de seus pais. Por isso, reafirmo que não há relato sem entrevistado, provando mais uma vez que não haveria possibilidade alguma de realizar esta pesquisa sozinho. Estes diálogos criados são como pontes que conectam o passado ao presente e evocam como manter nossa projeção para a tradição, preservação da memória e relatos no futuro.

Nesta estrada do ensino e aprendizagem tenho observado que, para chegarmos a algum lugar, por mais distante e difícil que pareça, é preciso respirar, analisar e caminhar sem receio de errar, sempre consciente de suas escolhas. Porém, nunca se arrepender da escolha feita, como todos os pais destes entrevistados.

E, nesta análise, atemo-nos sempre ao aprendizado, à vivência, à experiência para sempre trazer tudo consigo, como uma bagagem. Bagagem esta que nos acompanha no percurso da vida, preparando-nos sempre para, juntamente a estes japoneses e aos próximos que farão parte desta história e junto a mim, para que eu leve e traga experiências, vivências, memória, relatos e abraços calorosos sempre seguidos de um ou dois sorrisos, se possível.

FONTES ORAIS

HARA, Tobias Satoshi. Entrevista realizada no comércio onde trabalha. 3 abr. 2019.

INOMATA, José Elizeu Soma. Entrevista realizada na Associação Nipo-Brasileira de Parintins. 3 abr. 2019.

OYAMA, Ruy. Entrevista realizada no pomar de seu pai Ryota Oyama. 3 abr. 2019.

OYAMA, Margareth. Entrevista realizada no pomar de seu pai Ryota Oyama. 3 abr. 2019.

SHOJI, Wilson Yoshiyuki. Entrevista realizada em sua residência. 3 abr. 2019.

REFERÊNCIAS

AIHARA, Maria do Socorro Michiko. **Paisagens nipo-brasileiras na cidade de Tomé-Açú – PA. Estudo antropológico das memórias da família Onuma.** Dissertação. UFPA. 2008

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Bassanezi MSCB. Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. FNUAP, Vol. 2. 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência.** Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1999b.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 2. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. Cidade: Brasiliense, 1986. p. xxxx.

BLACKER, Carmen. **The Japanese enlightenment:** a study of the writings of Fukuzawa Yukichi. Cidade: Cambridge University Press, 1964.

CAMTA. **Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu.** Tomé-Açu, 1969.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade.** São Paulo: Contexto, 2016.

CARDOSO, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

CASTRO, Fernando Moreira de. **Cinquenta anos da imigração japonesa na Amazônia.** Belém: Editora, 1979.

COELHO, Geraldo Martires. **O olho e o espelho:** imagens filtradas do imigrante japonês no Pará (1928-1945). São Paulo: Editora, 1999.

DEZEM, Rogério. **Um exemplo singular de política imigratória subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos pioneiros de colonização japonesa no estado de São Paulo (1910-1930).** São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, ANO.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade,** 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2002.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia**. 1999. Tese (Doutorado) – Departamento de História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas-SP, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória**. : Editora, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de La mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HANDA, Francisco. **História do Japão**. 1987. p. 58 In: SATO, Francisco Noriyuki, et al: **História do Japão em Mangá**. São Paulo, Associação Cultural e Esportiva Saúde, 1995. Disponível em: <<http://www.culturajaponesa.com.br/htm/historiadojapao.html>> Acessado em: 28 nov. 2015.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: Histórias de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HARADA, K. (org.) **O nikkei no Brasil**. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

HATUGAI, Érica Rosa **Parentesco, Conflito E Identificações Entre Famílias Interétnicas De Descendentes De Japoneses E Não descendentes**. PPGAS/Universidade Federal de São Carlos.

HAWKS Francis L. **China, seas and Japan: under the command of Commodore M. C. Perry, United States Navy**. 1856. Acesso realizado em: 24/03/2016 <http://ebook.lib.hku.hk/CTWE/B36599566/>

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HEYMANN, Luciana. **O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

HOMMA, A. **Amazônia: Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1998.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A Imigração Japonesa na Amazônia: sua contribuição e desenvolvimento agrícola**. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2016.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

IBGE, 2000 – censo. <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/2094>

IBGE, 2016 – censo. <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/2094>

JANSEN, Marius B. **The making of modern Japan**. Cidade: Harvard College. 2000.

John. Alcock and Harris, **Foreign Diplomacy in Bakumatsu Japan**. Monumenta Nipponica, Vol. 22 No. 3–4 (1967)

KAJIURA, Asako. The Push-Pull factors of Japanese Migration. **Polyglossia**, v. 15, 2008.

KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias**: cultura e o sujeito na história. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

KIKUCHI, Wataru. **Relacoes Hierarquicas do Japao Contemporaneo: um estudo da consciencia de hierarquia na sociedade japonesa**. USP dept de sociologia 2012.

KLARSFELD, Serge. **Mémorial de la Déportation des Juifs de France**. Paris: Beate, 1975.

KOJIMA, Lina. **Migração repetida entre Brasil e o Japão**. Letras língua Japonesa dissertação de mestrado USP 2009.

KOTAKUKAI DO PARÁ. **História de colonização da Amazônia pelos estudantes e pessoas relacionadas a Escola Superior de Colonização do Japão**. Manaus, 1989

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **História oral e migração**: a questão do regresso. Oralidades: Revista de História Oral, 2. 2007.

LEVY, Maria Stella Ferreira. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira(1872a1972)**. Centro de Estudos de Dinâmica Populacional(CEDI) da Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 1974 p.50. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/scielo>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

LEVY, Maria Stella Ferreira. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira(1872a1972)**. Centro de Estudos de Dinâmica Populacional(CEDI) da Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 1974

MACIEL, Lidiane Maria. **O sentido de melhorar de vida**: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas-SP, 2002.

MIYAO, S. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO, H. (Org.) **A**

presença japonesa no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1980.

MCFARLAND, Daniel. **The Japanese Question: San Francisco Education in 1906.** Stanford University School of Education. 2006.

MCMMASTER, John. Alcock and Harris, **Foreign Diplomacy in Bakumatsu Japan.** Monumenta Nipponica, Vol. 22 No. 3-4 (1967), p. 305-367

MOCELLIM, Alan. **A questão da identidade em Bauman e Giddens.** Revista Em Tese – Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC vol 5 n.1 agosto/dezembro/2008

MORAIS, Fernando. **Corações sujos: a história do Shindo Remei.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MORICONI, Lucimara Valdambri, 1989- M825p **Pertencimento e identidade** / Lucimara Valdambri. – Campinas, SP: [s.n.], 2014.

MUTO, Reiko. **O Japão na Amazônia: Condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009) Belém, 2010**

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil.** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros/Massao Ohno, 1984.

NOIRIEL, Gerard. **Le Creus et français. Histoire de l'immigration (XIX^e – XX^e siècle),** Paris, Seuil, coll. « L'Univers Historique », 1988 ;réédité en coll. « Points-histoire », Paris, Seuil, 1992

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993,

OGASAWARA, Kôei, **Kieta Ijûtiwo motomete** (A procura das colônias japonesas desaparecidas). In: Livro comemorativo cem anos da imigração japonesa. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros. V. 3, pp. 230-243. 2008

OKUBARO, J.; Wakisaka, K. **De sol a sol: o Japão que nasce no Brasil: da tradição à integração.** São Paulo. Ed. Terceiro Nome, 2008.

Oralidades : Revista de História Oral / Núcleo de Estudos em História Oral [do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo]. -- Ano 1, n. 1 (jan./jun. 2007). São Paulo: NEHO, 2007.

OZAKI, A. M. **As religiões japonesas no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1990.

Paraná Shimbun. Londrina, 23 jun. 2001

PESAVENTO, Sandra Jatahi. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Michael Pollak Estudos históricos, Rio de Janeiro., vol. 5. N. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.** Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história diferente?** Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral.** In: Revista Projeto História, n. 15. Abril/1997b.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RIBEIRO, Roberto Jorge. **Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais no serviço rural,** USP, depto de geografia 2009.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento econômico e a questão ambiental: algumas considerações.** Revista Análise Econômica da UFRGS, v. 9, n. 16, set. 1991. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/viewFile/10380/6087>>. Acessado em: 16 fev. 2016.

SÁ, Aline Cotrim de. **Imigração japonesa no Peru e no Brasil: motivações, dificuldades e assimilação.** PPGHCS Anais do II Simposio Internacional Pensar e Repensar a America Latina.

SÁ, Michelle Eduarda Brasil de. **A imigração japonesa no Amazonas à luz da Teoria das Relações Internacionais.** Manaus, EDUA. 2010.

SAITO, H. A presença japonesa no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1980.

SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil: Estudo de Mobilidade e Fixação.** São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961. SERED, Susan. Symbolic Illnesses, Real Handprints, and Other Bodily Marks: Autobiographies of Okinawan Priestesses and Shamans. In Ethos, Vol.25, no.4, pp. 408-427, 1997.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses.** São Paulo: Contexto, 2007.

SATO, Francisco Noriyuki. **História da Imigração Japonesa no Brasil - Banzai!.** São Paulo: NSP Hakkosha Editora, 2008.

SATO, Valdir Hisashi. **A saga dos Koutakusseis no Amazonas: uma história de**

pioneirismo, sofrimento, perseverança e sucesso. Manaus: Editora, 2011.

SAUNIER, T. **Parintins: memória dos acontecimentos**. Manaus: Editora Valer: Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SCHENCKING, J. Charles. **Making Waves: Politics, Propaganda, And The Emergence Of The Imperial Japanese Navy, 1868–1922**. Cidade: Stanford University Press, 2005.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2004.

SEELEY, Christopher. **A history of writing in Japan**. Cidade: University of Hawaii Press, 2016.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **Memórias e Histórias de trabalhadores no Amazonas contemporâneo**. Manaus: EDUA, 2016.

SILVA, Zélia Lopes da. Imigração e Cidadania: os impasses e disputas nos caminhos da brasilidade. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, Presidente Prudente. 2013 pg 1363-1369

SIMMEL, George. **The Stranger**. in *The Sociology of George Simmel*, New York, 1976.

SOUZA, J.C.R. Parintins e Vila Amazônia: uma história de construção de vida urbana de imigrantes nipônicos. In: HOMMA, A.K.O. et al. (Orgs.). **Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional**. Manaus: EDUA, 2011. p.115-134.

SOUZA, Nilciana Dinely. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação**. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2013.

TAFNER, Armando W Junior e SILVA, Fábio Carlos da. **A História Emblemática Da Cooperativa Agrícola Mista De Tomé Açú No Nordeste Paraense**. 2015 Revista ABPHE.

TAFNER, Armando W Junior e SILVA, Fábio Carlos da. **Colonização nipônica na Amazônia: A saga dos imigrantes japoneses no Estado do Pará**. Revista Pós Ciências Sociais v.11, n.22, jul/dez. 2014.

TAKAHASHI, Kohachiro. **Del feudalismo al capitalismo**. Barcelona: Crítica, 1986.

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado-SP. 2003. 165 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89831>>.

TEIXEIRA, Romeu do Nascimento. **O sol nascente na Amazônia**. São Paulo: Alumínio Brasileiro, 1997.

TORRES, Marcelo Vasconcelos de O. **A política de defesa do Japão face aos EUA : da imprensa periódica como instrumentos de guerra : 1853-1945**. 2014. Universidade Aberta.

TSUTSUMI, Gota. **O rei do judô que repousa na Amazônia**. Conde Koma. In: MARUOKA, Y. (Org.). 70 anos da imigração japonesa na Amazônia. Belém, PA: Associação Pan-Amazônia NipoBrasileira, 2007 b. p. 126-128. Baseado no livro comemorativo aos 60 anos da Imigração Japonesa na Amazônia, editado em setembro de 1994.

TSUTSUMI, Gota. **Alvorada da imigração japonesa na Amazônia – seguindo as pegadas da Missão Fukuhara**. In: Livro de 20 anos da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2006, pp. 196-2007.

WAWZYNIAK, Sidinalva Maria. **A colônia como representação: imigração japonesa no Brasil**. In: HASHIMOTO, Francisco, TANNO, Janete Leiko, OKAMOTO, Monica Setuyo (Org.). **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo. Editora UNESP. 2008. pg 172 - 174

WOORTMAAN, Ellen F. **Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão: Tradição e Modernidade**. Revista USP, 1995.
(<https://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/111557/109643>) Acessado em 16 de dez. 2016.